

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

FERNANDO ROBERTO AMORIM SOUZA

**AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA OFERTA DOS CURSOS DA REDE E-TEC
BRASIL: UMA PROPOSTA POSSÍVEL**

JUIZ DE FORA (MG)

2013

FERNANDO ROBERTO AMORIM SOUZA

**AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA OFERTA DOS CURSOS DA REDE E-TEC
BRASIL: UMA PROPOSTA POSSÍVEL**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como exigência para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar José dos Santos

JUIZ DE FORA (MG)

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

FERNANDO ROBERTO AMORIM SOUZA

**AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA OFERTA DOS CURSOS DA REDE E-TEC
BRASIL: UMA PROPOSTA POSSÍVEL**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como exigência para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 14 / 08 / 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilmar José dos Santos (Orientador)

Prof. Dr. Frederico Riani

Prof. Dr. Murilo Alvarenga Oliveira

RESUMO

A temática em estudo explora a educação profissional no Brasil, considerada atualmente matéria principal das políticas públicas do Ministério da Educação – MEC, por ser uma iniciativa que vem ao encontro do apelo midiático sobre a existência de um apagão de mão de obra no âmbito do mercado de trabalho brasileiro. Trata da Rede e-Tec Brasil, como estratégia adotada pelo governo para a qualificação de trabalhadores, constituindo-se numa ação de incentivo e apoio à oferta e expansão de cursos técnicos na modalidade a distância, que envolve instituições públicas de educação profissional e tecnológica das esferas federal e estaduais. Reflete sobre o crescimento significativo de matrículas nos cursos técnicos e o aporte orçamentário que aumenta, anualmente, e, proporcionalmente, ao número de matrículas para financiar as instituições, apontando que apesar do volumoso recurso público aplicado, não há por parte do MEC nenhuma ação de avaliação para mensurar sua eficiência de modo a garantir a eficácia desse investimento. Apresenta a sistematização de dados e informações sobre a educação profissional no Brasil, notadamente a avaliação das condições da oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil, contextualizada na Secretaria de Estado de Pernambuco, possibilitando levantar as potencialidades e fragilidades dos cursos, notadamente dos aspectos referentes ao processo de ensino-aprendizagem, além de subsídios para corrigir as possíveis distorções detectadas. A pesquisa permitiu um exame da realidade concreta, com a aplicação de questionários envolvendo alunos, coordenadores, tutores e professores dos cursos. Os resultados trouxeram contribuições importantes, vez que as questões abordadas envolveram diferentes componentes: cursos, polo e disciplinas onde cada avaliador trouxe informações importantes para a compreensão dos problemas investigados. A expectativa é que este estudo possa trazer contribuições significativas para elevar as condições de oferta de todos os cursos promovidos por meio da Rede e-Tec Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional. Cursos Técnicos. E-Tec Brasil.

ABSTRACT

This study presents the systematization of data and information on vocational education in Brazil currently considered as the main theme of the policies of the Ministry of Education – MEC, as an initiative that is in agreement with the media appeal about the existence of a manpower blackout in the Brazilian labor market. This is the Brazil e-Tec Network, a strategy adopted by the government for qualifying employees, constituting an act of encouragement and support to technical courses in the distance mode expansion, which involves public institutions of professional and technological on federal and intrastate sphere. It reflects on the significant growth of enrollments in technical courses and budgetary support that increases every year, proportionally to the number of enrollments for financing institutions, indicating that despite the massive public resource applied, there is no evaluation by MEC in order to measure the strategy efficiency to ensure the effectiveness of this investment. It presents the systematization of data and information on professional education in Brazil, especially the conditions evaluation of the courses offered from Brazil e-Tec Network, contextualized in the Secretary of the State of Pernambuco, enabling the strengths and weaknesses raisings of its courses, particularly referring to the teaching and learning process as well as subsidies to remedy possible distortions detected. The research allowed an examination of the concrete reality, with questionnaires involving students, coordinators, tutors and teachers from the courses. The results brought important contributions, since the issues discussed involved different components: courses, pole and disciplines where each evaluator provided important information for the understanding of problems studied. The expectation is that this study should provide significant contributions for raising the supply conditions of all courses offered by Brazil e-Tec Network.

KEYWORDS: Professional Education. Technical Courses. E-Tec Brazil.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figuras

Figura 01 – Estruturação do Polo de Apoio Presencial e-Tec Brasil.....	25
Figura 02 - Sistema de qualidade no serviço Johnson -1995.....	56
Figura 03 – Formulário para o estudante	68
Figura 04 - Mensagem de agradecimento gerado pelo sistema.....	68
Figura 05 – Níveis do conceito da avaliação.....	92
Figura 06 – Ciclo para avaliação das condições de oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil.....	94

Gráficos

Gráfico 01 – Matrículas do ensino técnico público – 2009 a 2011.....	31
Gráfico 02 – Crescimento da matrícula do ensino técnico por ano.....	32
Gráfico 03 – Motivação com o curso pelos estudantes.....	74
Gráfico 04 – Tempo dedicado aos estudos pelos estudantes.....	74
Gráfico 05 – Dedicção ao curso pelos estudantes.....	75
Gráfico 06 – Satisfação com a velocidade da internet.....	76
Gráfico 07 – Satisfação dos alunos sobre quantidade de computadores.....	77
Gráfico 08 – Adequação das instalações físicas do polo.....	78
Gráfico 09 – Adequação das instalações físicas do polo – média.....	79
Gráfico 09.1 – Sala web/videoconferência.....	79
Gráfico 09.2 – Sala de coordenação.....	80
Gráfico 09.3 – Biblioteca.....	80
Gráfico 09.4 – Sala de tutoria.....	80
Gráfico 10 – Utilização de experiências anteriores dos estudantes.....	82
Gráfico 11 – Autonomia dos estudos pelos estudantes.....	82
Gráfico 12 – Estudos realizados por grupos de estudantes.....	83
Gráfico 13 – Adequação da estratégia de ensino.....	83
Gráfico 14 – Utilização de apostila/cadernos digitais pelos estudantes.....	84
Gráfico 15 – Informações completas, detalhadas e suficientes das apostilas/cadernos.....	84
Gráfico 16 – Satisfação global do material didático.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Percentual do acordo para oferta de gratuidade do Sistema S.....	29
Tabela 02 – Distribuição das vagas do e-Tec na SEE-PE.....	42
Tabela 03 – Ampliação da Rede e-Tec Brasil pela Secretaria de Educação de Pernambuco.....	43
Tabela 04 – Cidades Polos com as respectivas quantidades de matrículas.....	44
Tabela 05 - Participação dos atores nos três focos avaliados.....	70
Tabela 06 - Avaliação currículo dos cursos por coordenador geral, coordenadores adjuntos e coordenadores de cursos.....	70
Tabela 07 - Avaliação do currículo dos cursos por coordenador geral, coordenadores adjuntos, professores, tutores a distância e coordenadores de cursos.....	71
Tabela 08 - Avaliação da infraestrutura dos cursos (por professores, tutores presenciais e tutores a distância).....	71
Tabela 09 - Avaliação da infraestrutura dos cursos (específica para professores).....	72
Tabela 10 - Avaliação da infraestrutura dos cursos (específica para tutor a distância)...	72
Tabela 11 - Recursos e materiais avaliados pelos estudantes.....	73
Tabela 12 - Avaliação do ambiente virtual de aprendizagem pelos estudantes (%).....	73
Tabela 13 – Adequação das instalações físicas do polo.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Diferenças entre o Sistema e-Tec Brasil e a Rede e-Tec Brasil.....	30
Quadro 02 - Dimensões avaliativas e seu desdobramento em tópicos.....	62
Quadro 03 – Avaliadores e seus papéis.....	63
Quadro 04 – Dimensão, categoria e indicadores da ACE.....	89
Quadro 05 - Área e Indicadores da Dimensão 1 - Organização didático-pedagógica.....	95
Quadro 06 - Critérios de análise por indicador da Dimensão 1.....	96
Quadro 07 - Área e Indicadores da Dimensão 2 - Corpo Social.....	99
Quadro 08 – Critérios de análise por indicador da Dimensão 2.....	100
Quadro 09 - Área e Indicadores da Dimensão 3 – Infraestrutura.....	101
Quadro 10 – Critério de análise dos indicadores da Dimensão 3.....	102
Quadro 11 – Etapas para construção da avaliação das condições de oferta dos cursos Da Rede e-Tec Brasil.....	105
Quadro 12 – Cronograma de execução do processo de avaliação.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACE – Avaliação das Condições de Ensino

ACO – Avaliação das Condições de Oferta

CBO – Código Brasileiro de Ocupação

CEDERJ – Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro

CEFET – Centro Federal de Ensino Tecnológico

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNC – Confederação Nacional do Comércio

DI – Designer Instrucional

EAD – Educação a Distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

SEE-PE – Secretaria Estadual de Educação do Pernambuco

IF – Instituto Federal

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MF – Ministério da Fazenda

MEC – Ministério da Educação

MOODLE - *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*

MTE – Ministério da Ciência e Tecnologia

NBR – Normas Brasileiras

PAE – Plano de Ação Educacional

PAR – Plano de Ações Articuladas

PDE – Programa de Desenvolvimento da Educação

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

PRONATEC – Programa Nacional de acesso ao curso técnico e emprego

SAPENET – Sistema de Assistência e Programas Educacionais

SEE-PE – Secretaria de Educação do Estado do Pernambuco

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SGB – Sistema de Gestão de Bolsas

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SEED – Secretaria de Educação a Distância

UAB – Universidade Aberta do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SEU SURGIMENTO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA.....	15
1.1 A Educação Profissional no Brasil.....	15
1.1.1. Resgate histórico da educação profissional a distância.....	20
1.1.2. A Escola Técnica Aberta do Brasil.....	22
1.1.2.1 Caracterizada como um sistema.....	23
1.1.2.2 Estabelecida como uma rede	27
1.1.2.2.1 Diretrizes de adesão a Rede e-Tec Brasil.....	32
1.1.2.2.2 Distribuição do tempo e dos conteúdos na Rede e-Tec Brasil.....	34
1.1.2.2.3 Material didático.....	34
1.1.2.2.4 Laboratórios didáticos.....	36
1.1.2.2.5 Pessoal docente e técnico.....	37
1.1.2.2.6. Estratégias de comunicação.....	38
1.1.2.2.7 Plataforma de ensino virtual.....	39
1.1.2.2.8 Infraestrutura dos polos de apoio presencial.....	39
1.2. A educação profissional a distância no Estado de Pernambuco.....	41
2. A REDE E-TEC BRASIL NA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO.....	46
2.1. Avaliação como princípio norteador dos rumos institucionais.....	46
2.1.1. Avaliação das condições de oferta dos cursos dos cursos técnicos a distância.....	53
2.1.2. Procedimentos técnicos de pesquisa.....	56
2.1.3. A experiência avaliativa do MEC com os cursos superiores.....	59
2.2. Uma experiência com avaliação dos cursos da Rede e-Tec Brasil na SEE-PE.....	61
2.2.1. Questionários estruturados.....	64
2.2.2. Procedimentos para aplicação dos questionários.....	67
2.2.3. Coleta e tratamento dos dados.....	69

3. PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DA REDE E-TEC BRASIL.....	87
3.1. Avaliação das Condições de Ensino – ACE.....	88
3.2. A experiência com a avaliação das condições de oferta dos cursos na SEE-PE... 90	90
3.3. Proposta de avaliação das condições de oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil.....	91
3.3.1. Dimensão 1: Organização didático-pedagógica.....	94
3.3.2. Dimensão 2: Corpo Social.....	98
3.3.3. Dimensão 3: Infraestrutura.....	100
3.4. Implantação da proposta.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110
APÊNDICE.....	116

INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado tem como propósito apresentar um modelo de avaliação para mensurar as condições de oferta dos cursos técnicos na modalidade a distância na Rede e-Tec Brasil, gerenciado no Ministério da Educação – MEC pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.

O ponto de partida para o estudo teve como foco os cursos implantados pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco – SEE-PE, por meio da Rede e-Tec Brasil, possibilitando a testagem dos instrumentos avaliativos previamente elaborados de modo a avaliar, com a participação de coordenadores, professores, tutores e alunos, se realmente as condições de oferta dos cursos técnicos a distância são favoráveis a uma formação de profissionais com qualidade e em consonância com os marcos legais de construção dos cursos na instituição e ainda conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT.

Desta forma, como base no estudo, o resultado final é propor a SETEC/MEC um modelo para subsidiar a avaliação das condições de oferta para os cursos técnicos da Rede e-Tec Brasil e assim contribuir para uma constante melhoria do processo.

A educação profissional no Brasil é traduzida hoje como uma das principais temáticas presentes na pauta das políticas públicas do Ministério da Educação (MEC). O setor produtivo tem chamado a atenção sobre a falta de mão de obra qualificada e de suas consequências para a economia nacional, ou seja, a economia brasileira está se mostrando capaz de gerar diversificados postos de trabalho, porém as instituições formadoras não têm dado respostas eficientes para atender a essas demandas. Esse chamamento, por sua vez, leva a crescente necessidade de aumentar a qualificação da força de trabalho tendo em vista os desafios que as mudanças tecnológicas, organizacionais e gerenciais estão impondo ao mercado e à sociedade.

É evidente que a economia brasileira está se mostrando capaz de gerar novas oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, elevar o poder aquisitivo das pessoas. Mas, para acompanhar esse esforço torna-se imprescindível investir na formação do capital humano.

Nesse contexto, o Governo Federal institui o programa Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil, em 2007, e que mais tarde, precisamente em outubro de 2011, para alinhar às ações e objetivos do Programa Nacional de Acesso ao Curso

Técnico e Emprego – PRONATEC, o programa foi remodelado e batizado de Rede e-Tec Brasil, porém, conservado o seu propósito principal: a oferta de cursos técnicos de nível médio exclusivamente na modalidade a distância.

É oportuno registrar que o interesse pela temática dos cursos técnicos surgiu com base na experiência profissional como consultor e técnico do MEC, inclusive coordenando e assessorando o processo de implementação dos cursos da Rede e-Tec Brasil, no âmbito de todo o país. Nessa oportunidade, constatou-se o quanto a educação profissional, notadamente, os cursos técnicos de nível médio ofertados na modalidade a distância despertam o interesse e motivação em milhares de jovens e adultos, que por não terem condições de participar do acesso ao ensino presencial, encontram aí uma alternativa para realizar os seus objetivos. Assim, para um programa como esse, que gera muitas expectativas, tenha a possibilidade de atender a esses anseios, não apenas de inclusão, mas, de uma formação técnica com a qualidade esperada pelo mundo do trabalho é preciso observar mais que a ampliação das possibilidades de acesso é fundamental acompanhar como esses cursos estão sendo ofertados de modo a mensurar suas condições de ofertar, para que no processo se possa excluir, ou minimizar, a possibilidade de uma má formação.

A SETEC/MEC disponibiliza o financiamento para que a oferta dos cursos, mas, não possui nenhuma ação que avalie como esses cursos estão sendo ofertados, cabendo a cada instituição ofertante, que mantém convênio com o MEC para esse fim, averiguar os seus resultados.

Foi nesse contexto que surgiu a iniciativa de construir um mecanismo de avaliação das condições de oferta para a Rede e-Tec Brasil tendo como ponto de partida a iniciativa da SEE-PE por ser uma das instituições que está ofertando cursos no âmbito da Rede e-Tec Brasil desde a sua concepção e assim trás um histórico e longo período de experiência com esse trabalho que vem sendo desenvolvido, desta forma, a SEE-PE apresenta um fértil campo para a pesquisa de modo a constatar de que forma os resultados vêm realmente corresponder às necessidades da clientela que busca uma formação consistente para assegurar o seu lugar no mercado de trabalho e, também, com o objetivo geral do da Rede e-Tec Brasil.

É importante ressaltar que para analisar essa experiência, na prática, foi realizado um estudo de natureza qualitativa e quantitativa no âmbito da Rede e-Tec Brasil implantado pela SEE-PE, o que possibilitou o conhecimento das situações ali vivenciadas. A coleta dos dados ocorreu mediante a aplicação de questionários, além da

consulta a documentos considerados importantes para o aprofundamento da temática. Para facilitar a compreensão do trabalho, o estudo encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro aborda todo o contexto do problema, a maneira como ele está sendo estudado e os instrumentos de coleta de dados. Ressalta-se quanto a esta última questão que será observada na pesquisa, além dos questionários específicos, os documentos oficiais do convênio firmando entre o MEC e a SEE-PE (inclui projetos de cursos e plano de ação) e ainda como recurso auxiliar os sistemas informatizados de informações do MEC, tais como: o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), o Sistema de Assistência a Programas e Projetos Educacionais (SAPENET) e o Sistema de Gestão de Bolsas (SGB). O segundo capítulo dedica-se, inicialmente, à reflexão teórica do tema e, depois à apresentação e o tratamento dos dados e informações coletadas, bem como a sua interpretação, que pode auxiliar a SEE-PE na execução das suas práticas gestoras a partir dos resultados observados na pesquisa, objetivando a melhoria da eficiência do sistema implantado.

O terceiro capítulo, em especial, expõe uma proposta de intervenção, com base na análise das condições de oferta da Rede e-Tec Brasil na SEE-PE, a partir da pesquisa aplicada, cujos resultados fornecem informações para subsidiar uma proposta de avaliação das condições de oferta a nível nacional, da Rede e-Tec Brasil para a SETEC/MEC, ajudando-a na definição de políticas de modo a otimizar os recursos técnicos e financeiros essenciais para que o programa se torne sustentável e com possibilidade de ampliação para oportunizar o atendimento a mais pessoas, além de permitir à instituição, cumprir o que determina a legislação no que tange a obrigatoriedade de acompanhamento do programa, avaliando seu processo de modo a mensurar sua eficiência e eficácia, através dos seus resultados.

1. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SEU SURGIMENTO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Neste capítulo será apresentado o caso da Rede E-Tec Brasil. Porém, para compreender melhor a sua contextualização e o seu papel na educação profissional do Brasil, primeiramente será discutido o panorama geral dessa modalidade de educação no país. Em seguida será abordado um resgate histórico da incipiente educação profissional a distância no país, marcada por idas e vindas e por longo tempo sem lastro legal, portanto, a falta de ações mais efetivas ou mais evidentes, faz dessa modalidade de ensino um complexo caminho ainda a ser construído.

Por fim, o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil será detalhada em suas concepções para que se possa entender como foi o seu funcionamento e as razões que da sua remodelagem para outro programa com o mesmo objetivo principal, a Rede e-Tec Brasil. Na oportunidade será apresentado também, os critérios de atuação dessa nova forma de ofertar educação profissional na modalidade a distância pelo Governo Federal, assim, será descrito quais são as diretrizes para construção do material didático pedagógico, como deve ser os laboratórios didáticos, as estratégias de comunicação, plataforma de ensino e aprendizagem e ainda a infraestrutura recomendada para os polos de apoio presencial.

1.1 A Educação Profissional no Brasil

O registro da educação profissional no Brasil remonta ao início do século XX, marcado com o surgimento das escolas de aprendizes artífices, que pode ser considerado o acontecimento mais significativo na República Velha para essa modalidade de ensino. O Decreto-Lei nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha inaugura um olhar sobre a qualificação de trabalhadores, criando 19 escolas, classificadas como ensino profissional primário, destinadas ao que o governo chamava à época de “desafortunados”. No entanto, esse ato não significou uma integração do trabalho com a educação ou a escolarização do trabalho pelo ensino técnico, muito pelo contrário,

segundo Gonçalves (2005) as ideias que vigoravam na época davam a entender que havia uma desvinculação entre formação profissional e educação, entre trabalho e educação. Para o autor:

Educação era aquela de base teórica, porém intelectualista, voltada para a formação das classes dirigentes, daqueles que iriam ocupar os cargos de comando, ou burocráticos, na sociedade; formação profissional era aquela de base prática, voltada para as classes populares (GONÇALVES, 2005, p.2).

Todavia, foi somente em 1961, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que o ensino profissional equiparou-se ao acadêmico. Certamente esse fenômeno ocorreu, em virtude da possibilidade do crescimento econômico, idealizado pelo Presidente Getúlio Vargas, em que o ensino técnico foi considerado como estratégico, cujo destaque foi percebido na Constituição Federal, promulgada em 1937. É importante assinalar que três anos depois com o objetivo de atender os dois pilares da economia: indústria e comércio, surgiu o Serviço Nacional de Aprendizagem (Sistema S)¹, responsável pela formação de mão de obra, mais um claro sinal de que o ensino técnico era relevante para o governo.

Percebe-se, portanto que o reconhecimento da educação profissional ocorreu muito provavelmente devido à sua relevância para a economia brasileira. Inclusive, essa é uma situação que é reproduzida nos dias de hoje dentro da agenda de governo quanto às definições de políticas públicas para a educação profissional. Ressalta-se, ainda, que na década de 1970 houve, por parte do governo, uma forma de expansão da oferta do ensino técnico e profissional em virtude da aceleração do crescimento econômico. Para Frigotto (1999), as regras também para a escola como espaço de produção e reprodução de conhecimento, atitude, ideologia e teorias são determinadas pelo capitalismo que regula a relação entre capital e trabalho.

Até ao final do século XIX a industrialização brasileira apresentava baixa participação na economia nacional. Com a entrada de Getúlio Vargas, a partir de 1930 esse processo tomou impulso e passou a integrar as discussões, ganhando pauta relevante nas medidas governamentais. Foi considerado um momento de destaque para

¹Conjunto de instituições de categorias profissionais, composta por: SANAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio; SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo; SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

a educação profissional, pois viabilizou a institucionalização das escolas superiores para a formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo que ora se iniciava (WITTACZIK, 2007). Ainda segundo a autora, 10 anos depois o governo reforçou a formação profissional e a qualificação de trabalhadores com a implantação do chamado Sistema S. Suas instituições, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), foram sendo implantadas, progressivamente, nos anos seguintes.

Mas, efetivamente a educação profissional ganhou notoriedade e reconhecimento dentro de níveis educacionais a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, sendo, portanto, caracterizada como uma modalidade dentro da Educação Básica, muito embora sua importância retroaja a esse tempo. Isso fica bastante perceptível quando se analisam os artigos de 39 a 42 da citada lei: a educação profissional é concebida como “[...] integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia [...]”, de modo a conduzir “[...] ao permanente desenvolvimento para a vida produtiva.” (BRASIL, 1996). A legitimidade dessa modalidade educacional responde à exigência de a educação dar respostas aos desafios da modernidade.

É inegável que a educação profissional e tecnológica no Brasil deveria ter avançado muito mais considerando sua importância. Contudo, a LDB/2006 foi elaborada, votada e sancionada num momento em que o neoliberalismo vivia seu ápice. Exemplo disso, nesse período instituições como o Banco Mundial, que até então exercia forte influência na definição da política nacional em virtude dos seus investimentos e recomendou a priorização no ensino fundamental, restringindo ao máximo os cursos de qualificação de curta duração e baixo custo. De tal modo, a educação profissional, vista como um processo longo e dispendioso teve sua transferência recomendada para a iniciativa privada (SENAC, 2007). No entanto, a Lei 11.741/2008 veio corrigir essa distorção ao enfatizar que a educação profissional é uma das possibilidades de desenvolvimento do ensino médio integrando-a aos objetivos da educação nacional. (BRASIL, 2008).

Como se pode perceber, a educação profissional no Brasil tem um longo processo histórico de idas e vindas, de avanços e recuos, e por muito tempo andou às margens da educação formal. Todavia, a deficiência do ensino médio em cumprir seu papel na formação de cidadãos para o mundo do trabalho e as engrenagens dinâmicas da economia local e mundial que anseiam por trabalhadores qualificados têm exigido das autoridades um olhar mais atento quanto a essa necessidade. Por outro lado, a sociedade

vem cobrando uma escola mais conectada com a realidade atual, que acompanhe as constantes transformações e possa dar respostas mais condizentes às necessidades do mundo do trabalho, considerando que a educação profissional se constitui um importante vetor de inclusão social da população.

Nesse sentido, o governo federal, nesses últimos anos, tem envidado esforços buscando reorganizar ações voltadas para essa modalidade de ensino, instituindo programas de fortalecimento e apoio ao ensino técnico e de qualificação profissional e impulsionando a expansão física de escolas técnicas públicas.

É inegável o reconhecimento de que a Educação Profissional no Brasil tem se destacado pela atuação de instituições privadas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional do Comércio (SENAC), além das seculares escolas agrotécnicas federais e os antigos CEFETs que, recentemente, com exceção do CEFET-MG e CEFET-RJ, se transformaram em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A SETEC do MEC, responsável pelas escolas técnicas federais e por programas voltados ao fomento e fortalecimento da educação profissional, vem apresentando um conjunto de políticas públicas em torno da construção e consolidação de um sistema que contribua para a ampliação de vagas na educação profissional e igualmente para o fortalecimento da educação de adolescentes, jovens e adultos.

O fato é que a educação profissional no Brasil durante muito tempo tem sido enxergada apenas como preparação para o exercício de profissões técnicas. Dessa forma, a abertura de escolas técnicas esteve restrita aos locais mais industrializados ou que necessitavam de pessoal com qualificação técnica, seguindo uma lógica mercantilista. Nesse mesmo sentido, não se deve ignorar que a influência política também teve um peso relevante na implantação dessas escolas no interior dos estados. A atuação governamental nesse segmento educacional se dava de forma bem tímida. Some-se o fato de que, desde os tempos da ditadura militar, a educação profissional sempre esteve alinhada ao pensamento de um crescimento econômico para o país, e só é foco de debate como uma forma de impulsionar o mercado com uma mão de obra qualificada, por meio do ensino técnico, cuja compreensão já emanava da Lei de Diretrizes e Bases de 1961.

Contudo, sem coibir a ampliação da educação profissional pela iniciativa privada, o Governo Federal tem sinalizado uma participação mais efetiva nesse segmento da educação desde que instituiu a conhecida Reforma da Educação

Profissional, em 1997, com a publicação do Decreto 2.208/97. O referido decreto criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), estabelecendo as bases para essa modalidade de educação. De acordo com Pacheco (2012): “Ela era um dos itens do projeto de privatização do Estado brasileiro em atendimento à política neoliberal...” (PACHECO, 2012). Para o autor, essa reforma não atingiu plenamente seus propósitos, pois foi na contramão dos anseios de uma educação profissional pública. Convém ressaltar que, em 2004, o Decreto 5.154/04 revogou o Decreto 2.209/97 dando uma nova concepção à educação profissional e tecnológica (EPT) e novas perspectivas de ampliação. Até então a EPT, apesar de ser considerada de nível médio, mantinha uma dualidade, na medida em que era tratada separadamente do ensino médio. No entanto, o novo Decreto traz consigo a possibilidade de uma educação profissional integrada ao ensino médio.

Em 2006, a Educação Profissional ganhou destaque na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sendo reforçada mais adiante com a aprovação da Lei 11.741/08, acrescentando ao seu corpo a Seção IV-A, do Capítulo II, ressaltando que esses cursos são da educação básica, encontrando-se, portanto, no âmbito das políticas educacionais (PACHECO, 2012).

Com a nova redação dada à LDB pela Lei 11.741/08, a EPT é definida, no artigo 39, numa nova concepção, ao dizer que, para “cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 2008). Assim sendo, a EPT ocorre tanto na educação básica (ensino técnico) quanto na educação superior (ensino tecnológico). Para Pacheco (2012) a nova redação da lei dá clareza da união da EPT às outras modalidades educacionais – educação de jovens e adultos (EJA), educação especial e educação a distância (EAD).

No entanto, fica evidente que mesmo diante desse grande esforço a implantação de novas escolas não atinge a totalidade dos municípios brasileiros. Daí reconhecer a necessidade de buscar novas estratégias que possam abarcar o maior número de localidades. Então, vislumbra na educação a distância uma forte aliada para chegar aonde a expansão física proposta não pode atingir, atribuindo a essa modalidade de ensino a possibilidade de ampliar a oportunidade de escolarização e qualificação de trabalhadores e estudantes do país inteiro.

1.1.1. Resgate histórico da educação profissional a distância

Os mais de 8,5 milhões de km² de extensão territorial do Brasil abrigam uma diversidade cultural, geográfica, econômica e social que na maioria das situações vão de um extremo a outro. Levar a educação básica regular para este vasto continente já não é tão fácil. A tarefa é ainda mais difícil no caso da educação profissional, que exige altos investimentos em tecnologia e infraestrutura escolar, tais como laboratórios específicos e adequados aos cursos, representando uma barreira frente à priorização de investimentos na educação básica.

No entanto, para abordar a questão da educação profissional a distância no Brasil deve-se fazer o resgate histórico, com foco no entendimento de que as transformações vêm ocorrendo em todos os segmentos, inclusive no campo da educação, motivadas, principalmente, em função do avanço no sistema da comunicação e da informação. Alia-se a isso a política do governo federal que vem priorizando o investimento na educação profissional. Isso representa um esforço significativo para aumentar o nível dos trabalhadores brasileiros, muito embora se compreenda essas ações só tenham efeito a médio e longo prazo.

A EAD tem evoluído ao longo do tempo, tendo seu início a partir da escrita, quando a humanidade passou a interagir por correspondência por meio da comunicação a distância. Evidentemente, ganhou mais espaço e notoriedade com o desenvolvimento e a incorporação de tecnologias. Entretanto, foi entre o final do século XVIII e meados do século XIX que a educação a distância se desenvolveu a partir da educação por correspondência (BERNARDO, 2002).

Entre calços e percalços, da correspondência via correio tradicional às novas mídias, a educação a distância tem se transformado. Historicamente pode-se afirmar que as primeiras estratégias sistemáticas da EAD nascem no século XX. Fiala, Verona, Baptista e Batista (2008) define bem essa trajetória:

Nos anos 30, diversas universidades norte-americanas ofertaram cursos à distância. Na década de 60, as universidades à distância sofreram muitos preconceitos em relação à sua modalidade, mas houve também, a criação da Universidade Aberta da Grã Bretanha, que foi um marco muito importante, pois trouxe a utilização de novos meios como a televisão e os cursos intensivos em períodos de recesso da educação convencional. Esta experiência acabou se transformando em um modelo de EaD e trouxe muita competitividade nos cursos presenciais. Ainda na década de 60, também foi criada a Universidade Aberta da Venezuela e a Universidade Estadual à Distância da Costa Rica. (FIALA, VERONA, BAPTISTA E BATISTA, 2008, p. 2)

Os autores afirmam ainda que a educação profissional no Brasil iniciou-se em 1891, com a oferta de um curso de datilografia por correspondência anunciado nos classificados do Jornal do Brasil (FIALA, VERONA, BAPTISTA E BATISTA, 2008), apontam também outras experiências com a educação profissional a distância no Brasil:

- 1923 - Edgar Roquete Pinto e Henry Morize fundaram a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro dando início aos programas radiofônicos educativos;
- 1937 - O Ministério da Educação e Saúde criou o Serviço de Radiodifusão Educativa, sob influência da ditadura do Estado Novo;
- 1939 - Fundação do Instituto Rádio Monitor que mantinha cursos por correspondência no campo da eletrônica. A instituição existe até hoje;
- 1941 - Fundação do ainda existente Instituto Universal Brasileiro, que buscava a formação profissional de nível básico e médio. Início das primeiras experiências, de uma série futura de empreendimentos;
- 1943 - A Escola Rádio-Postal “A Voz da Profecia” oferecia, com apoio da Igreja Adventista, cursos bíblicos por correspondência;
- 1946 - O SENAC iniciou suas atividades e desenvolveu a Universidade do Ar em 1950, cobrindo localidades fluminenses e paulistas.

É importante destacar ainda a implantação pelo governo federal, em 1970, do Projeto Minerva, embora não considerado de educação profissional, foi de grande relevância no intuito de aumentar a escolarização dos brasileiros adultos. O projeto utilizou-se do rádio para difusão das aulas. Todas as emissoras do país eram obrigadas a transmitir a sua programação.

Na cronologia histórica da educação profissional no Brasil, destaca-se a implantação do Instituto Monitor. Por evidência é considerado a primeira escola de educação profissional a distância aqui implantada, fundado em 1939 pelo imigrante húngaro Nicolás Goldberge.

Desembarcado no Brasil, no início da década de 30, Nicolás Goldberge trouxe sua experiência em eletrônica e implantou o primeiro curso técnico por correspondência do país. A metodologia constituía do envio de apostilas e um kit de componentes eletrônicos e a interação se dava por correspondências enviadas pelos correios. Desde então, diversas outras instituições têm conquistado relevância social na qualificação de

peças. Entretanto, no campo da educação profissional a distância pública a ausência de uma legislação não permitiu seu avanço. Foram as instituições privadas que conquistaram espaço, ofertando cursos profissionalizantes considerados livres, sem necessidade de registros formais, devido ao não intervencionismo do poder público. Essa postura foi responsável também pela estagnação do ensino regular (ALVES, 1994).

Para Alves (1994), o marco legal para educação a distância no Brasil veio com o advento da primeira LDB, por meio da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. No Artigo 25, parágrafo segundo, dizia: “Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos” (BRASIL, 1971, s.p.). A lei não fez nenhuma referência à educação profissional a distância e, por esta razão, os cursos livres profissionalizantes tornaram-se o campo fértil da EAD brasileira.

Até a aprovação da nova LDB, (Lei 9.394/06) as propostas de regulação para EAD têm se referido apenas à educação superior, até pelo fato de a educação profissional somente se figurar efetivamente como parte da educação básica a partir da Lei 11.741/08. Até então os cursos da educação profissional eram ofertados de forma paralela (concomitante) ao ensino médio ou após sua conclusão (subsequente). Por conseguinte, a LDB no seu artigo 80 abre novos horizontes para essa modalidade em todos os níveis da educação, estabelecendo: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Apesar disso, os primeiros projetos formais de educação profissional de nível médio somente começaram a ser pensados com a regulamentação do artigo 80 da LDB a partir da publicação do Decreto 5.622/05.

O Decreto 5.622/05 é o marco legal que inaugura o início da oferta de cursos formais da educação profissional, fortalecendo e incentivando a implantação de cursos técnicos de nível médio subsequente na modalidade a distância. O referido decreto também possibilita a implantação, por parte do Ministério da Educação, da primeira política pública voltada ao incentivo de oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância pelas instituições de ensino público.

1.1.2. A Escola Técnica Aberta do Brasil

O Ministério da Educação, através do Decreto 6.301/07, implanta o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil, cujo objetivo, de acordo com o artigo primeiro do citado decreto é: “desenvolvimento da educação profissional técnica na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos no País” (BRASIL, 2007, p. 1). O próprio poder público repara, mesmo que atrasado, um débito histórico com a educação profissional e, ainda, com a educação a distância.

Nesta seção, a Escola Técnica Aberta do Brasil será descrita, destacando-se a sua implementação caracterizada como um sistema e a atual caracterização em rede.

1.1.2.1 Caracterizada como um sistema

A oferta de cursos técnicos de nível médio públicos ministrados a distância ganha um novo rumo e um impulso pelo governo. O programa Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil na primeira fase de implantação beneficia quase 20 mil alunos em todo o País. Segundo dados do Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontado por Rodrigues (2012), o programa tem ganhado força. De 2009 para 2010, enquanto a educação pública profissional presencial cresceu 10,82% a educação profissional a distância pública, por meio da Rede e-Tec Brasil, cresceu 50,16%. Esse crescimento de alunos veio acompanhado da ampliação do número de polos de apoio presencial, passando de 291 em 2010 para 543 em 2011.

O Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil) foi instituído pelo Decreto n.º 6.301, de 12 de dezembro de 2007 com o seguinte objetivo: “desenvolvimento da educação profissional técnica na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos no País” (BRASIL, 2007, s.p.). A base legal que apoiou a institucionalização desse programa foi a LDB (Lei n.º 6.364/96) e o Plano Nacional de Educação (Lei n.º 10.172/2001). No Ministério da Educação a gestão do programa foi sob a responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância (SEED).

Segundo o decreto que instituiu o sistema os objetivos principais são:

- A expansão da oferta de cursos técnicos de nível médio no interior do país, especialmente nas periferias e áreas metropolitanas;
- A formação de estudantes egressos do ensino médio e de jovens e adultos;

- Ser um meio facilitador e estimulador para que jovens e adultos possam ingressar e concluir o ensino médio;
- Contribuição com a produção de material didático voltado para a educação profissional a distância bem como a formação de pessoal para atuar neste segmento educacional.

Essa política chega num momento em que o Brasil passa por transformações econômicas e sua competitividade mundial depende da capacidade de inovar produtos e processos. Portanto, esse procedimento está diretamente ligado à formação e capacitação profissional dos trabalhadores. Segundo Preti:

Existe um nível de desemprego e uma insuficiência de qualificações. Há uma divergência entre as capacidades exigidas nos novos trabalhos e os conhecimentos que dispõe o conjunto dos trabalhadores. Por isso, torna-se imperativo aumentar o nível de formação dos jovens que chegam ao mercado do trabalho e, ao mesmo tempo, atualizar e melhorar as qualificações da mão-de-obra existente mediante uma educação e uma formação contínua e permanente (PRETI, 1996, p. 17-18).

O decreto deixa claro que o sistema funcionará em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Em síntese, o sistema é composto pelas instituições ofertantes dos cursos (certificadoras), que podem ser escolas técnicas da rede estadual de ensino, escolas técnicas da rede federal e pelos mantenedores de polos de apoio presencial, entre eles os estados, o Distrito Federal ou os municípios. Os polos podem ser instalados em escola pública municipal, estadual ou do Distrito Federal. A SEED/MEC fica responsável por selecionar esses entes mediante edital público. Para que um município se candidate a receber um polo, deverá garantir a infraestrutura e os recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e projetos do e-Tec Brasil (art. 2º § 2º lei 6.301/07), bem como garantir o pagamento das despesas referentes à infraestrutura, equipamentos, recursos humanos, manutenção das atividades e demais recursos necessários para a implantação dos cursos, podendo firmar convênio com a SEED/MEC para garantir essa estruturação.

A outra fase para implantação do e-Tec Brasil num determinado município ou Distrito Federal é a seleção das instituições ofertantes que tenham interesse em ofertar cursos técnicos, exclusivamente na modalidade a distância, nos polos de apoio presencial.

Não é obrigatório para a oferta dos cursos técnicos na modalidade a distância pelo e-Tec Brasil que a instituição ofertante seja do mesmo estado onde a sede da instituição está instalada. Um polo pode acolher tantas instituições quanto sua capacidade de infraestrutura suporte. Na realidade, o modelo do e-Tec Brasil segue a mesma sistemática da Universidade Aberta do Brasil (UAB). O único diferencial é o nível de ensino. A figura 1, através de uma simulação de um município hipotético, ilustra como pode ser a oferta de cursos pelo e-Tec Brasil.

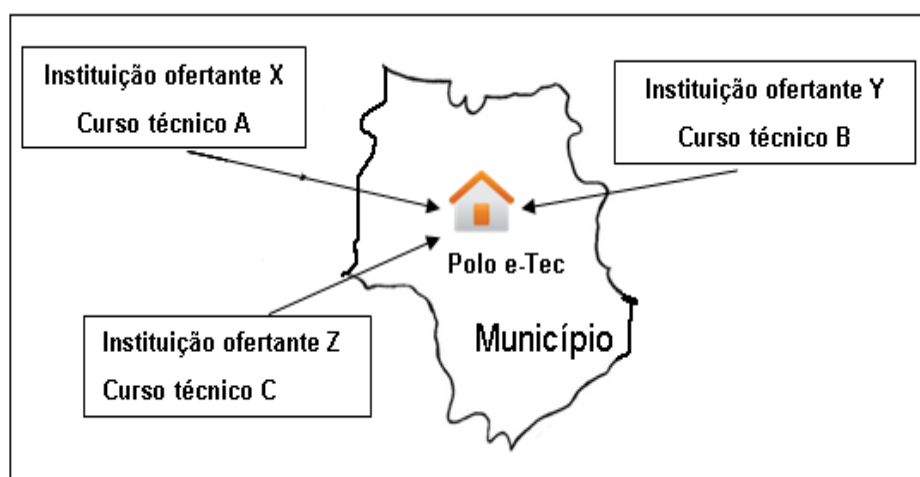


Figura 1 – Estruturação do Polo de Apoio Presencial e-Tec Brasil

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR (2012).

Segundo as resoluções 36/2009 e 18/2010 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a SEED/MEC pode custear bolsas para implementação do programa. As bolsas são destinadas a tutores, professores e coordenadores de cursos, coordenadores de polo, coordenadores de tutoria, coordenador geral e coordenador adjunto. Essas atribuições são definidas pelo próprio documento.

Em 2007 a SEED, em parceria com a SETEC, ambas do MEC, lançaram o edital n.º 01/2007/SEED/SETEC/MEC com o propósito de selecionar projetos para a oferta de cursos técnicos na modalidade a distância. O documento foi estruturado em duas partes. A parte “A” do edital faz chamado aos municípios, estados e ao Distrito Federal para, se houver interesse, apresentarem proposta para a implantação e estruturação dos polos de apoio presencial. Já a parte “B” destina-se às instituições que ministram cursos técnicos e que se interessam em ofertar cursos nos polos de apoio presencial selecionados na parte A do mesmo edital.

Parte “A” do edital 01/2007/SEED/SETEC/MEC:

(I) os Municípios, a apresentarem propostas de adequação de Escolas Públicas de Ensino Fundamental, de Ensino Médio e de Escolas Técnicas, para oferta de Ensino Técnico de Nível Médio, na modalidade de educação a distância, das instituições selecionadas na PARTE B deste Edital;

(II) os Estados e o Distrito Federal, a apresentarem propostas de adequação de Escolas Públicas de Ensino Médio e de Escolas Técnicas para oferta de Ensino Técnico de Nível Médio, na modalidade de educação a distância, das instituições selecionadas na PARTE B deste Edital (BRASIL, 2007, p. 01).

Parte “B” do edital 01/2007/SEED/SETEC/MEC:

(III) as instituições públicas federais, estaduais ou municipais que ministram Ensino Técnico de Nível Médio (Universidades, Centros de educação Tecnológica, Faculdades de Tecnologia, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas), a apresentarem propostas de Cursos de educação profissional técnica de Nível Médio concomitantes ou subseqüentes ao Ensino Médio, na modalidade de educação a distância, a serem ofertados nas Escolas Públicas selecionadas na PARTE A deste Edital;

Para os fins de seleção no âmbito deste Edital, os projetos de cursos deverão ser estruturados visando à articulação entre os cursos de educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, nas formas “concomitante” ou “subseqüente”, conforme disposto no § 1º, art. 4º do Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2007, p. 1).

O resultado da seleção, tanto de polos quanto de instituições ofertantes de cursos e seus respectivos cursos técnicos, foi publicado no Diário Oficial da União em 29 de fevereiro de 2008. Foram selecionados 288 polos de apoio presencial em 21 estados e as instituições de ensino técnico foram divididas em dois grupos. O primeiro grupo é composto por projetos de cursos com previsão de início das atividades de preparação e financiamento a partir de março de 2008, contando com 30 instituições de ensino técnico. O segundo grupo engloba projetos de cursos com previsão de início das atividades de preparação e financiamento a partir de junho de 2008 e conta com 32 instituições de ensino técnico.

Segundo o Ministério da Educação, apesar de uma seleção significativa de polos e instituições de ensino técnico, efetivamente não houve oferta de cursos em todos os polos e por todas as instituições. Em 2009, estavam ativos 190 polos, atendendo 19.142 alunos em diversos cursos técnicos.

1.1.2.2 Estabelecida como uma rede

O programa de educação profissional de nível médio na modalidade a distância instituído pelo Ministério da Educação, e-Tec Brasil, tem dois momentos. No primeiro instante o programa foi gerenciado pela SEED. Mas com a extinção dessa secretaria conforme o Decreto 7.480, de 16 de maio de 2011, o programa foi alocado na SETEC. Isso ocorreu num contexto em que o governo federal discute como ampliar a oferta de cursos técnicos como meio de capacitação de jovens e trabalhadores, atendendo a uma exigência social e do mundo do trabalho de modo a alinhar desenvolvimento econômico e escolarização de trabalhadores e responder à afirmação midiática sobre o chamado apagão de mão de obra, como afirma Amaral:

[...] a educação é um fator importante no mundo do trabalho e que há correlação entre uma economia mais avançada e a demanda por trabalhadores mais escolarizados. Ou seja: afirmar que o Brasil enfrenta um apagão de mão de obra significa dizer que o país não possui trabalhadores escolarizados para ocuparem todos os postos de trabalho (AMARAL, 2012, p.1).

Assim, o Governo Federal lança, em outubro de 2011, o Programa Nacional de Acesso a Curso Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído pela Lei n.º 12.513, com a finalidade de: “ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira”. O Programa nasce com o seguinte propósito, de acordo o artigo 1º, parágrafo único, do documento:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2011, s.p.).

É relevante ressaltar que, no inciso I do parágrafo único do artigo 1º da lei PRONATEC, o Governo foi explícito em afirmar que a expansão da educação profissional técnica de nível médio pode se dar também pela modalidade a distância, fortalecendo assim essa modalidade de ensino e garantindo uma expansão efetiva da educação profissional a todas as regiões do Brasil. Essa modalidade de ensino ganha um

inciso exclusivo no artigo 4º da lei: “fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância”.

Outro destaque da lei PRONATEC é o foco do público alvo. Prioritariamente, o programa é destinado a estudantes e egressos do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos (EJA), trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda (Lei 12.513/2011). Para contemplar esse público, a lei estabelece basicamente quatro linhas de ações:

- Expansão da rede física da rede federal de educação profissional e tecnológica, ampliando-se o número de vagas;
- Apoio financeiro para as redes estaduais de educação profissional para ampliação das vagas de cursos técnicos;
- Ampliação de oferta de vagas gratuitas pelos Serviços Nacionais de Aprendizagens – Sistema S;
- Oferta de vagas para formação inicial e continuada em cursos de qualificação de curta duração para estudantes e trabalhadores por meio da Bolsa-Formação;
- Apoio ao desenvolvimento e expansão da educação profissional de nível médio na modalidade a distância.

Das cinco ações que estruturam o PRONATEC, três delas já vinham sendo executadas pelo Governo Federal em forma de programas isolados. A expansão da Rede Federal teve início no segundo mandato do Governo Lula como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do MEC, lançado em 15 de março de 2007. O apoio às redes estaduais de educação profissional iniciou no final de 2007 com a instituição do Programa Brasil Profissionalizado, a partir do Decreto 6.302, de 12 de dezembro de 2007. O acordo de gratuidade com o Sistema S foi assinado em 22 de julho de 2008 entre o MEC, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Fazenda (MF), a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e prevê a progressiva ampliação das vagas para educação profissional graças aos recursos repassados pelo governo. O acordo, segundo o Ministério da Educação, estabeleceu como metas a serem alcançadas gradualmente as taxas de gratuidade.

Tabela 1 – Percentual do acordo para oferta de vagas gratuitas pelo sistema S

INSTITUIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CNC	20%	25%	35%	45%	55%	66,6%
CNI	-	50%	53%	59%	62%	66,6%

Fonte: SETEC/MEC (2012)

Por fim, a ação PRONATEC de apoio e incentivo à educação profissional na modalidade a distância, explicitado pelo inciso IV do artigo 4 da lei que criou o programa, já vinha sendo desenvolvido pelo próprio MEC desde o final de 2007, a partir da criação do e-Tec Brasil, conforme o Decreto 6.301, de 12 de dezembro de 2007. Porém, para ajustar a ação aos princípios e objetivos do PRONATEC, o programa e-Tec Brasil foi revogado por meio do Decreto 7.589, de 12 de outubro de 2012, criando-se no seu lugar a Rede e-Tec Brasil, pelo mesmo marco legal.

O PRONATEC converge para si todos os programas voltados à educação profissional e tecnológica, bem como as ações de formação e qualificação profissional do Governo Federal. Dessa forma, o MEC passa a gerenciar toda oferta de educação profissional e tecnológica demandada por outros Ministérios, envolvendo as redes estaduais, a federal e o sistema S.

Destacando o foco deste estudo, ressalta-se que a extinção do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil e a criação da Rede e-Tec Brasil, aparentemente com o mesmo objetivo, tiveram suas razões. A primeira diferença do Decreto está no alcance do programa. Enquanto o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil restringia-se à oferta de cursos técnicos de nível médio, a Rede e-Tec Brasil amplia essa oferta para toda educação profissional e tecnológica. Ou seja, podem ser ofertados desde cursos de qualificação de curta duração até cursos superiores de tecnologia. Duas outras diferenças merecem destaque: não consta da legislação a seleção de projetos por edital, sendo que qualquer instituição prevista no decreto (Rede Federal, redes estaduais e sistema S) pode apresentar proposta, além dos polos de apoio presencial, que passam a ser de responsabilidade da própria instituição que ofertará os cursos.

Quadro 1 – Diferenças entre o Sistema e-Tec Brasil e a Rede e-Tec Brasil

Características	Sistema Escola Técnica	Rede e-Tec Brasil
Legislação	Decreto 6.301/2007	Decreto 7.589/2011
Órgão executor	SEED/MEC	SETEC/MEC
Objetivos	Ofertar exclusivamente cursos técnicos de nível médio na modalidade a distância	Ofertar cursos da educação profissional e tecnológica (formação inicial e continuada) e instrumentalizar e apoiar as redes públicas de ensino e o sistema S para a oferta de cursos da educação profissional e tecnológica na modalidade a distância.
Concepção para operacionalização	Sistema, (com toda sua complexidade) cujo modelo de EAD já era pré-definido.	Rede, a partir da autonomia institucional, há possibilidade de compartilhamento de expertises.
Polos de Apoio Presencial	Compartilhamento de polos entre as instituições.	Polos de responsabilidade de cada instituição. Atende ao desenvolvimento regional.
Novas ofertas	Por edital	Fluxo contínuo de acordo com a demanda.

FONTE: Decretos 6.301/2007 e 7.589/2011.

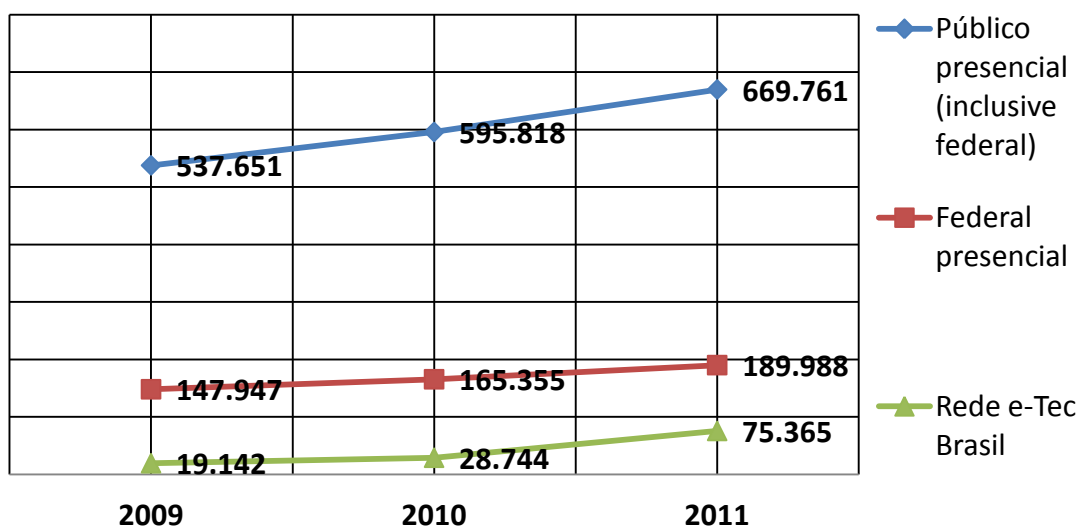
A Rede e-Tec Brasil encontra-se embasada na Lei n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; pela Lei n.º 11.741, de 2008 que inseriu na LDB o Capítulo II, do Título V, a seção IV-A - Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e também a terminologia no capítulo III – Da Educação Profissional e Tecnológica; no Decreto n.º 5.622/2005 que regulamenta o artigo 80 da Lei 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (Resolução CNE/CEB N.º 11/2012), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB N.º 1/2000), no Decreto 5.840/2006 que institui o PROEJA e na Resolução CNE/CEB n. 3/2012 que atualiza o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

A perspectiva da Rede e-Tec Brasil é a expansão e a democratização da oferta de profissionalização voltada para o interior do país e também para as periferias das

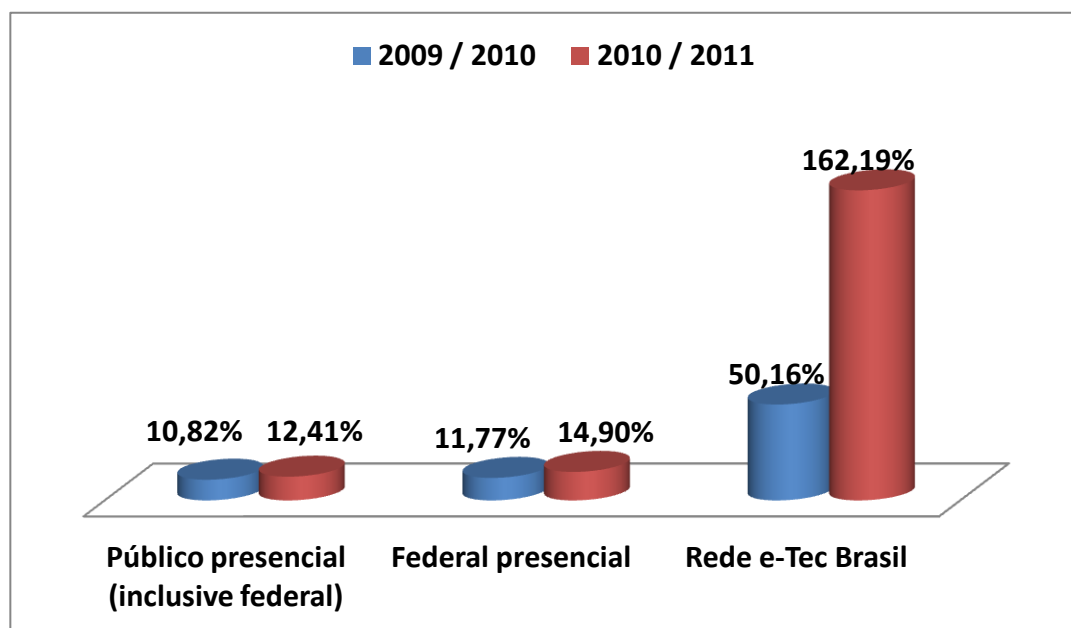
áreas metropolitanas, orientando-se pelas necessidades de desenvolvimento econômico e social de cada estado. Para tanto deve-se tomar como referência as demandas dos trabalhadores por uma formação ampla e qualificada, as demandas sociais e culturais bem como os Arranjos Produtivos Locais (APL) e regionais identificados pelos estados.

A educação profissional a distância ganhou proporções gigantescas a partir da implantação do e-Tec Brasil por parte do Ministério da Educação. Segundo as metas estipuladas no PRONATEC, a Rede e-Tec Brasil devem ofertar, até 2014, aproximadamente 700 mil vagas em cursos técnicos. Esse número é possível de ser alcançado, considerando o crescimento da rede nos últimos anos. Segundo dados do MEC, de 2010 a 2011 o crescimento foi de 162% no número de matrículas na educação profissional a distância Rede e-Tec Brasil contra apenas 12,4% na educação profissional presencial no mesmo período. Os gráficos 1 e 2 apresentam este crescimento em comparação com a educação presencial.

Gráfico 01 – Matrículas do ensino técnico público – 2009 a 2011



Fonte: SISTEC/SETEC, 2012.

Gráfico 02 – Crescimento da matrícula do ensino técnico por ano

FONTE: SISTEC/SETEC, 2012.

1.1.2.2.1 Diretrizes de adesão a Rede e-Tec Brasil

As instituições de ensino de educação profissional e tecnológica interessadas em integrar a Rede e-Tec Brasil devem formalizar o pedido junto à SETEC e assinar o Termo de Adesão, conforme preceitua o decreto de sua criação.

As Instituições, com o Termo de Adesão devidamente assinado, devem encaminhar suas propostas para oferta de cursos em conformidade com os critérios estabelecidos pelo programa, cuja análise observará:

- A relevância para a melhoria da educação profissional e tecnológica na modalidade a distância;
- A experiência e a capacidade técnica do proponente e da equipe responsável pelo desenvolvimento dos projetos;
- O atendimento às diretrizes definidas para a elaboração dos materiais didáticos e Projeto Gráfico para produção de material didático da Rede e-Tec Brasil.

Segundo a SETEC do MEC, responsável pela gestão do programa, a proposta de curso para a educação profissional a distância deverá ser estruturada com:

- Descrição do curso que poderá ser ofertado: com a apresentação do projeto pedagógico (com todos os componentes curriculares, respectivos ementários e demais componentes pedagógicos do curso), bem como a indicação da quantidade de vagas;
- Cronograma de execução do curso proposto: prevendo todas as etapas de aprovação interna na instituição de ensino, bem como os prazos para sua implementação;
- Descrição das necessidades específicas relativas ao Polo onde será realizado o curso quanto à infraestrutura física e logística (laboratórios, bibliotecas, recursos tecnológicos e outros);
- Descrição dos recursos humanos: corpo docente específico para educação a distância (professor conteudista/autor e coordenador), orientadores educacionais, professores regentes e outros;
- Detalhamento do orçamento estimado e cronograma de desembolso;
- Apresentação de possibilidade de contrapartidas financeiras ou de recursos humanos, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para a SETEC o Ministério da Educação o foco das ações formativas da Rede e-TEC Brasil deve ser o desenvolvimento de capacidades profissionais e humanas que permitam o exercício autônomo de funções técnicas requeridas pela sociedade, referenciando-se nas necessidades dos indivíduos, do mercado e da sociedade. A execução dos cursos deverá atender às metas estabelecidas e o cumprimento da carga horária previamente determinada pelo Plano do Curso, em estrita consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, inclusive as metas de certificação e titulação da habilitação ofertada deve ser buscada como um indicador da sua eficiência.

De acordo com as normas da Rede e-Tec Brasil os cursos técnicos no âmbito das escolas estaduais precisam da aprovação do Conselho Estadual de Educação antes de virem a funcionar e de serem inseridos no Cadastro Nacional de Cursos Técnicos (SISTEC). No que diz respeito à Rede Federal, ou seja, os Institutos Federais, os Centros Federais de Educação Tecnológica e pelas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais o plano de curso deve ser aprovado previamente pelo conselho superior da instituição por meio de ato legal.

1.1.2.2.2 Distribuição do tempo e dos conteúdos na Rede e-Tec Brasil

No tocante à carga horária mínima dos cursos e os conteúdos, estes devem estar em consonância com as prescrições legais expressas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e com o projeto de curso aprovado nas instituições, não sendo possível uma composição de tempo diferente dos cursos ofertados na forma presencial.

Com base na Resolução nº 06 da Câmara de Educação Básica do CNE, de 20 de setembro de 2012, as instituições devem prever percentuais de horas presenciais especificadas nos referidos planos de curso, as quais devem ser utilizadas no desenvolvimento de capacidades práticas e experimentações nos diferentes ambientes e laboratórios destinados a estes fins. Essa carga horária presencial varia de acordo com a complexidade tecnológica do curso, sendo obrigatório o mínimo de 20% para os momentos presenciais em relação à carga horária total do curso, exceto para os cursos na área de saúde, em que os momentos presenciais devem ser no mínimo 50% da carga horária total.

Os cursos devem contemplar uma fase inicial estimada inicialmente em 50-60 horas, preferencialmente presencial, em laboratório de informática. Uma espécie de módulo-acolhimento, dando conta do processo de alfabetização digital, do uso da plataforma de ensino virtual, bem como do fortalecimento dos processos de leitura e escrita, preferencialmente por meio da abordagem de temas da área técnica em questão. Supõe-se para essa fase uma função preventiva em relação ao abandono escolar.

Além disso, os cursos podem prever uma saída intermediária após realização de cerca de 250-300 horas, fornecendo certificado de formação inicial, observando-se para isso o Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO). Essa opção deve estar vinculada à possibilidade de inserção, na condição de auxiliar, no mundo do trabalho, prospectando-se a conclusão do curso técnico de nível médio.

As instituições devem prever no seu plano de curso o estágio curricular obrigatório, atentando para as regulações dos Conselhos de Classe e legislação de estágio (Lei 11.788/2008 e Resolução CNE/CEB n. 01/2004), principalmente referente a carga horária, possibilitando ao aluno seu registro e exercício profissional no respectivo Conselho após a conclusão do curso.

1.1.2.2.3 Material didático

Segundo orientações do programa, o material didático deve estar em correspondência com os princípios curriculares estabelecidos em lei, ou seja, deve favorecer a compreensão e o desenvolvimento de capacidades técnicas, entendidas em sua função de desenvolvimento pleno dos sujeitos trabalhadores.

Para a elaboração do material didático na Rede e-Tec Brasil, a instituição ofertante dos cursos deve se orientar pelo plano de curso e o projeto gráfico para sua produção seguindo rigorosamente os referenciais para elaboração de material didático para EAD no ensino profissional e tecnológico (SEED, 2007).

Devido a inexperiência das instituições para a produção de material didático para a educação profissional a distância, quando a SEED instituiu o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil, implantou um mecanismo para auxiliar as instituições na produção desse material, assim, recrutou cinco instituições com notória experiência em educação a distância, chamadas de instituições de Designer Instrucional – DI, para capacitar autores na produção desse material e fazer o designer instrucional dos mesmos, a saber:

- Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC;
- Universidade Federal de Santa Maria - UFSM;
- Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT;
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN;
- Instituto Federal do Paraná - IFPR; e
- Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro – CEDERJ.

É importante registrar que na transição do programa, até então sob responsabilidade da extinta SEED para a SETEC, o CEDERJ foi excluído do rol de instituições por desejo próprio, ingressando o Instituto Federal Sul-Rio Grandense – IF Sul-Riocardense.

Após serem elaborados pelas instituições, contando para isso com financiamento específico da SETEC/MEC. Esses materiais devem ser submetidos à avaliação das instituições de DI. Após aprovação e editorado os materiais devem ser disponibilizados para uso de todas as instituições da rede, respeitando a identificação de sua autoria.

Para melhor compreensão sobre a produção do material didático, o fluxo inicia-se a partir da manifestação da instituição que vai ou oferta um curso em produzir o material (para cada disciplina corresponde a um chamando caderno pedagógico). Essa manifestação consiste na solicitação de recursos ao MEC e contato com a DI informando os nomes dos autores das disciplinas. A DI prepara os autores numa formação sobre autoria para a modalidade a distância e na sequência recebe os textos dos autores para a devida formatação e quando totalmente pronto o caderno é enviado ao MEC em formato eletrônico que ficará disponível. Apesar de um aparente fluxo simples, a finalização de um caderno pedagógico, por parte da DI, não ocorre em menos de seis meses, pois o trabalho, além de transformar os textos do autor em uma linguagem para a educação a distância é observado a pertinência e atualidade do assunto, correções ortográficas, introdução de gravuras e a existência de possíveis plágios.

Cumprido ressaltar, ainda, que houve um esforço da SEED no sentido de otimizar a produção do material didático, atribuindo a UFSC uma pesquisa sobre os currículos que estavam sendo utilizados na oferta dos cursos no programa. Ao final da pesquisa a universidade apresentou um documento intitulado “Currículo Referência” onde recomenda as competências necessárias para os cursos e referencia uma matriz curricular, entretanto, quando a SETEC assumiu efetivamente a gestão do programa, esse documento foi alvo de inúmeras discussões por entender que o MEC não poderia recomendar um referencial curricular específico para educação profissional a distância uma vez que já estava em debate o referencial curricular para a educação profissional, seja ela presencial ou a distância. Desta forma, embora o Currículo Referência, desenvolvido pela UFSC esteja disponível para as instituições, não houve recomendação formal por parte da SETEC.

1.1.2.2.4 Laboratórios didáticos

Segundo orientações da Rede e-Tec Brasil, o laboratório é considerado um espaço fundamental para o aprendizado do aluno, pois nele pode-se criar, recriar, questionar e vivenciar diferentes situações. O laboratório deve ainda proporcionar ao aluno o desenvolvimento da cooperação e a interação entre os significados construídos. A prática no laboratório deve visar à ação do aluno, é ele que vai ter que chegar a

conclusões e assim cada vez mais aumentar sua capacidade de relacionar conteúdos e aprofundá-los.

Os laboratórios dos cursos ofertados pela Rede e-Tec Brasil devem se orientar pelas recomendações de infraestrutura dos cursos do CNCT e estar previstos no plano pedagógico do curso.

O MEC apoia financeiramente a aquisição de laboratórios destinados à demanda da Rede e-Tec Brasil. São dois os tipos de laboratórios que podem ser adquiridos: fixos e móveis. Ambos devem seguir as recomendações contidas nas Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No que se refere a laboratórios fixos, sua implantação deve considerar a Norma Brasileira NBR 14050 – ABNT, referentes a: piso; paredes; teto; aberturas das janelas; portas; tamanho das janelas; projeto de instalação elétrica; projeto de instalação hidráulica; gás; registros de água, ar e gás; bancadas de trabalho.

Quanto aos Laboratórios Móveis, o MEC desenvolveu, em conjunto com especialistas e acompanhando pelo Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO), laboratório composto de caminhão e contentor com avanço lateral devidamente mobiliado e pronto para receber os equipamentos e suprimentos para laboratório de acordo com a especificidade de cada curso.

1.1.2.2.5 Pessoal docente e técnico

O pessoal docente e técnico envolvido no programa de educação a distância da Rede e-Tec Brasil deve atender às particularidades de cada instituição de acordo com a metodologia de ensino adotada.

A Rede e-Tec Brasil concede auxílio financeiro em forma de pagamento de bolsas destinadas ao pessoal envolvido na oferta dos cursos. Podem receber bolsas desde os coordenadores até os tutores. As diretrizes para pagamento de bolsas estão nas resoluções do FNDE n.º 36/2009 e 18/2010 e devem ser selecionados de acordo com as funções:

- Coordenador Geral – Tem a função de acompanhar e supervisionar todo o programa de acordo com suas diretrizes no âmbito da instituição e fazer a interlocução com a SETEC/MEC;

- Coordenador Adjunto – pessoa para assistir o coordenador geral nas suas diversas atribuições;
- Coordenador de curso - exercer as atividades típicas de coordenador de curso na instituição;
- Coordenador de polo - exercer as atividades típicas de coordenação do polo;
- Coordenador de tutoria - coordenar e acompanhar as ações dos tutores;
- Professor pesquisador – avaliar novas metodologias de ensino adequadas aos cursos, podendo ainda atuar nas atividades de formação;
- Professor conteudista - elaborar os conteúdos para os módulos do curso;
- Tutores presenciais – apoiar os alunos nas atividades presenciais;
- Tutores a distância - acompanhar as atividades do ambiente virtual de aprendizagem.

1.1.2.2.6. Estratégias de comunicação

O ensino a distância pressupõe uma forte estrutura de apoio e acompanhamento ao aluno em sua trajetória formativa. A comunicação entre alunos e entre estes e professores é fundamental para estimular a autonomia. Portanto a Rede e-Tec Brasil não impõe nenhuma estratégia metodológica, ficando a instituição ofertante responsável por sua adoção de acordo com os recursos tecnológicos existentes e especificidades do público alvo. No entanto, a Rede e-Tec Brasil recomenda que sejam observados os Referenciais de Qualidade para Educação a Distância (SEED, 2007) atentando ao nível de ensino.

A partir das experiências das instituições na Rede e-Tec Brasil, podem-se observar inúmeras possibilidades de metodologias utilizadas para vencer as dificuldades de algumas das localidades e do público e cada instituição adota seu próprio esforço e a criatividade. Porém, em comum pode-se descrever:

- Tutorias presenciais- realizadas nos Polos: realizadas por tutores escolhidos por seleção pública e capacitados no conteúdo das disciplinas e na metodologia de educação a distância, com vistas ao acompanhamento dos alunos em disciplinas teóricas e em atividades laboratoriais;

- Tutorias a distância - realizadas por docentes e tutores, localizados fisicamente nas instituições executoras, oferecem tutorias utilizando plataformas virtuais de ensino, inclusive vídeo-tutoria, telefones e outros recursos;
- Videoconferência - recurso utilizado para interação de docentes e alunos, entre si e uns com os outros. Esse recurso é disponibilizado para os alunos na plataforma virtual de aprendizagem ou através de satélite.

1.1.2.2.7 Plataforma de ensino virtual

A Rede e-Tec Brasil recomenda o compartilhamento do conhecimento em um ambiente virtual, sugerindo a plataforma de ensino a distância chamada *Moodle - Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment*, ou, em outras palavras, um sistema de gestão da aprendizagem que tem como intuito proporcionar aos acadêmicos e professores uma maior dinâmica de ensino dentro e fora da sala de aula.

Essa plataforma é utilizada como elemento de suporte às aulas presenciais. O Moodle é um sistema de administração de atividades educacionais que se destina à criação de comunidades *on line*, voltadas para a aprendizagem.

Na plataforma, professores e alunos podem compartilhar materiais de ensino, ter acesso a apresentações das aulas, publicar trabalhos (os alunos enviam os trabalhos para o professor por meio do Moodle), disponibilizar listas de exercícios e apostilas, criar fóruns e chats para discussão de diversos assuntos e oferecer acesso a sistemas de informação e a bibliotecas digitais. O sistema pode ser utilizado por alunos para postar mensagens com perguntas sobre algum conteúdo, que podem ser respondidas pelo próprio professor ou por acadêmicos que tenham experiência no assunto em questão.

A plataforma também proporciona um maior controle na entrega e avaliação de trabalhos, já que o professor pode saber quem entregou um determinado trabalho e assim repassar a nota e guardar um histórico de cada um dos alunos.

1.1.2.2.8 Infraestrutura dos polos de apoio presencial

Em seus projetos pedagógicos, as instituições devem explicitar a infraestrutura disponível para a realização dos cursos. Essa definição requer a identificação, condição para sua aprovação na Rede e-Tec Brasil:

- Dos espaços disponíveis para a realização dos cursos, dos encontros presenciais, as salas de coordenação, espaço para equipe de apoio, laboratórios existentes e infraestrutura geral do prédio no qual serão sediadas as atividades curriculares previstas;
- Do mesmo modo, deve-se explicitar a infraestrutura material (computadores, televisão, projetor multimídia, impressoras, linha telefônica, acesso à internet etc.);
- Também deve ser informada a existência de biblioteca, contendo descrições sobre o acervo, as possibilidades de acesso e o sistema de empréstimos.

Esses espaços e equipamentos devem permitir a execução, com qualidade, dos cursos ofertados pela instituição nos polos de apoio presencial em articulação com o projeto pedagógico do curso.

As recomendações da Rede e-Tec Brasil quanto à infraestrutura para os polos podem ser assim descritas:

- Biblioteca, preferencialmente climatizada, com acervo bibliográfico compatível com os projetos dos cursos ofertados naquele polo;
- Salas de estudo, preferencialmente climatizadas;
- Secretaria do polo, preferencialmente climatizada;
- Sala(s) de atendimento tutorial, para atendimento tutorial presencial. Quando especificadas nos projetos político e pedagógico dos cursos, parte da(s) sala(s) deve(m) ser equipadaa(s) com receptor de videoconferência;
- Laboratórios de informática, ligados em rede, com um número de computadores compatível com o número de alunos;
- Laboratórios didáticos equipados quando o projeto do curso prevê laboratórios fixos permanentes;
- Salas para montagem de equipamentos quando o projeto do curso prevê laboratórios transportáveis, instalados em salas fixas;
- Infraestrutura elétrica e hidráulica para conexão de laboratórios móveis quando o projeto do curso prevê.

Os Polos são avaliados pela SETEC, com instrumento próprio, para averiguar se sua estrutura atende aos requisitos estabelecidos pelas diretrizes da Rede e-Tec Brasil. Quando se trata de Polos das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a própria instituição inicialmente faz uma auto avaliação de acordo com o instrumento específico disponibilizado pela SETEC e o dirigente máximo da instituição assina termo de responsabilidade pelas informações concedidas.

Apesar das diretrizes da Rede e-Tec Brasil preverem que a SETEC poderá a qualquer momento auditar *in loco* os Polos para verificar o seu cumprimento, até o presente momento não houve nenhuma visita desse tipo por parte do MEC. É relevante destacar, ainda, que o orçamento previsto para o programa em 2012 é de 150 milhões de reais para atender 150 mil novos alunos e mais os cerca de 50 mil remanescentes dos anos anteriores, segundo dados da coordenação do programa na SETEC. No entanto, apesar do volumoso recurso disponível, e considerando a significância do programa para o desenvolvimento socioeconômico das pessoas, assim como da importância do mesmo para o Governo Federal não há nenhuma ação de avaliação do mesmo para verificar sua efetividade e eficácia. Assim é fundamental e importante não apenas um monitoramento das ações, como também uma avaliação dos programas para se ter uma melhor compreensão do desempenho da ação governamental no uso dos recursos públicos (Santos, 2012).

O volume de recursos públicos destinados a Rede e-Tec Brasil é significativamente alto, é preciso, pois, que o governo responda a sociedade, com transparência, sobre a eficiência na gestão desses recursos. Desta forma, a implantação de um mecanismo de avaliação torna-se indispensável para dar resposta a essa questão, como explica Santos (2012): “que permitam o acompanhamento dos resultados e processos por meio de indicadores que identifiquem os desvios e suas causas e a introdução de medidas corretivas tempestivas”.

1.2. A educação profissional a distância no Estado de Pernambuco

Não diferente das demais unidades federativas do Brasil e em consonância com a própria história da educação profissional na modalidade a distância no país, a SEE-PE

iniciou sua oferta de cursos nessa modalidade de ensino logo na primeira chamada da SEED/MEC.

Inicialmente torna-se relevante registrar que, no Estado de Pernambuco, três instituições ofertam cursos no âmbito da Rede e-Tec Brasil: a Secretaria de Educação do Estado, o Colégio Agrícola Dom Agostinho Ika que é vinculado à Universidade Federal Rural de Pernambuco e o Instituto Federal de Pernambuco. Todavia, este estudo teve como foco a Secretaria de Estado de Pernambuco.

A relação do Governo de Pernambuco com o MEC para a oferta de cursos técnicos na modalidade à distância, inicialmente pelo Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil, teve início quando a Secretaria de Ciência e Tecnologia de Pernambuco enviou proposta ao MEC para ingressar no e-Tec Brasil, o que motivou o convênio entre a União e o Estado de Pernambuco conforme distribuição especificada na tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição das vagas do e-Tec na SEE-PE

Cidades-Polo / Curso	Análises Clínicas	Agente Comunitário de Saúde	Adm.	Comércio	Enfermagem	Eventos	Hospedagem	Informática	Logística	Meio Ambiente	Segurança do Trabalho	Total por Polo
ARARIPINA		37	15	27				40	6	19	22	166
BOM JARDIM		29						21				50
CARUARU			16	22		9	2	17			30	96
RECIFE/ETEASD			5					26				31
ESCADA	13		5	14	40			19				91
RECIFE/ETEPAM								24				24
FERNANDO DE NORONHA			10				1	8				19
FLORESTA			1		2			11				14
GARANHUNS	18		8	10	17	8		16				77
ITACURUBA								28		4		32
NAZARÉ DA MATA	14	31		19				24				88
OURICURI	22		9		38			35				104
PALMARES		19	11	9	25			22	10		15	111
PAUDALHO					33			16				49
PETROLINA			3			3	4	10			27	47
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE			1	3				6			15	25
SERRA TALHADA	24			15				26				65
SÃO JOSÉ DO EGITO		15	14	12	20			11				72

SURUBIM					28			22				50
TABIRA	15		14	3	29			35				96
Total por Curso	106	131	112	134	232	20	7	417	16	23	109	1.307

FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO, 2013.

A oferta de cursos técnicos pela Secretaria de Ciência e Tecnologia de Pernambuco fazia parte da organização administrativa do governo estadual, desvinculando a educação profissional da Secretaria de Educação. Essa distorção foi corrigida em dezembro de 2009 em virtude da reestruturação administrativa no Governo do Pernambuco, atribuindo a responsabilidade também pela educação profissional para a Secretaria de Educação de Pernambuco (SEE-PE).

A transição dos projetos de educação que vinham sendo executados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia de Pernambuco não foi tão simples. A formação de novas equipes e a forma como todos esses processos seriam sequenciados dependiam de decisões, o que acarretou no atraso da oferta dos cursos e na paralisação de outros.

Pode-se afirmar que a SEE-PE é bastante jovem na oferta da educação profissional e inicia tardiamente este processo, ao passo que outras Unidades Federativas migraram esta modalidade de ensino das Secretarias da Ciência e Tecnologia para a Secretaria de Educação logo após a aprovação da LDB, em 1996 em consequência da inclusão da educação profissional na educação básica, de responsabilidade dos órgãos de educação.

Contudo, a SEE-PE, em se tratando da Rede e-Tec Brasil, herdou as turmas em andamento para concluí-las e também para promover a sua expansão. Nessa perspectiva a SEE-PE encaminhou ao MEC, em 2011, uma nova proposta para ampliação das vagas dos cursos técnicos na modalidade a distância para a oferta de 5.000 novas vagas. As tabelas 3 e 4 mostram o panorama atual dos cursos ofertados na rede.

Tabela 03 – Ampliação da Rede e-Tec Brasil pela Secretaria de Educação de Pernambuco

Curso	Total por Curso
Técnico em Administração	1479
Técnico em Biblioteca	540
Técnico em Comércio	7
Técnico em Hospedagem	7
Técnico em Informática - Desenvolvimento de Softwares	1307
Técnico em Logística	672

Técnico em Recursos Humanos	835
Técnico em Seg. do Trabalho	1782
Técnico em Serviços de Restaurante & Bar	86
Total	6715

FONTE: SEE-PE, 2013.

Tabela 04 – Cidades Polos com as respectivas quantidades de matrículas

Cidade – Polo	Matriculas
Recife - Polo ETEASD	349
Recife - Polo ETEPAM	504
Araripina	267
Bom Jesus	163
Caruaru	279
Escada	215
Fernando de Noronha	57
Floresta	132
Garanhuns	374
Itacuruba	97
Nazaré da Mata	387
Ouricuri	186
Palmares	285
Paudalho	278
Petrolina	342
Serra Talhada	271
São José do Egito	167
Surubim	231
Tabira	327
Arcoverde	204
Bom Conselho	124
Cabo de Santo Agostinho	89
Salgueiro	98
Afogados da Igazeira	201
Cabrobó	149
Itapissuma	177
Jaboatão	203
Olinda	204
São Lourenço da Mata	186
Vitória	169
Total	6715

FONTE: SEE-PE, 2013.

Porém, a ausência de dados a respeito dos cursos em andamento não permite que a SEE-PE possa verificar se os objetivos e metas estão sendo alcançadas. Segundo

Souza (2006), o ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Assim, nessa primeira etapa de oferta de cursos pela Rede e-Tec Brasil, verificou-se que o Governo de Pernambuco cumpriu cinco fases do ciclo, faltando a avaliação, fase necessária para verificar a eficiência e eficácia do que foi implantado, fundamental às decisões, sobretudo, da pertinência da sua continuidade.

É extremamente importante que se tenha ideia do que vem acontecendo nos cursos durante a sua execução para se deliberar sobre possibilidades de melhoramento ou de fortalecimento, caso estejam bem. Para tanto, a Rede e-Tec Brasil recomenda em suas diretrizes que, se forem implementadas, aproximam o objetivo da qualidade desejada. Desta forma, não se pretende com este trabalho apresentar uma solução definitiva, mas um caminho para apontar elementos que subsidiem a gestão na tomada de decisões com segurança.

Nesse capítulo foi apresentado toda trajetória legal da educação profissional a distância no Brasil que embasou a construção pelo MEC, inicialmente do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil e posteriormente na Rede e-Tec Brasil, de toda política que constitui esse programa.

Tais definições foram importantes para balizar um estudo teórico sobre o papel da avaliação enquanto mecanismo para determinar o êxito ou o fracasso do programa, cuja variável em destaque é o objeto desse trabalho. Assim, o próximo capítulo compreende, além do estudo teórico referente a matéria, dedica-se a apresentação e análise dos dados empíricos coletados na pesquisa.

2. A REDE E-TEC BRASIL NA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

Até aqui foi apresentado os dispositivos legais que permeiam a educação profissional a distância no Brasil e o surgimento da Rede e-Tec Brasil, bem como a dinâmica e as diretrizes de funcionamento do programa a serem observados pelas instituições que ofertam cursos técnicos nessa modalidade de ensino. Entretanto, a Rede e-Tec Brasil, não dispõe como já afirmado anteriormente, de nenhum meio para avaliação dos seus resultados. Nessa perspectiva esse trabalho busca propor um sistema para avaliação das condições de ofertas dos cursos da Rede e-Tec Brasil.

Para cumprir o propósito do trabalho se faz necessária resgatar uma discussão teórica e conceitual sobre avaliação de sistemas educacionais para dar consistência ao trabalho de campo do projeto piloto de avaliação das condições de oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil na SEE-PE que constituirá os dados empíricos para nortear a construção do plano de ação educacional – PAE para subsidiar o MEC na avaliação das condições de oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil a nível nacional.

2.1. Avaliação como princípio norteador dos rumos institucionais

A educação, enquanto espaço social de mediação deve ser avaliada também pela eficácia social de suas ações, logo, seus resultados devem superar os benefícios e funções internas, atingindo a explicitação do papel social da instituição e da própria educação. A partir disto, pode-se conceber a avaliação como um processo sistemático de busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade do ensino e consequentemente da instituição face seus fins científicos e sociais.

Para Morin (2007), o conhecimento deve mobilizar não apenas uma cultura diversificada, mas também a atitude geral do espírito humano para propor e resolver problemas. Assim, a transformação das instituições deve ter um objetivo vital: uma reforma do pensamento que permita o emprego total da inteligência. A reforma necessária do pensamento é aquela que gera um pensamento do contexto e do complexo e é capaz de tratar todos os temas sem separar a discussão e a decisão do contexto do

país, dos métodos, da história, dos servidores, dos estudantes, das causas e lutas e do momento.

Da mesma forma, deve-se tratar todas as ações a partir do amplo sentido de complexidade, suas interfaces, inter-relações, efeitos e consequências sobre todas as dimensões relacionadas. Não devemos nos ater exclusivamente ao que é relacionado à necessidade profunda do ensino. Essa reforma funcionalista está atrelada a um tipo de inteligência que é preciso reformar. Assim, chegamos a um novo paradoxo: não é possível reformar a instituição, se anteriormente, as mentes não forem reformadas; mas só se pode reformar as mentes se a instituição for previamente reformada.

Cabe aos gestores estabelecer políticas de trabalho que promovam um processo de sistemática reflexão e tomada de decisão com vistas à efetividade social do funcionamento, ao cumprimento da missão científica e social. A avaliação da instituição, de seu funcionamento e qualidade, traduz-se em um processo de autoconhecimento e reconstrução institucional orientado para a mediação com a realidade social. Tal mediação não se limita a ajustar vocações e escolhas profissionais das pessoas às demandas do mundo do trabalho. Há muitas outras mediações relacionadas ao mundo do trabalho, às inovações tecnológicas, aos modelos de economia, à irradiação da cultura, às tecnologias sociais a serem exercidas.

O espaço que a Secretaria de Educação de Pernambuco conquistou ao implantar cursos pela Rede e-Tec Brasil caracteriza-se pela priorização na utilização de novas tecnologias, e pela abrangência em outra modalidade de ensino, o que pode configurar um diferencial nas políticas educacionais e até na construção de currículos e novos cursos, aliados à recomposição local, ou seja, à sintonia com a necessidade social. Tal natureza requer análise específica.

Considera-se ainda que estas mudanças qualitativas devam perdurar, até como decorrência das mudanças tecnológicas e no mundo do trabalho. Para Vasconcelos e Vasconcelos (2000), novas oportunidades de ação aos membros internos tendem a reduzir as discrepâncias e divergências na percepção da identidade organizacional, e também a minimizar a resistência às mudanças.

Para Cunha (2000), há dois vetores contrários de impulso para as mudanças do ensino superior brasileiro, cuja resultante ainda não é previsível. É relevante destacar embora a observação do autor é no âmbito do ensino superior, dada a proximidade técnica dos cursos, pode-se correlacioná-los ao ensino técnico. Assim, o autor revela que o primeiro configura a sequência do processo de modernização institucional,

constituindo-se em um vetor centrífugo de difusão de padrões acadêmicos e organizacionais, a partir de um núcleo situado na região centro-sul do país. O segundo vetor aponta para a recomposição centrípeta do campo do ensino superior, onde as diferenças e desigualdades sociais se apresentam como a referência principal. Cabe a Secretaria de Educação de Pernambuco, apoiado em sua identidade, a partir de mudanças e críticas internas, integrar a recomposição local com soluções e ações conjuntas.

A articulação com os setores econômicos e o atendimento à sociedade apresenta-se como função inicial, mas não única, da educação profissional, o que gera aparente simultaneidade entre posturas transformadoras, ao atender a sociedade, postulante de transformações, e aos setores econômicos, apoiados no sistema vigente. Cabe às instituições de ensino profissional realizar a mediação entre os anseios da sociedade, muitas vezes tratado quase como pesquisas vocacionais, ou pretensões profissionais, sem orientação, e as expectativas dos setores econômicos, interpretadas geralmente como vagas ou postos de trabalho a serem preenchidos. Assim, é papel da escola a orientação dos que pretendem se profissionalizar, na apresentação de possibilidades e informações sobre os processos formativos, cenário e comportamento dos setores econômicos, e o exercício da profissão.

Da mesma forma, a comunicação com os setores econômicos, discutindo e apresentando as pré-disposições da população e as alternativas nos processos formativos, é a outra ponta do papel de mediação a ser desempenhado pelas escolas. Às instituições de ensino, cabe a vanguarda e a iniciativa no ajustamento das demandas sociais e econômicas, no que se referem à formação de trabalhadores. Isto incide diretamente na administração escolar e na construção de currículos, nunca livres de intencionalidades. Assim, adequar e otimizar a ligação entre trabalhadores e setores econômicos é papel fundamental das instituições de ensino, especialmente ao assumir uma concepção educacional transformadora.

Há necessidade de se comunicar constantemente cultura e imagem, o que se atinge via meios de comunicação interna e externa. Assim, enquanto a comunicação interna se apoia na consolidação de significados que interligam a identidade passada à futura, a comunicação externa apresenta a linguagem formal, apoiada na criação de rótulos de imagem e na reputação. Cabe ainda aos dirigentes auxiliar na mudança da percepção global da organização, e auxiliar na eliminação de disfunções temporárias de narcisismo e hiper adaptabilidade, sendo esta última comum em processos de mudança,

quando os membros apenas conseguem comunicar uma fração dos elementos culturais produzidos.

A articulação local e a urgência em parte dos resultados da educação profissional são elementos que favorecem a avaliação e análise dos cursos técnicos oferecidos pela Secretaria de Educação do Pernambuco, através das suas escolas técnicas, com foco na qualidade da oferta dos cursos e das finalidades das escolas.

É necessária a elaboração de práticas avaliativas que superem as utilizadas para ranqueamento ou divisão de recursos, apoiadas em dados de estrutura, funcionalidade, ou avaliação educacional, e até mesmo, que ultrapassem a racionalidade instrumental de elementos como absorção de alunos pelo mercado de trabalho, integração ao desenvolvimento regional e local, e acompanhamento de egressos. Desta forma, a avaliação auxiliaria na explicitação de elementos da cultura, na construção de imagens, e na própria dinâmica da identidade.

A ampliação das teorias e práticas avaliativas se insere no contexto da crise da modernidade como um elemento de reflexão que ultrapassa a verificação de desempenho, e passa a abranger questões mais fundamentais, da própria identidade das instituições de ensino, ao se reconhecer que os fins e objetivos devem ser estabelecidos a partir de uma dialógica social, e não, em decorrência de um compromisso abstrato e alienado, com uma racionalidade indiferente à inserção social. A avaliação não deve limitar-se a medir a eficiência ou eficácia relativa às tradicionais funções de pesquisar, ensinar e prestar serviços, mas deve sim, incorporar questões relativas à existência e identidade. (GOERGEN, 2000).

Um modelo de avaliação das condições de oferta de cursos auxiliaria na construção do papel político da instituição, especialmente relevante no atual período de transformações sociais e políticas do país. Para Belloni (2000), há de se diferenciar a avaliação educacional da Avaliação Institucional, pois enquanto a primeira incide sobre aprendizagem, desempenho escolar e currículos, a segunda se refere a políticas e instituições, devendo buscar a compreensão da realidade, voltar-se para o processo decisório e produzir respostas a questionamentos, atuando de forma a promover o autoconhecimento e a reflexão, a fim de orientar a tomada de decisão e a disponibilização de informações à própria instituição, ao sistema e à sociedade, orientando políticas, prioridades e alocação de recursos.

A avaliação deve referir-se a processos, e não somente a resultados, abrangendo compromissos e comportamentos, discussões teóricas, debates

metodológicos, preparo das aulas, efetivação de processos de busca do saber, de ensinar e aprender, a criação de novas práticas acadêmicas, a continuidade dos projetos de pesquisa; deve direcionar-se para a instituição: seus fins, meios, funcionamento, limites, projetos, relações internas e externas, possibilidades, processos e produtos, e, em especial, à qualidade com que desenvolve tudo isso.

Para Dias Sobrinho (2005 apud RISTOFF, 2000), uma instituição de ensino não é apenas uma estrutura física, uma organização burocrática, uma associação de professores, técnico-administrativos e estudantes, nem mesmo um espaço de socialização do conhecimento. Ela, e tudo que ela produz, não são coisas, dados ou fatos observáveis, realidades a serem radiografadas, esquadrinhadas, analisadas e julgadas em seus resultados e produtos. São realidades complexas perpassadas pelas condições sociais e processos históricos de produção e superação dessas realidades.

Da mesma forma, a instituição não surge por decreto, mas se faz, para além de qualquer estrutura física ou burocrático-legal, à medida que se produz, se institui enquanto espaço por excelência da vida intelectual, do aprendizado, do questionamento e do pensamento. Esta se torna pública à medida que, além de se fazer servidora da liberdade, da democracia, da justiça e da ética, privilegia o interesse público e afirma seu compromisso com a superação de qualquer modalidade de discriminação, exclusão social, manipulação e privatização do público, produzido no interesse de grupos.

Dias Sobrinho e Ristoff (2000) afirmam que fazer avaliação na instituição pública é pensá-la e recriá-la e, portanto, pensar e recriar seus projetos, a produção acadêmica, o ensino em todos os níveis, os cursos, currículos, pesquisa, extensão, administração, a prestação de serviços, a assistência, e o próprio sentido de “pública”. A avaliação supõe, portanto, perguntar pelo sentido, pela gênese, pelos pressupostos e implicações, compromissos, limites e possibilidades das realidades, e assumi-las como realidades em contínuo processo de construção e superação de si mesmas.

Para os autores acima citados, esta não é uma tarefa para os que têm medo de ir além das aparências e de buscar o sentido da gênese da instituição “pública” de ensino que se tem, nem para os que se acomodam diante dos problemas e das dificuldades, preferindo lamuriar a falta de verbas, descompromissos, problemas internos, crises, sem se comprometer com o pensamento, nem romper com o corporativismo, o individualismo e a partidarização. Pelo contrário, é um processo de superação do existente e de produção do novo, um desafio para quem não tem medo do questionamento e da crítica, de enfrentar os interesses privados que existem na

instituição, que se diz pública, nem de fazer história, de se constituir como cidadão, intelectual, ser livre e responsável pelo presente e futuro da instituição e da sociedade.

Os autores afirmam, ainda, ser preciso, em especial, contestar o instituto “público” que se tem, sendo ao mesmo tempo fiéis à utopia de uma instituição realmente nova e pública que, se espera, surja da inteligência, do trabalho, do compromisso com a instituição e a educação pública do Brasil, de respeito à sociedade, ao ambiente, aos jovens e trabalhadores, a suas inteligências e seus sonhos.

A avaliação, enquanto ideia e prática, surge apenas nos ambientes democráticos, onde todos que a realizarem, internos ou externos, possam fazê-la de forma crítica, radical, rigorosa, isenta, autônoma, ética, socialmente e ambientalmente comprometida, numa perspectiva acadêmica. Uma avaliação livre da ingerência de critérios políticos, de controles ideológicos e de toda e qualquer forma de premiação ou castigo pelo resultado da avaliação, mas jamais será neutra, pois estará sempre impregnada de valores, conceitos métodos e divergências teóricas, ideológicas e políticas.

A avaliação, com rigor e lucidez, orientará as medidas necessárias à superação das deficiências constatadas, ao fortalecimento das qualidades e definição e exercício das finalidades das escolas técnicas.

De acordo com o pensamento de Paulo Freire, a educação deve ter uma visão global do aluno, com sentimentos e emoções, destacando o estudo das dimensões ética e estética. A prática e a teoria freiriana, fundamentam-se em uma ética inspirada na relação "homem-no-mundo", e na construção de seu "ser-no-mundo-com-os-outros", isto é, ser capaz de se relacionar com as pessoas e com a sociedade. A expressão desta ética se dá nas formas da estética, no resgate e na busca de todas as formas de expressão humana, precisando ser conquistada continuamente, a cada decisão, por meio de experiências e atitudes capazes de criar e recriar o mundo. (FREIRE, 2001).

Segundo Freire, existe uma ligação profunda entre o processo educativo e os demais processos essenciais à vida de uma sociedade. A educação, segundo o autor, visa à libertação, à transformação radical da realidade, para melhorá-la, para torná-la mais humana, para permitir que homens e mulheres sejam reconhecidos como sujeitos de sua história e não como objetos, e como seres da decisão, tornam-se seres da ruptura, e assim, seres éticos.

Para o referido autor, em uma educação imposta, que não reconhece a cultura do aluno, ditamos ideias, não se trocam ideias. Aulas são discursadas, não se debatem

ou discutem temas. O trabalho se constrói sobre o educando e não, com ele. Impõe-se uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não se lhe oferecem meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe são oferecidas, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de busca de algo que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção.

De acordo com esse pensamento, o diálogo é imprescindível nesta luta por uma educação verdadeira, relacionado a uma ética para a diversidade. Freire critica severamente a ética em que se leva em conta apenas os próprios interesses, que levam ao individualismo, negando a ética universal, vinculada à humanização, preocupada com interesses e bens coletivos. (FREIRE, 1989).

Essas ideias de Freire levam à compreensão de que o ser humano é inconcluso, que busca o saber, o conhecimento e o seu aprimoramento. A ética e a estética pressupõem uma mudança para enriquecer conceitos já estabelecidos, mas também para introduzir novos conceitos, que respondam a uma nova relação estética com a realidade.

Nesse contexto, torna-se imprescindível refletir sobre o que representa aquisição do novo conhecimento, ou seja, a busca do novo não significa o abandono total do existente, pois pode ser feito resgatando-se aspectos positivos existentes, até porque, muitas vezes, não é fecunda apenas a ação de mudança. Portanto, a ação precisa ser acompanhada pelo querer, a intencionalidade, a vontade do querer fazer.

Dessa forma, mudar é difícil, pois não envolve apenas o sujeito que muda, mas também os outros, logo, toda mudança é um conflito, é uma luta, porque quem muda subverte, e não há facilidades para quem se lança a este desafio, havendo um preço a ser pago pela ousadia de ser diferente. (FREIRE, 2001). O sonho de Paulo Freire era o de uma educação aberta, democrática, que estimulasse nos alunos o gosto da pergunta, a paixão do saber, da curiosidade, a alegria de criar e o prazer do risco, para possibilitar, então, a criação.

É possível a apropriação da ética de Paulo Freire para a instituição, tomando esta como um indivíduo, com o qual interagem os sistemas e modelos de educação. Assim, o aprendizado organizacional, o desenvolvimento da instituição para se tornar mais plena e se relacionar com as diferentes dimensões do próprio processo educativo, orientada ao bem comum, amparada no diálogo e na criação, orientada pela ética e estética.

Nesse sentido avaliar é descobrir-se. Descobrir suas potencialidades e, sobretudo ter a oportunidade de enxergar suas deficiências de modo a corrigir,

redirecionando as ações, ou até mesmo, introduzindo ou retirando procedimentos de modo a oferecer um serviço de qualidade, que culminará na formação de profissionais que a sociedade exige, consequentemente refletindo na imagem da instituição.

2.1.1. Avaliação das condições de oferta dos cursos dos cursos técnicos a distância.

Ainda que a modalidade da educação a distância no Brasil seja considerada uma experiência bem recente, o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 já tratava dessa modalidade de ensino, embora sua regulamentação tenha surgido apenas em 2005 com o Decreto n.º 5.622. Até então havia uma pressão social muito grande para a oferta de cursos a distância, principalmente, para formação de professores. No entanto, pode-se dizer que o Decreto inaugurou a legalização dessa modalidade de ensino no Brasil para a oferta de cursos nos níveis oficiais de ensino.

Depois do Decreto n.º 5.622/2005, o Ministério da Educação credenciou várias instituições para a oferta de cursos superiores a distância, fato evidenciado pelo aumento das matrículas no ensino superior nessa modalidade de ensino. No que tange à oferta de cursos técnicos a distância, esta vem crescendo em ritmo lento, sobretudo, quando depende dos sistemas estaduais de ensino que veem com muita cautela esse crescimento. Ao contrário disso, pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica esse crescimento é registrado ano a ano, principalmente em decorrência da expansão da rede induzida pelo próprio Governo Federal.

Até então, não há legislação federal específica que delimite o credenciamento de instituições e autorização de cursos técnicos de nível médio. Exceção da Resolução n.º 06, de 20 de setembro de 2012, do Conselho Nacional de Educação que dos seus 42 artigos dedicou um artigo (33) para tratar especificadamente do ensino técnico na modalidade a distância:

Art. 33 Os cursos técnicos de nível médio oferecidos, na modalidade de Educação a Distância, no âmbito da área profissional da Saúde, devem cumprir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de carga horária presencial, sendo que, no caso dos demais eixos tecnológicos, será exigido um mínimo de 20% (vinte por cento) de carga horária presencial, nos termos das normas específicas definidas em cada sistema de ensino.

§ 1º Em polo presencial ou em estruturas de laboratórios móveis devem estar previstas atividades práticas de acordo com o perfil profissional proposto, sem prejuízo da formação exigida nos cursos presenciais.

§ 2º A atividade de estágio profissional supervisionado, quando exigida, em razão da natureza tecnológica e do perfil profissional do curso, terá a carga horária destinada ao mesmo, no respectivo plano de curso, sempre acrescida ao percentual exigido para ser cumprido com carga horária presencial. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, RESOLUÇÃO Nº6, ARTIGO 33)

A LDB estabelece que o ensino técnico é considerado nível médio, portanto, a responsabilidade por este nível de ensino é dos sistemas estaduais de ensino. Tudo leva a crer que esse é o fato do MEC não se preocupar com a regulação desse nível de ensino, mesmo se tratando de educação a distância. Entretanto, com a implantação do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil, atualmente, Rede e-Tec Brasil, o MEC abriu financiamento para a expansão do ensino técnico a distância e esbarrou na ausência de norteadores para o credenciamento das instituições e dos Polos de Apoio Presencial.

Não havendo, portanto, outra norma que balize as condições para credenciamento das instituições o Ministério da Educação passou a adotar as recomendações delineadas para o ensino superior quanto ao quesito de infraestrutura física, lógica e tecnológica. Assim, todas as recomendações para a oferta de cursos técnicos na modalidade a distância no âmbito da Rede e-Tec Brasil, tem por base a literatura dos cursos superiores da mesma modalidade.

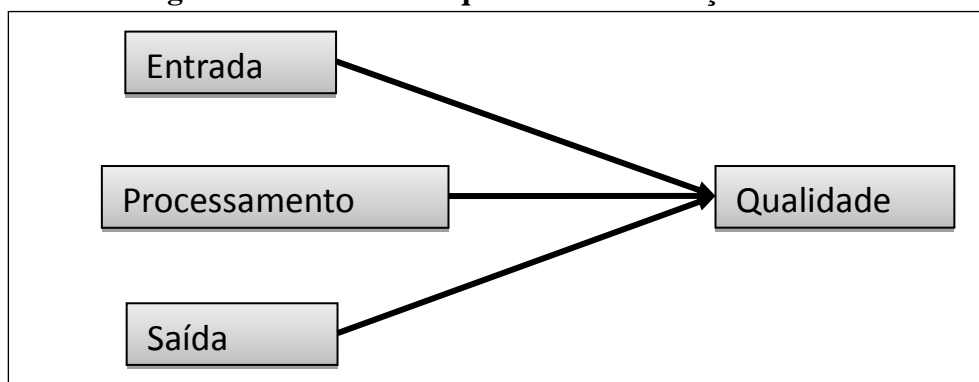
Convém ressaltar que a LDB estabelece que a educação profissional de nível médio é de responsabilidade dos estados, portanto não compete ao MEC regulamentar esse nível de ensino, ficando a cargo dos próprios sistemas estaduais. Todavia, a Rede e-Tec Brasil é o programa que mais induziu a oferta de cursos técnicos pela educação a distância, estabelecendo critérios para financiamento em que sugere requisitos mínimos para a oferta dos cursos baseados nas diretrizes da Universidade Aberta do Brasil, já sistematizados e oficializados o que influenciou as decisões quanto a essa modalidade nos sistemas estaduais de ensino.

Desta forma, fica evidente que a proposta de indicadores para avaliação das condições da oferta de cursos técnicos tem como base as diretrizes para educação a distância do MEC para o ensino superior, evidentemente, considerando as peculiaridades do nível de ensino e também observando outras experiências que tem apoiado a gestão e a qualidade dos cursos nas instituições de ensino superior. Assim, os indicadores para a avaliação das condições de oferta dos cursos técnicos foram guiados por estes fatores e, também, seguindo as orientações de Correa (2004):

- Ser derivadas da estratégia e alinhadas com as prioridades competitivas da operação;
- Ser simples de entender e usar;
- Prover *feedback* em tempo e de forma precisa;
- Ser baseada em quantidades que possam ser influenciadas ou controladas pelo usuário ou por ele em conjunto com outros;
- Refletir o processo em que todos os envolvidos participem da definição;
- Referir-se a metas específicas;
- Ser relevantes;
- Pertencer a um ciclo fechado completo de controle;
- Ser claramente definidas;
- Ter impacto visual;
- Focalizar melhoramento;
- Manter seu significado ao longo do tempo;
- Ter propósito específico e definido;
- Basear-se em fórmulas e bases de dados explícitos;
- Empregar razões mais que valores absolutos;
- Referir-se a tendências mais que a situações estáticas;
- Ser objetivas e não apenas opinativas.

Para garantir a continuidade do processo e chegar aos resultados esperados, tendo em vista as constantes variações há necessidade de alteração e melhoria dos indicadores. Gil destaca que os indicadores tem um ciclo e necessitam ser melhorados constantemente. (GIL, 1992). Para o autor os ciclos dos indicadores consistem em dois momentos: desenvolvimento e implantação e utilização. No primeiro momento incidem três fases: levantamento e inventário, criação e eleição, preparação e institucionalização. No segundo momento existem duas fases: acompanhamento e avaliação e substituição ou abandono. Para Jonhson (1995 apud MELLO, 2006) um sistema de qualidade é estabelecido por um modelo definido no processo como entrada, processamento e saída, conforme nos mostra a figura 02:

Figura 02 - Sistema de qualidade no serviço Johnson -1995



FONTE: JONHSON (1995 APUD MELLO, 2006)

Toda instituição de ensino almeja oferecer um ensino de qualidade. Contudo, na educação profissional aferir essa qualidade perpassa por diversos fatores, inclusive subjetivos: desde a entrada do aluno até seu ingresso no mundo do trabalho. Uma das formas de observar a qualidade na formação do aluno é a maneira como os cursos são oferecidos, observar as condições do ambiente: quer físicas, pedagógicas ou tecnológicas, sobretudo, esta última, quando se tratar de cursos técnicos na modalidade a distância.

Levando em consideração o sistema de qualidade de Johnson, os cursos técnicos a distância implantados pela Secretaria de Educação de Pernambuco, no âmbito da Rede e-Tec Brasil, serão observados no processo, possibilitando correção de rumos visando a formação dos alunos (saída) com a qualidade que se espera. (JOHNSON, 1995).

2.1.2. Procedimentos técnicos de pesquisa

Gatti (2007), esclarece que não há um modelo de pesquisa científica, como não há um método exclusivo para o desenvolvimento da mesma. O conhecimento científico se faz a partir de uma quantidade indefinida de variáveis com procedimentos a ser definido pelo envolvimento do pesquisador na busca pela resposta desejada.

As pesquisas conforme suas abordagens se classificam em dois grupos distintos: pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa. A pesquisa seguiu a abordagem quantitativa, que é aquela em que se pretende medir variáveis padronizadas e investigar as relações estatísticas entre elas. Considerando os objetivos desta pesquisa e a possibilidade de aplicá-la em nível nacional, bem como as características da pesquisa

quantitativa que podem levar aos resultados esperados, conforme afirma HAYATI; KARAMI; SLEE (2006 apud TERENCE, 2006), optou-se por uma metodologia quantitativa.

Segundo Luna (1988), para se pesquisar é necessária a existência de uma pergunta que se deseja responder e a elaboração de um conjunto de passos que permitam obter informações para responder à pergunta. Nesse sentido, a SEE-PE implantou a oferta de cursos técnicos na modalidade a distância pela Rede e-Tec Brasil, no entanto, não dispõe de nenhum mecanismo para mensurar a qualidade dos cursos dados. Daí surge a pergunta: quais as condições da oferta dos cursos ministrados para que se possa proporcionar uma formação adequada aos alunos da Rede e-Tec Brasil no estado de Pernambuco?

É importante acrescentar que dois principais pressupostos foram levados em consideração na definição da metodologia da pesquisa: o primeiro diz respeito ao perfil do aluno de educação a distância e segundo das características dessa modalidade de ensino.

Os alunos dos cursos de educação a distância têm algumas características diferenciadas dos alunos dos cursos presenciais uma vez que o ensino a distância cada vez mais centra o ensino no aluno. Esse fato ocorre em função das pessoas, a cada dia, buscam mais por autonomia e a autoaprendizagem. Implica dizer que o aluno da educação a distância tem características peculiares, como explica Belloni (s.d.):

As características fundamentais da sociedade contemporânea que mais tem impacto na educação são, pois, com maior complexidade, mais tecnologia, compreensão das relações de espaço e tempo. Trabalho mais responsabilizado, mais precário, maior mobilidade, exigindo um trabalhador multicompetente, multiquificado, capaz de gerir situações de grupo, de se adaptar a situações novas, sempre pronto a aprender. Em suma, um trabalhador mais informado e autônomo. (BELLONI, S.D.)

Desta forma, o aluno da educação a distância por si só encontra-se incluído digitalmente, com familiaridade com as novas tecnologias, sendo isso, um facilitador vez que já utilizam no seu dia a dia os meios de comunicação virtual.

A crescente demanda por educação, a necessidade de adaptação as constantes modificações no mundo em todos os setores, o grande percentual de pessoas sem condições de atendimento pelo sistema formal, Bitencourt (1999 apud MELO, [s.d.]),

tem contribuído para um avanço significativo dessa modalidade de ensino. Ainda segundo Nunes (1997):

A educação a distância é um recurso que permite o atendimento a grandes quantidades de alunos de forma efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos por causa da ampliação da clientela. As experiências nos últimos anos indicam que, para atender um grande grupo de alunos é necessário uma infraestrutura adequada de suporte, bem como uma equipe de professores-tutores para garantir a qualidade do serviço (NUNES, 1997, p. 7).

Em segundo lugar, as características dessa modalidade de ensino e de um atendimento em massa levando em consideração: quantidade, escalabilidade, atendimento a muitos, ao mesmo tempo, abrangência nacional e internacional, produto interessante para a maioria, bem dimensionado e aceito. (MORAN, [s.d.]).

De acordo com esses pressupostos previamente estabelecidos na estruturação de indicadores para pessoal envolvido com educação a distância, não deve ser desprezado o seu perfil, aproveitando-o, inclusive como maior possibilidade de serem alcançados por meio das tecnologias, e ainda, levando em conta que um indicador de qualidade tem uma relação matemática, portanto, pode resultar numa medida quantitativa. Nesse processo pode-se então afirmar que é possível identificar o estado ou o resultado através de metas numéricas pré-estabelecidas o que facilita a tabulação dos resultados, levando em conta a quantidade de alunos, professores, coordenadores e tutores envolvidos no processo.

É desta forma que a pesquisa quantitativa favorece o encontro ao resultado, pois permite a mensuração de reações, opiniões, hábitos e atitudes em um universo significativamente grande. De acordo com DENZIN, LINCOLN, (2005); NEVES (1996); HAYATI, KARAMI, SLEE (2006) apud TERECE (2006), suas características são:

- Obedece a um plano pré-estabelecido, com o intuito de enumerar ou medir eventos;
- Utiliza a teoria para desenvolver as hipóteses e as variáveis da pesquisa;
- Examina as relações entre as variáveis por métodos experimentais ou semi-experimentais, controlados com rigor;

- Confirma as hipóteses da pesquisa ou descobertas por dedução, ou seja, realiza previsões específicas de princípios, observações ou experiências;
- Utilizam dados que representam uma população específica (amostra), a partir da qual os resultados são generalizados; e
- Usa, como instrumento para coleta de dados, questionários estruturados, elaborados com questões fechadas, testes e *checklists*, aplicados a partir de entrevistas individuais, apoiadas por um questionário convencional (impresso) ou eletrônico.

Nesse sentido, o estudo centrar uma avaliação com aspectos quantitativos seguindo as características dessa metodologia de pesquisa, embora em alguns momentos foram feitas perguntas objetivas, característica da metodologia qualitativa, porém, apenas para observar e comprovar a coerência nas respostas dos respondentes, entretanto, sem nenhuma intencionalidade de utilizá-las no modelo a ser apresentado a SETEC, pois, devido ao grande número de alunos da Rede e-Tec Brasil (acrescido ainda os demais atores: professores, coordenadores e tutores), no caso da avaliação ser aplicada a todos eles, seria difícil a valorização dos aspectos qualitativos na avaliação.

2.1.3. A experiência avaliativa do MEC com os cursos superiores

Desde 1995 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP utiliza quatro instrumentos na avaliação dos cursos superiores: (1) Exame Nacional de Cursos; (2) Avaliação das Condições de Ensino (ACE); (3) Avaliação Institucional; e (4) Censo de Educação Superior, cujo objetivo, além do próprio desempenhado pelo papel da avaliação é subsidiar o MEC para a regulação, credenciamento de instituições de ensino superior e autorização de cursos. Ressalta-se que a avaliação da oferta contribui desde então para uma avaliação como um todo do ensino superior (ENSSLIN, 2004).

Para Valarelli (2005), há um profundo deslocamento do peso atribuído aos indicadores na interpretação e valoração das mais diferentes esferas e dimensões da vida social.

Apesar de serem muitas vezes simples, os indicadores apresentam dificuldades e desafios muito significativos relativos à existência de dados, à sua confiabilidade, regularidade, semelhança quanto ao grau de desagregação, etc. Da mesma forma, apesar

de os indicadores muito sintéticos e agregados serem considerados imperfeitos e sujeitos a muitas interpretações subjetivas, reside justamente aí à capacidade de eles produzirem imagens ou mensagens poderosas, ampliando ou modificando a percepção que as pessoas têm.

Tais indicadores, em função de suas características internas, podem ser considerados como indicadores de situação ou contexto. Em torno deles, podem ser gestadas e orientadas ações, projetos, programas, estratégias e políticas, e embora tenham como proposição servirem de referência para a avaliação de políticas públicas, muitos deles trabalham com variáveis bastante diferenciadas quanto aos fatores que as determinam e ao ritmo em que podem ser modificadas.

A partir da Lei nº 10.861, de abril de 2004, o sistema de avaliação do ensino superior passa por uma modificação: é criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), cujo objetivo consiste em “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”. (BRASIL, 2004). De acordo com Brito (2008), a modificação aconteceu a partir da ideia de que cada instituição é diferenciada. Assim, o SINAES nasce com uma perspectiva de atender o sistema como um todo levando em consideração as particularidades de cada instituição.

Nesse novo sistema, a avaliação é composta de: (1) auto avaliação; (2) avaliação externa, (3) Avaliação das Condições de Ensino (ACE); e, (4) o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Assim, a avaliação das condições de oferta, considerando os objetivos, permanece como importante componente na reestruturação da avaliação do ensino.

É importante destacar que a avaliação das condições de ensino, que compõe o SINAES já vem sendo aplicado desde sua instituição, em 2004, portanto, o instrumento vem sendo constantemente testado e aprimorado ao longo dos anos, não podendo ser desprezada sua importância na avaliação do ensino.

É relevante informar que a avaliação das condições de ensino do SINAES, como explica Ensslin (2004) focaliza três dimensões – “organização didático-pedagógica”, “corpo docente” e “instalações”, sendo esses o eixo macro e que perpassam por todo processo na avaliação das condições de ensino, como explica a autora:

Como as preocupações referentes a estas três dimensões estão relacionadas ao que as autoras chamam de cinco eixos de avaliação, quais sejam: docentes, discentes, chefia departamental, coordenação do curso e pessoal técnico-administrativo, os questionários foram aplicados a todas estas instâncias. (ENSSLIN, 2004, p. 14)

2.2. Uma experiência com avaliação dos cursos da Rede e-Tec Brasil na SEE-PE

Essa seção apresenta a pesquisa feita junto ao conjunto de atores que compõe a Rede e-Tec Brasil da SEE-PE, como base empírica para a proposta de um mecanismo de avaliação das condições de oferta dos cursos técnicos da Rede e-Tec Brasil pelo MEC.

Vale lembrar que não será avaliada a proficiência dos alunos, mas as condições da oferta dos cursos que os levam a adquirir as habilidades necessárias para a formação adequada. A partir das recomendações dos documentos que norteiam a Rede e-Tec Brasil, foram elaborados questionários para verificar as condições da oferta cursos pela SEE-PE. As boas condições e boas práticas nessa oferta são condições indispensáveis para a formação que se deseja do aluno. A falta, ou uso indevido de um laboratório, por exemplo, conseqüentemente não fornecerá um ambiente favorável para a aquisição do conhecimento necessário, sobretudo, num curso técnico, o que certamente impactará numa avaliação de proficiência se for aplicado.

A SEE-PE, conforme recomenda as diretrizes da Rede e-Tec Brasil, tem em seu corpo estrutural oito atores principais envolvidos no processo ensino aprendizagem: os próprios alunos, os tutores a distância, os tutores presenciais, os professores, os coordenadores de curso, os coordenadores adjuntos e o coordenador geral. Esses atores assumem o papel de avaliadores.

A avaliação tem como foco verificar as condições dos cursos, dos polos e das disciplinas. Cada um dos três focos (curso, disciplina e polo) a serem avaliados abrange um conjunto de dimensões avaliativas que, por sua vez, são compostas por tópicos com questões específicas, conforme o quadro 02.

Quadro 02 - Dimensões avaliativas e seu desdobramento em tópicos

FOCO	DIMENSÃO	TÓPICOS
Curso	Formatação e implantação	Projeto pedagógico
		Currículo
		Articulação com outros programas
		Carga horária e atividades presenciais
		Atividades acadêmicas complementares
		Estágios curriculares e certificação
	Coordenação	Comprometimentos com o curso
		Atuação do coordenador do polo
		Articulação instituição ofertante X polo
		Acompanhamento dos estudantes
	Infraestrutura	Recursos materiais
		Secretaria do curso
		Condições de trabalho
	Pessoas	Capacitação e articulação
		Recursos humanos (apoio recebido)
	Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem	Facilidade e utilidade
	Corpo discente	Motivação
		Esforço
Tempo dedicado ao curso		
Polo	Infraestrutura	Instalações físicas
		Recursos tecnológicos
		Disponibilidade de equipamentos
		Horários de funcionamento
	Biblioteca	Acesso aos materiais didáticos
		Disponibilidade
	Laboratórios	Laboratório(s) específico(s)
		Laboratório(s) itinerante(s)
Pessoas	Recursos humanos do polo	
	Capacitação	
Disciplina	Material didático	Frequência de uso
		Conteúdo e forma
		Avaliação global
	Plano de ensino	Objetivos e carga horária
		Critérios de avaliação de desempenho
		Estratégias de ensino
		Atividades desenvolvidas
	Corpo pedagógico (professores e tutores)	Busca por atendimento
		Interações com professor(a)
		Atendimento pelos Tutores a distância
Atendimento pelos Tutores presenciais		

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2012.

Cada avaliador foi convidado a dar sua opinião nos diferentes tópicos dos focos o que permitirá uma avaliação global dos resultados. Os avaliadores desempenham oito diferentes papéis, desde coordenadores gerais e adjuntos, que respondem pelas instituições, passando pelos coordenadores de curso, professores e tutores a distância, que atuam diretamente nas atividades didático-pedagógicas na instituição ofertante, e chegam até os coordenadores de Polo, tutores presenciais e estudantes, que estão na ponta da rede. Para cada foco alguns dos papéis podem contribuir no processo de auto avaliação. Desta forma, os papéis estão definidos de acordo com o quadro 03.

Quadro 03 – AVALIADORES E SEUS PAPÉIS

AVALIADOR	FOCO		
	CURSO	DISCIPLINA	POLO
Estudante	X	X	X
Tutor presencial (polo)	X	X	X
Coordenador de polo	X		X
Tutor a distância	X	X	X
Professor	X	X	
Coordenador de curso	X		
Coordenador adjunto	X		
Coordenador geral	X		

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2012.

Os estudantes, tutores presenciais e tutores a distância avaliam os três focos por serem atores que estão ligados diretamente nessas dimensões. Não tem sentido, por exemplo, o coordenador de Polo avaliar disciplina, pois não é de sua responsabilidade, assim acontece para todos os atores.

A partir desses resultados poder-se-á verificar a visão geral da condição de oferta dos cursos oferecidos pelas escolas da SEE-PE. Podemos citar como exemplo: os alunos do curso Técnico em Informática avaliam o foco curso, na dimensão infraestrutura e no tópico recursos materiais e a maioria apontam a carência de recursos materiais. É um fator que realmente prejudicará o curso. Desta forma, os resultados serão gerados de acordo com cada tópico, a existência de percentual significativamente negativo para um determinado tópico é ponto de atenção por parte dos gestores.

Conforme apresentado no capítulo 1, o Governo de Pernambuco implantou cinco cursos técnicos na modalidade a distância pela Rede e-Tec Brasil ampliado para atualmente 6.715 inscrições em nove diferentes cursos técnicos. Ao longo da oferta dos cursos não houve nenhuma abordagem sobre como os alunos estão sendo preparados.

Isto ocorre não apenas nos cursos ofertados pela SEE-PE, mas em todas as instituições que compõem a Rede e-Tec Brasil, ou seja, o próprio Ministério da Educação não planejou nenhum mecanismo que possa avaliar os cursos em andamento. Assim, é importante estabelecer uma sistemática de avaliação de modo a subsidiar os gestores na tomada de decisão para garantir uma formação de qualidade para os estudantes.

Assim, a pesquisa está amparada pelo método survey, pois o objetivo é responder questões do tipo “o que?”, “por quê?”, “como?” e “quando?”, ou seja, quando o foco de interesse é sobre “o que está acontecendo” ou “como e por que isso está acontecendo” (FREITAS [s.d.]). Neste caso considera-se a survey apropriada, pois, a intenção de fato é saber “quais as condições de ofertas” dos cursos técnicos oferecidos pela Secretaria de Educação do Pernambuco, no âmbito da Rede e-Tec Brasil.

Outra característica a ser considerada na aplicação desse método no caso aqui proposto é o questionário, tendo como estratégia de aplicação a entrevista pessoal.

2.2.1. Questionários estruturados

Os questionários utilizados na pesquisa foram previamente estruturados de acordo com as diretrizes da Rede e-Tec Brasil e os projetos pedagógicos dos cursos, conforme ensina Carvalho et.al. (2009):

Um questionário estruturado é composto por uma série de perguntas encadeadas que possuem alternativas de resposta fixas (do tipo sim e não ou múltipla escolha, por exemplo). A aplicação de questionário estruturado é simples, pois as respostas se limitam às alternativas apresentadas. Mas sua elaboração exige conhecimento prévio dos temas abordados para a escolha adequada das perguntas e das alternativas de resposta. Os questionários podem ser aplicados por meio de entrevistas pessoais, individuais ou coletivas, entrevistas telefônicas, enviados por correio ou de forma eletrônica (por e-mail ou formulário on-line) (CARVALHO et al, 2009, p. 56).

Os questionários foram estruturados em três focos: os focos subdivididos em dimensões e as dimensões em tópicos, de modo a observar todos os requisitos para a oferta dos cursos, conforme detalhamento no quadro 2. Dessa forma, presume-se que contempla todas as questões relacionadas às condições de oferta dos cursos técnicos na modalidade a distância.

Assim, no formulário de questionamento aos alunos, por exemplo, no foco “avaliação do curso” foi abordada questões relativas a:

- Currículo – quanto à adequação ao mundo do trabalho;
- Carga horária e atividades presenciais – se adequada;
- Atividades acadêmicas complementares – se ocorrem;
- Atuação do coordenador do polo – nível de atuação do coordenador;
- Articulação instituição ofertante X polo – como se dá a relação da instituição ofertante e o polo;
- Acompanhamento dos estudantes - como se dá o acompanhamento;
- Recursos materiais – sobre a existência e disponibilidade;
- Capacitação e comprometimento – formação e comprometimento da equipe;
- Ambiente virtual de ensino-aprendizagem – formas de acesso a plataforma virtual;
- Motivação - nível de motivação do aluno;
- Tempo dedicado ao Curso – estimativa do tempo que se dedica ao curso.

Quanto ao foco “avaliação de disciplinas”, as questões levam os alunos a refletirem sobre:

- Frequência de uso do material didático – com qual frequência utilizam as apostilas digitais ou impressas, se utilizam outras fontes como livros e sites;
- Avaliação global do material didático – nível de satisfação com o material didático;
- Critérios de avaliação de desempenho – como é feita a avaliação com os alunos;
- Estratégias de ensino – nível de adequação das formas de ensino;
- Busca por atendimento - as formas de atendimento ao aluno;
- Professor (a) da disciplina (interações) – como é realizada a interação dos professores, bem como dos tutores.

Sobre a infraestrutura física no foco “avaliação do polo” os alunos foram induzidos a responder sobre:

- Instalações físicas – adequação do polo ao curso oferecido;
- Recursos tecnológicos – existência e utilização dos recursos tecnológicos;
- Laboratório(s) do polo - existência de laboratórios de informática e específico;

- Recursos humanos do polo – sobre suficiência de recursos humanos no polo.

O mesmo acontece na avaliação pelos outros atores, os questionamentos abordam os diversos aspectos relacionados à oferta do curso e sua responsabilidade no processo.

Os questionários foram elaborados em consonância com as diretrizes adotadas pela Rede e-Tec Brasil e na legislação concernente ao assunto, como explicado anteriormente. Entretanto, reforça-se que legislação específica a educação profissional a distância é incipiente, concorrendo para que os questionários, em muitos casos, levassem em consideração o empirismo.

De acordo com Fachi (2003), o conhecimento empírico é entendido como uma resposta para ocorrência baseados na vivência, experiência de erros e acertos, que não possuem fundamentação metodológica. Partindo desse princípio foi feita uma pesquisa com foco na avaliação das condições de oferta dos cursos técnicos na metodologia a distância na SEE-PE, através de questionários aplicados diretamente aos atores envolvidos no processo: alunos, tutores, professores e coordenadores. Ressalte-se que a pesquisa é um estudo piloto, realizado com o objetivo de desenvolver e formatar um modelo de avaliação no âmbito da Rede e-Tec Brasil, abrangendo as demais unidades da federação.

Além das diretrizes da Rede e-Tec Brasil, a pesquisa explorou outros requisitos, baseados em marcos legais existentes (plano de curso, projeto político pedagógico) que certamente definem a qualidade para a oferta dos cursos. Buscou-se também, conhecer a estrutura administrativa e pedagógica das escolas técnicas envolvidas no processo de modo a detalhar os três focos da pesquisa:

- **Cursos:** Quais cursos são oferecidos e seus respectivos polos?
- **Polos:** Quais os Polos onde o curso é oferecido, quais são os estudantes do Polo e os tutores presenciais?
- **Disciplinas:** Quais são as disciplinas que serão oferecidas no período, data de início e término de cada disciplina, quais professores que ministrarão e quais tutores a distância estarão vinculados a elas?

Aliado aos documentos regulatórios existentes e a forma de funcionamento dos cursos na prática, foram elaborados questionários para serem aplicados aos alunos da

Rede e-Tec Brasil na SEE-PE. Conforme dados da própria Secretaria existem hoje efetivamente 5.439 alunos frequentando os cursos da rede em todos os Polos anteriormente citados.

De certo que além de avaliar as condições de oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil na SEE-PE, os próprios questionamentos poderão ser avaliados quanto sua efetividade e pertinência, evidentemente a partir das respostas dos atores envolvidos.

Para essa pesquisa, dos 5.439 alunos efetivamente frequentando os cursos foi feito um corte aleatório de 2.000 alunos o que representa um pouco mais de um terço do universo total. Contudo, no caso dos coordenadores, professores e tutores foram envolvidos 100% das pessoas que estão atuando no processo.

2.2.2. Procedimentos para aplicação dos questionários

Produzidos os questionários, os mesmos foram digitados no sistema “Google Documentos” em formato de formulário e compartilhados com os alunos, professores e coordenadores, com data inicial de 13.05.2013 e prazo para finalização em 17.05.2013. Esse corte foi necessário para que se pudesse processar o resultado no prazo determinado.

O Google Documentos é uma ferramenta que permite a criação de questionários, pois automatiza o processo de elaboração da página, é bem versátil e seu objetivo principal é ser usado para construir avaliações de algum produto ou serviço, cadastro de pessoas, pesquisas de opinião e até mesmo testes de conhecimento, o que é o caso.

Assim, transferiram-se todas as perguntas para a ferramenta, utilizando o estilo múltipla escolha e em seguida foi compartilhado (por e-mail) com os atores do processo. Atentando que para cada ator existe um formulário específico. A figura 03 demonstra o formulário para o aluno após sua construção.

Figura 3 – Formulário para o estudante

FORMULÁRIO PARA ESTUDANTE

Para todos os alunos responderem.
*Obrigatório

Avalie o currículo do curso: *

- É adequado ao mercado (por exemplo: carga horária, disciplinas ofertadas).
- Poderia ser ajustado.
- Precisa ser revisito urgentemente.

Carga horária e atividades presenciais *

Avalie a carga horária presencial para o desenvolvimento de atividades no polo:

- Tem sido adequada.
- Tem sido exagerada.
- Tem sido insuficiente.

As atividades presenciais tem sido adequadas para a realização de experimentações e para o desenvolvimento de suas capacidades práticas: *

- Sim.
- Em parte.
- Não.

Atividades acadêmicas complementares Avalie as atividades acadêmicas complementares (visitas técnicas, seminários, etc.): *

- Frequentemente ocorrem.
- Raramente ocorrem.
- Nunca ocorrem.

Atuação do coordenador do polo Avalie a atuação do Coordenador do polo quanto à presença e envolvimento com o curso: *

FONTE: FORMULÁRIO CONSTRUÍDO PELO AUTOR NO GOOGLE DOCS, 2013.

À medida que cada um dos atores respondiam o questionário o próprio sistema de busca Google gerava uma mensagem de agradecimento conforme mostra a figura 04. Em seguida os dados das respostas foram enviados para um banco de dados criado automaticamente pelo sistema, em formato de planilha, para posterior processamento do resultado.

Figura 04 - Mensagem de agradecimento gerado pelo sistema

Formulário para tutores presenciais

Sua resposta foi registrada.

[Enviar outra resposta](#) | [Crie seu próprio formulário](#)

Google Drive

FONTE: FORMULÁRIO CONSTRUÍDO PELO AUTOR NO GOOGLE DOCS, 2013.

Esse procedimento, considerado inteiramente viável para o público que tem na sua rotina de trabalho ou estudo o meio eletrônico, como é o caso do público da educação a distância permitiu, ainda, concluir que a avaliação pode ser totalmente automatizada.

Os questionários estruturados foram encaminhados para cada um dos atores envolvidos no processo, os quais são identificados na pesquisa como avaliadores, conforme especificações abaixo:

- Os estudantes responderam questões referentes aos três focos: avaliação do curso, das disciplinas e do Polo;
- Os tutores presenciais responderam também questionamentos com foco no curso, nas disciplinas e no Polo;
- Os tutores a distância, dois focos: um voltado para avaliação do curso e outro para avaliação das disciplinas;
- Os professores responderam a dois focos sendo um para avaliação do curso e outro para avaliação das disciplinas;
- Os coordenadores de Polo assinalaram dois focos, um sobre o curso e outro sobre o polo;
- Os coordenadores de curso responderam dois focos também, um sobre o curso e outro sobre o Polo;
- Os coordenadores geral e adjunto responderam um único foco: cada um, sobre o curso.

Convém registrar que foi introduzida uma questão de natureza qualitativa nos questionários possibilitando o avaliador escrever considerações, comentar, sugerir ou criticar tendo em vista a melhoria do curso.

2.2.3. Coleta e tratamento dos dados

Finalizado o prazo concedido de 5 dias (13 de maio de 2013), o sistema computou respostas de mil oitocentos e sessenta e três alunos; 15 coordenadores de Polo; 5 coordenadores de curso; 6 professores; 18 tutores a distância e 53 tutores presenciais, totalizando assim 1.910 formulários recebidos. Ressalta-se que a participação foi voluntária, com o objetivo de receber avaliações que expressassem o mais verdadeiramente possível às percepções dos atores envolvidos no processo. A tabela 05 exhibe a participação de estudantes, coordenadores, professores e tutores nas avaliações realizadas:

Tabela 05 - Participação dos atores nos três focos avaliados

ATORES	FOCO AVALIADO		
	CURSO	POLO	DISCIPLINA
Coordenador Geral	1		
Coordenador Adjunto	2		
Coordenador de Polo	15	15	
Coordenador de Curso	5		
Professor	6		6
Tutor a distância	18		18
Tutor presencial	53	53	53
Estudante	1863	1863	1863
Avaliações	1963	1931	1940

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2012.

a) Avaliação com foco no curso

Conforme já detalhado no quadro 2, este foco aponta resultados referentes a formatação e implementação dos cursos, infraestrutura, ambiente virtual e corpo discente. De acordo com a tabela 05, este foco foi avaliado por todos os atores totalizando 1.963 avaliações.

O tópico currículo foi avaliado por coordenador geral, adjunto e coordenador de curso. Entretanto, esse mesmo tópico foi incluindo para avaliação dos professores e tutores a distância, coincidindo apenas uma mesma pergunta para os cinco atores. A tabela 06 mostra o resultado dos três primeiros atores e a tabela 07 mostra a questão em que coincidem os cinco atores.

Tabela 06 - Avaliação curricular dos cursos por coordenador geral, coordenador adjunto e coordenadores de cursos.

Questões sobre o <u>currículo dos cursos</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
São previstas formas de integração curricular entre as disciplinas (conteúdos ou temas)?	100%	0%	0%	0%
Os estudantes são acolhidos na modalidade EaD e orientados sobre como usar os recursos tecnológicos (computador, internet e ambiente virtual (Moodle)?	87,5%	12,5%	0%	0%

A carga horária presencial é adequada para o desenvolvimento de capacidades práticas e experimentações nos diferentes ambientes e laboratórios?	87,5%	0%	12,5%	0%
O currículo favorece o desenvolvimento de competências para o exercício da profissão?	87,5%	0%	0%	12,5%

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2012.

Tabela 07 - Avaliação curricular dos cursos por coordenador geral, coordenador adjunto, professores, tutores a distância e coordenadores de cursos.

Questões sobre o <u>currículo dos cursos:</u>	Sim	Em parte	Não	Não sei
São previstas formas de integração curricular entre as disciplinas (conteúdos ou temas)?	78%	19%		3%

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2012.

Percebe-se que quanto a questão sobre o currículo dos cursos a avaliação é positiva, mesmo acrescentando mais dois atores para responde uma das quatro questões do tópico. Apesar de haver uma alteração nos números a visão geral não se altera.

Ainda com relação a este tópico, além da pergunta especificada na tabela 07 foi perguntado aos professores: A ementa possibilita flexibilidade e a interdisciplinaridade? E aos tutores a distância foi feita a pergunta: Os alunos conseguem acompanhar o curso sem dificuldades?

Quanto à avaliação da infraestrutura do curso três atores, professores, tutores presenciais e tutores a distância responderam duas questões, cujo resultado está demonstrado na tabela 08. Houve ainda perguntas específicas para cada um desses atores, mostrada nas tabelas 09 e 10.

Tabela 08 - Avaliação da Infraestrutura dos cursos por professores, tutores presenciais e tutores a distância

Durante as disciplinas deste período, foram adequadas as <u>condições para o meu trabalho</u> quanto:	Sim	Em parte	Não	Não sei
À infraestrutura física (ambiente de trabalho)?	64%	29%	7%	0
À infraestrutura tecnológica (computador, internet e ambiente virtual - Moodle)?	44%	48%	8%	0

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2012.

A tabela 08 mostra uma leve deficiência na infraestrutura tecnológica apontada nas respostas de 48% dos participantes da pesquisa: professores, tutores presenciais e tutores a distância, ou seja, a maioria informou que “as condições para o meu trabalho” atendeu “em parte”.

Na sequência, a tabela 09 apresenta a necessidade de uma ação para a capacitação para atuar como professor de EaD de 1/3 dos professores. Outro 1/3 se acham capacitados apenas em parte. Considerando as características da educação a distância, esse dado chama atenção, pois, apenas metade dos professores se consideraram capacitados a atuar nessa modalidade de ensino.

Tabela 09 - Avaliação da Infraestrutura dos cursos (específica para professores)

Durante a disciplina, foram adequadas as condições do seu trabalho quanto:	Sim	Em parte	Não	Não sei
À capacitação recebida para atuar como professor na EAD?	50%	17%	17%	16%
À relação com os tutores da disciplina (tutores a distância)?	50%	34%	0	16%
A disponibilidade de recursos de apoio pedagógico?	66%	34%	0	0

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2012.

Tabela 10 - Avaliação Infraestrutura dos cursos (específica para tutor a distância)

Durante as disciplinas deste período, foram adequadas as condições para seu trabalho quanto:	Sim	Em parte	Não	Não sei
À capacitação recebida para atuar como tutor.	94%	0	6%	0
À relação com os professores das disciplinas.	88%	6%	6%	0

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2012.

Quanto à infraestrutura, os alunos avaliaram sobre a existência e disponibilidade de recursos materiais. Assim, a expressão sobre esses recursos, na visão dos alunos encontra-se na tabela 11.

Tabela 11 - Recursos materiais avaliados por estudantes

Avalie a <u>disponibilidade de recursos</u> permanentes e de consumo no polo, necessários para a realização das atividades acadêmicas (impressora, copiadora, telefone, papel etc.):	Respostas
Não tem sido problema, as atividades acontecem normalmente.	41%
Merece atenção, pois dificulta um pouco o desempenho das atividades.	33%
Existem carências que realmente prejudicam o curso.	26%

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2012.

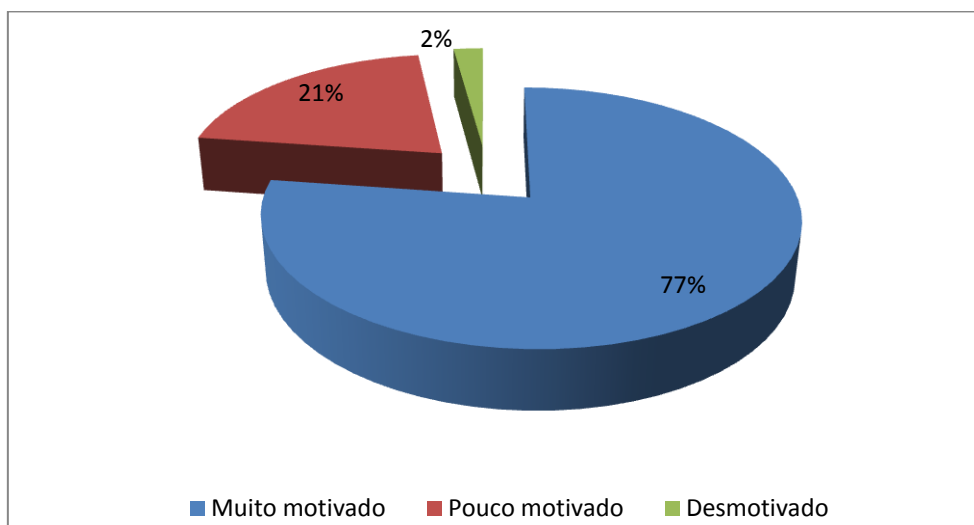
Tabela 12 - Avaliação do ambiente virtual de aprendizagem pelos estudantes (%).

Avalie o ambiente virtual (Moodle) em relação aos seguintes aspectos:	Sim	Em parte	Não	Não sei
Foi fácil acessar.	69,40	26,36	3,71	0,53
Foi rápido encontrar materiais.	62,58	31,07	5,60	0,75
Foram adequados os tamanhos dos textos disponibilizados.	70,74	24,26	4,07	0,93
Foi fácil compreender a linguagem utilizada.	64,46	30,59	4,58	0,37
O mural de notícias foi útil.	68,11	23,00	4,56	4,33
Foi fácil participar dos chats.	46,85	29,25	11,80	12,10
Foi fácil participar dos fóruns.	70,69	21,95	4,93	2,43
Foi fácil ter acesso a computador com internet fora do polo.	61,03	22,00	15,78	1,19
Poderia ser melhor explorado.	63,87	28,01	4,77	3,35
Média do percentual do quesito	64	26	7	3

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2012.

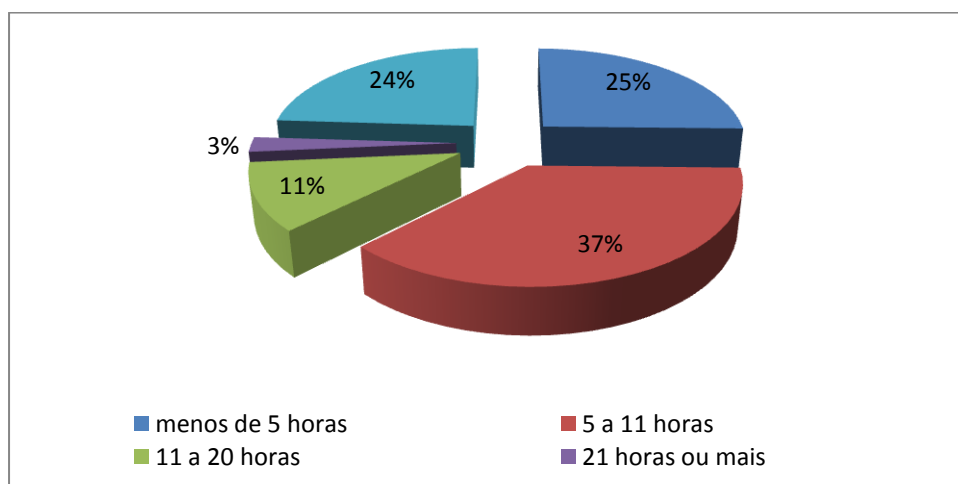
Na tabela 12 é possível fazer uma média do percentual de todas as respostas para concluir o quesito. Dessa forma, pode-se afirmar que em média, para 64% dos alunos o Ambiente Virtual de Aprendizagem é adequado ao curso e de fácil participação.

Outra questão bastante relevante avaliada pelos estudantes e que se constitui numa autoavaliação é o aspecto motivacional relacionado ao curso. Na opinião dos alunos (1.439 avaliações das 1.863), cujo resultado foi positivo, ou seja, os alunos se sentem bastante motivados com o curso (Gráfico 03).

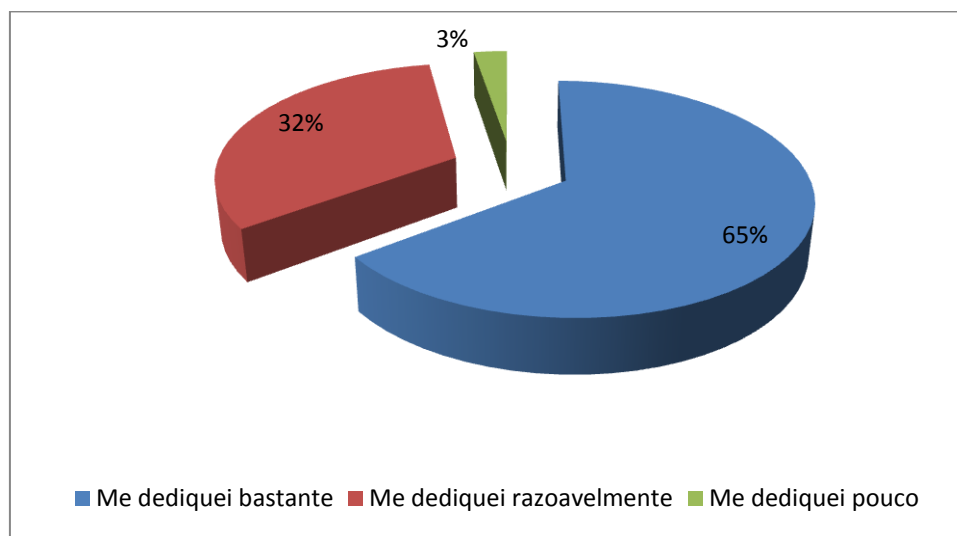
Gráfico 03 – Motivação com o curso pelos estudantes

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

Perguntados pelo tempo de dedicação aos estudos, constatou-se que 37% dos alunos dedicam entre 5 e 11 horas semanais de estudos (Gráfico 04). Evidentemente que o tempo dedicado aos estudos terá impacto na sua formação. Dessa forma, se comparada ao tempo de estudos na modalidade presencial esse tempo é relativamente à metade, requerendo, portanto, uma ação para que incentivem os estudantes a se dedicarem mais aos estudos. Para reforçar esse questionamento foi solicitado ainda, que os estudantes respondessem sobre seus esforços com o curso e o resultado mostrou que 65% dos alunos informaram que se dedicou bastante (Gráfico 05).

Gráfico 04 - Tempo dedicado aos estudos pelos estudantes

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

Gráfico 05 - Dedicção ao curso pelos estudantes

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

Na avaliação qualitativa as respostas refletem os resultados quantitativos isso pode ser observado com algumas opiniões destacadas dentre várias oferecidas pelos alunos:

O curso é bom e tem me oferecido grandes oportunidades de conhecimento na área desejada. Para mim, está ótimo, só precisaria aumentar um pouco mais a carga horária, para melhorar o conhecimento apurado do assunto.

O curso é bom, nós alunos demonstramos interesse! (informado pelo aluno na avaliação)²

Acredito que a grade curricular seja adequada ao mercado, justamente pelas disciplinas que são oferecidas, mas vejo que a abordagem poderia ser mais ampla, disponibilizando mais tempo, ou seja, aumentando a carga horária, mas acredito que isso não é possível. Contudo me vejo satisfeito. Quanto às atividades presenciais, elas superaram minhas expectativas, além de estarem muito diferentes comparadas ao semestre (se posso colocar assim) passado. Elas estão mais dinâmicas e a variedade de atividade me faz fixar melhor o conteúdo. Atividades complementares raramente acontecem, por isso que deixo uma sugestão: seria muito bom se fizessemos visitas a locais que estivessem no contexto do módulo vigente; uma vez a cada módulo, ou uma vez no mês, por exemplo. Claro, estou ciente que nem sempre será possível, mas acredito que a sugestão seja válida. Hum... é isso.

O curso em si é excelente, e requer muita dedicação nos estudos. (informado pelo aluno na avaliação)³

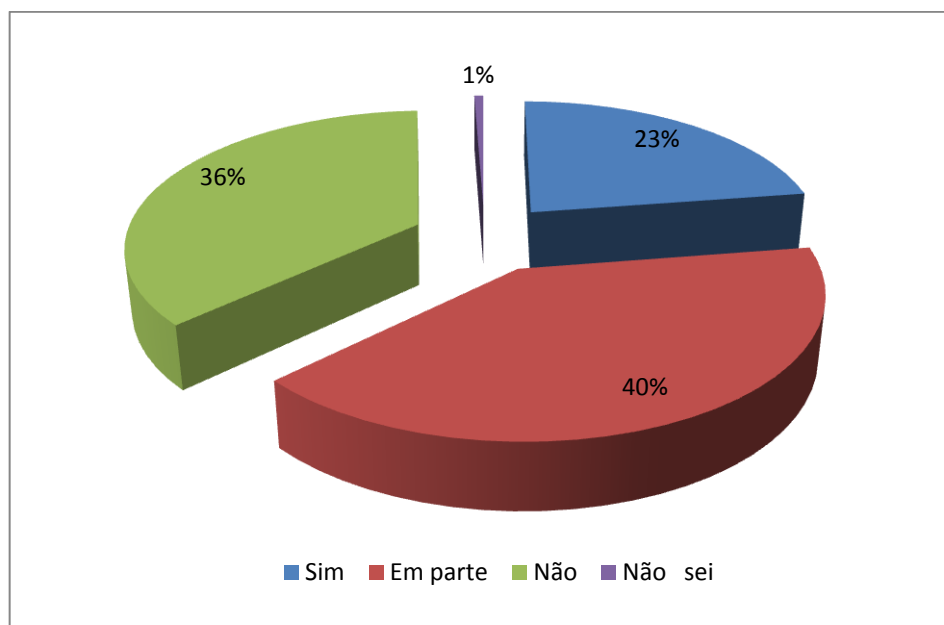
² Informação fornecida por aluno do curso.

³ Informação fornecida por aluno do curso.

b) Avaliação com foco no polo

No que diz respeito ao foco da avaliação de Polo, foram feitas 1.931 avaliações conforme demonstrado na tabela 05, onde coordenadores de Polo, tutores presenciais e estudantes opinaram sobre a infraestrutura física, lógica, laboratórios, biblioteca entre outras questões. Na primeira análise o que chamou atenção foi a avaliação a respeito de acesso a internet feito pelos alunos (Gráfico 06). A insatisfação alcança o percentual de 36% dos alunos contra apenas 23% que se sentem satisfeitos com a internet. Esse é fator um crítico levando em consideração que se trata de cursos na modalidade a distância e a maior parte da carga horária dos cursos é realizada em plataforma virtual dependendo muito do acesso à internet.

Gráfico 06 - Satisfação com a velocidade da internet



FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

O dado quantitativo é reforçado pela opinião qualitativa dos alunos quando são chamados a falar a respeito, conforme relato de alguns alunos:

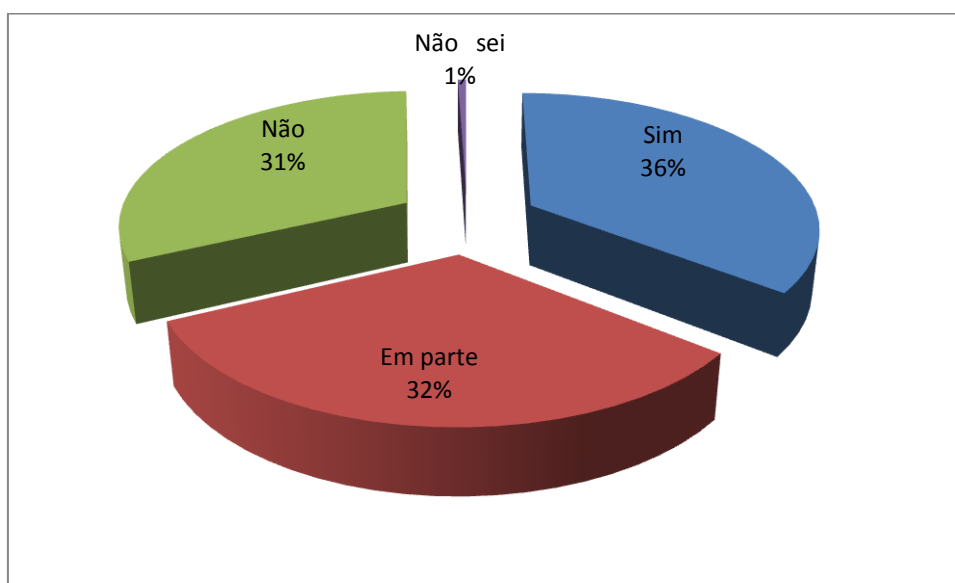
O polo sofre com a queda de internet, o que dificulta muito ao fazer as atividades, e absorver as informações necessárias.

O curso em si é excelente, mas a internet deixa muito a desejar, pois a conexão é lenta e há uma grande dificuldade de acesso nos polos.

É necessário melhorar o servidor, pois diversas vezes o acesso às aulas estava indisponível e não é possível ver os vídeos das aulas no polo. (informação verbal)⁴

Ainda na visão dos alunos, o problema dos recursos tecnológicos se agrava quanto à disponibilidade de computadores (Gráfico 07). Apenas um terço, aproximadamente, está plenamente satisfeito com a existência desse recurso.

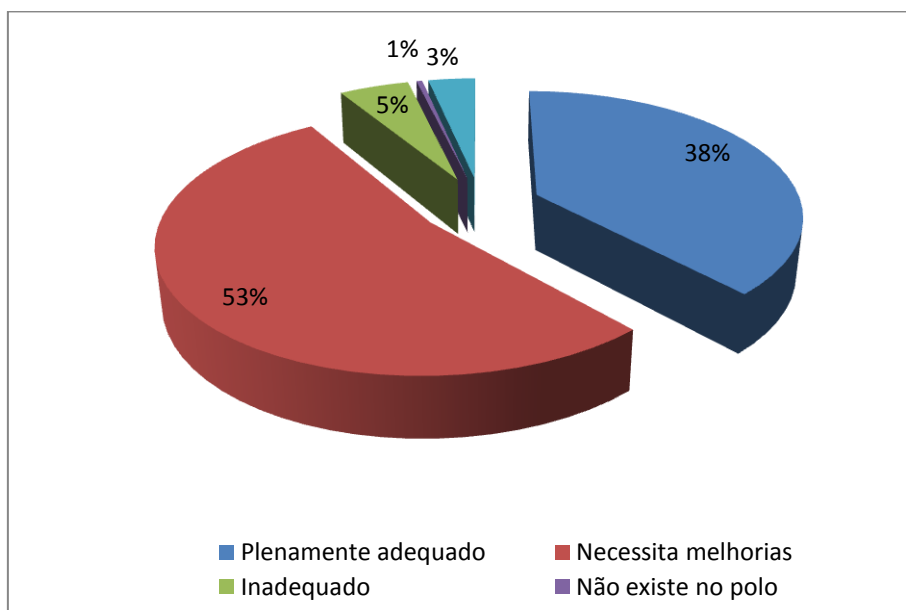
Gráfico 07 - Satisfações dos alunos sobre quantidade de computadores



FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

Outra questão comum aos entrevistados foi o tópico: “Avalie a adequação das instalações físicas do Polo (como um todo)”. 53% das respostas (Gráfico 08) apontaram que há necessidade de melhoria nos Polos.

⁴ Informação fornecida por aluno do curso.

Gráfico 08 - Adequação das instalações físicas do polo

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

Na pesquisa, verificou-se que pelos resultados dos questionários aplicados é possível atribuir uma média por bloco, considerando vários itens relacionados para avaliar uma mesma questão. Com isso, podem-se avaliar vários itens afins no Polo e atribuir uma única nota avaliativa. Por exemplo, foi feito um bloco de questionamentos com quatro itens sobre adequação das instalações físicas do polo (Tabela 13), os entrevistados responderam cada um dos quatro itens com as opções: plenamente adequado, necessita melhorias, inadequado, não existe no Polo, não sei. Ao analisar o resultado das entrevistas percebeu-se que somando o resultado de cada uma das opções (plenamente adequado, necessita melhorias, inadequado, não existe no Polo, não sei), dos quatro itens do bloco, o resultado é equivalente a avaliação individual de cada um dos itens, ou seja, nesse exemplo, pode-se avaliar a adequação das instalações físicas do polo através da média da soma dos vários itens respondidos pelos estudantes. Com isso, na avaliação da adequação das instalações físicas do polo seria apresentado ao gestor apenas um único resultado para caracterizar essa avaliação ao invés de quatro (sala de coordenação, sala de tutoria, sala web/videoconferência e biblioteca).

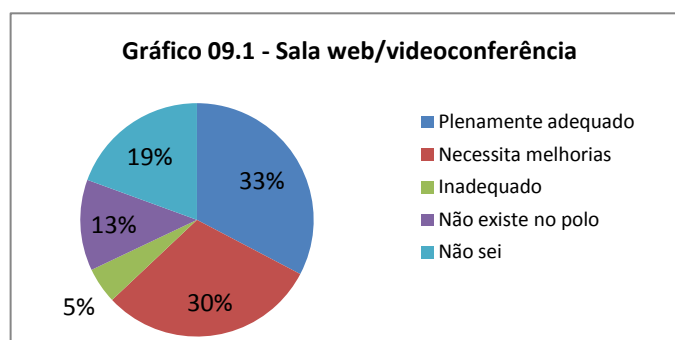
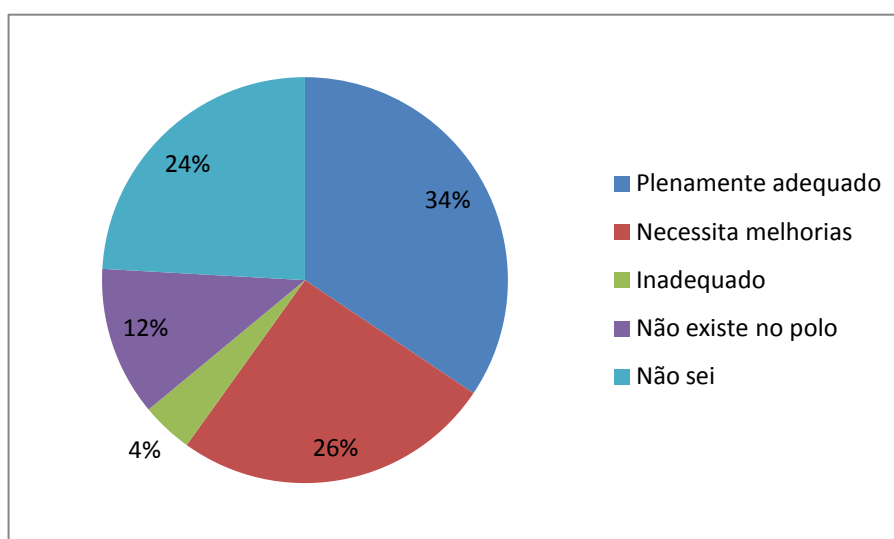
Tabela 13 – Adequação das instalações físicas do polo

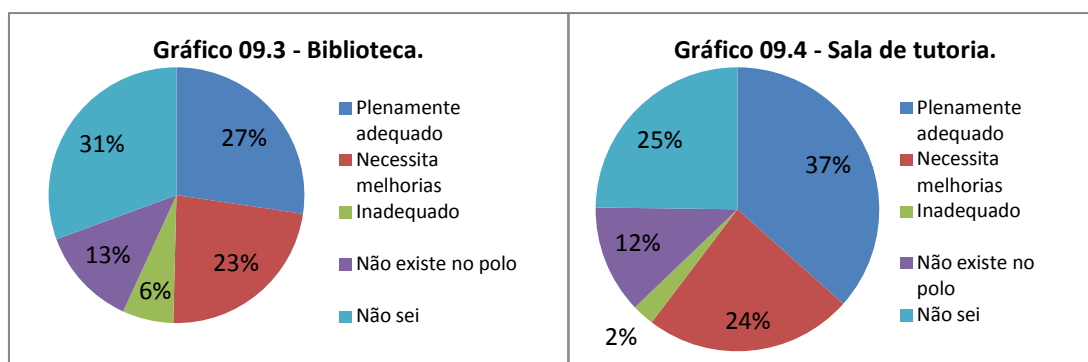
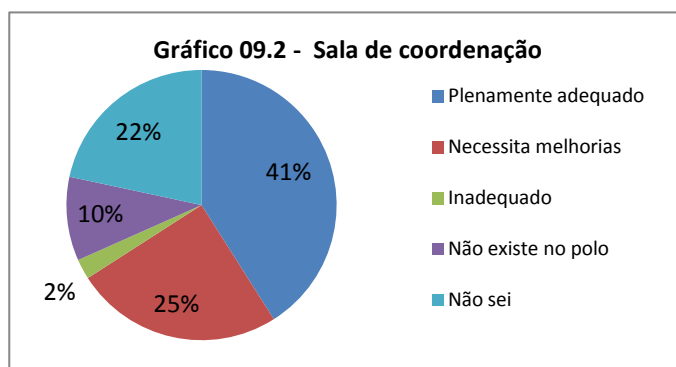
<u>Avalie a adequação das instalações físicas do polo:</u>	<u>Plenamente adequado</u>	<u>Necessita melhorias</u>	<u>Inadequado</u>	<u>Não existe no polo</u>	<u>Não sei</u>
Sala de coordenação	21	13	4	14	1
Sala de tutoria.	16	10	5	21	1
Sala web/videoconferência	13	7	2	29	2
Biblioteca.	14	31	3	3	2

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2012.

Para exemplificar essa observação, o gráfico 09 apresenta o resultado da média dos quatro itens da tabela 13. Na sequência, a série de gráficos 09.1, 09.2, 09.3 e 09.4 apresenta o resultado individual de cada um dos itens pesquisados (sala de coordenação, sala de tutoria, sala web/videoconferência e biblioteca), ou seja, é possível representar o conjunto dos itens com um único resultado (Gráfico 09).

Gráfico 09 - Adequação das instalações físicas do polo – média





FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013

Assim, os avaliadores podem ser chamados a avaliar individualmente tópicos de dimensão, entretanto, essa dimensão pode ser representada por uma média, conforme o exemplo já mencionado. Esse requisito facilitará a geração de um relatório gerencial mais pontual, diminuindo assim o volume de informações detalhadas, mas, sem perder o real valor da avaliação. O gestor terá um relatório com dados condensados em todos os focos, podendo, quando e se quiser detalhar aos níveis das informações de cada um dos tópicos.

As avaliações quantitativas estão em consonância com as observações dos avaliadores (avaliação qualitativa) conforme se pode comparar em algumas das falas dos estudantes:

Precisa de mais iluminação, segurança e espaço nas salas de aula.
 O polo precisa melhorar a sua estrutura para melhor conforto do aluno.
 O polo como um todo é adequado.
 Não conheço se existe biblioteca no polo.

Nenhuma, estão tudo de acordo e com qualidade. (informação verbal)⁵

c) Avaliação com foco na disciplina

Na avaliação com foco na disciplina, as questões foram respondidas por 1.940 entrevistados, entre estudantes, professores, tutores a distância e tutores presenciais, conforme a (Tabela 5).

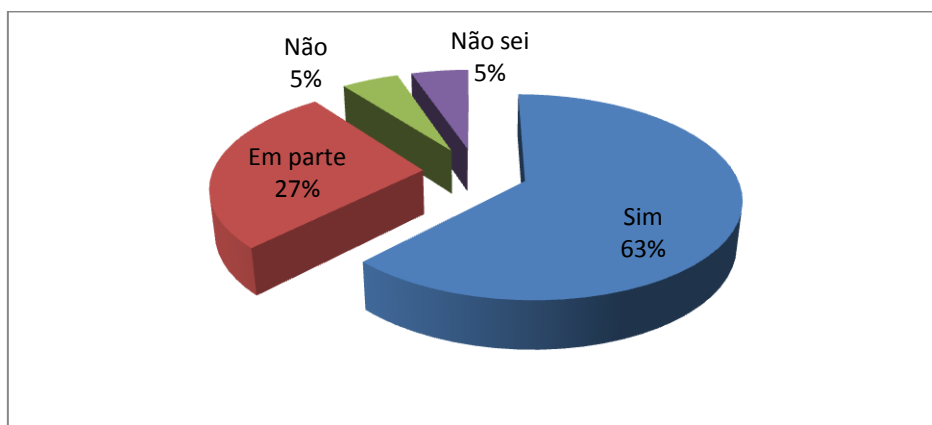
O objetivo nesse foco é mensurar sobre a estratégia de ensino das disciplinas, se a carga horária é ideal, que por sua vez o questionamento se relaciona com a dimensão currículo perguntado no foco curso.

Para os profissionais, ou seja, sem os estudantes, foram feitas três perguntas a respeito da estratégia de ensino das disciplinas:

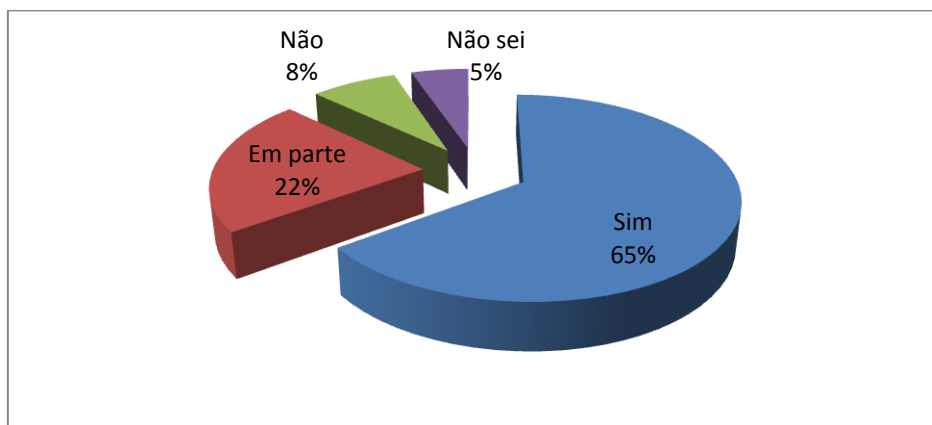
- Os estudantes tiveram oportunidades para utilizar suas experiências anteriores?
- Os estudantes tiveram oportunidades de tomar iniciativas e exercer sua autonomia?
- Foram formados grupos de estudos e realizadas atividades conjuntas?

As respostas a essas perguntas foram positivas, (63%) dos entrevistados avaliaram que foram aproveitadas as experiências anteriores dos estudantes (Gráfico 10). Quanto ao exercício da autonomia, os profissionais avaliaram que (65%) dos estudantes tiveram a oportunidade de tomar iniciativas (Gráfico 11). E por fim, quanto a possibilidade de trabalhos em grupos (73%) dos avaliadores informaram que os estudantes tiveram a oportunidade de realizar atividades conjuntamente com outros estudantes (Gráfico 12). A média das respostas desse bloco está representada no (Gráfico 13), levando a deduzir que as estratégias de ensino utilizadas na metodologia dos cursos estão sendo consideradas positivas pelos profissionais.

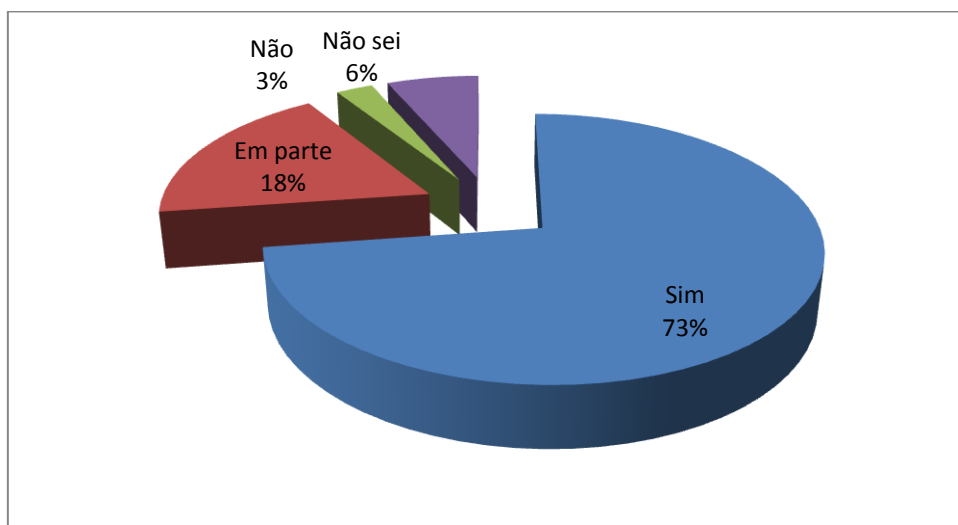
⁵ Informação fornecida pelo aluno.

Gráfico 10 - Utilização de experiências anteriores dos estudantes

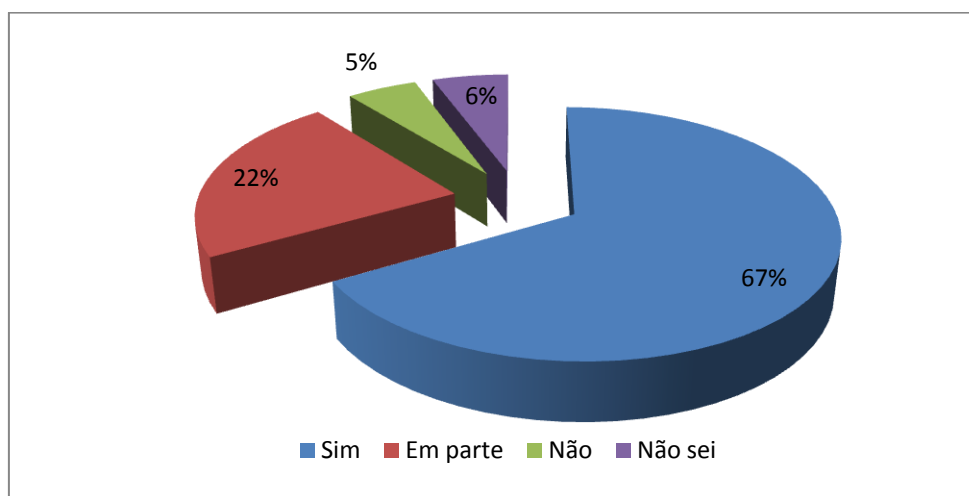
FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

Gráfico 11 - Autonomia dos estudos pelos estudantes

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

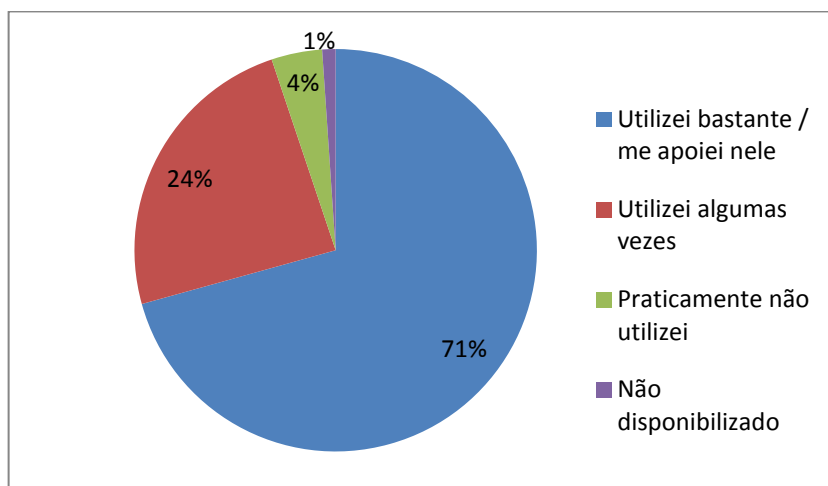
Gráfico 12 - Estudos realizados por grupos de estudantes

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

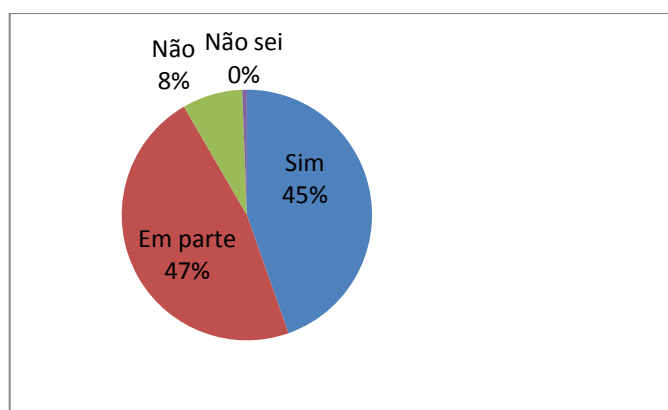
Gráfico 13 - Adequação da estratégia do ensino

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

Exclusivamente para os estudantes, nesse foco, foram abordados questionamentos sobre a utilização de material didático e frequência do seu uso e também sobre a atuação dos professores e tutores na interação com a disciplina. No primeiro caso, notou-se que 1.317 respostas, das 1.868, apontam para a forte utilização de material digital em relação a material impresso (Gráfico 14). Entretanto, quando perguntado se as apostilas/cadernos contêm informações completas, detalhadas e suficientes, a maioria dos estudantes disseram que em parte (Gráfico 15).

Gráfico 14 - Utilização de apostila/cadernos digitais pelos estudantes

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

Gráfico 15 - Informações completas, detalhadas e suficientes das apostilas/cadernos.

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013

Esse dado é reforçado quando os estudantes foram chamados a fazer uma avaliação global do material didático em que (50%) responderam que o material não ofereceu apoio necessário (Gráfico 16), ou seja, levando em consideração que o material didático, na educação a distância, é de grande relevância, esse fator se constitui um dado negativo.

Gráfico 16 - Satisfação global do material didático

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

Verificando as opiniões subjetivas dos estudantes, percebe-se que reflete claramente a avaliação qualitativa, reforçando assim, a teoria de que é possível uma avaliação quantitativa para averiguar as condições de oferta dos cursos. A seguir alguns comentários de alunos referentes ao foco disciplina:

Seria fundamental para a concretização do aprendizado, se fossem inseridas aulas práticas.
 Deveriam nos disponibilizar materiais impressos, para quem não tem acesso toda hora a computadores em casa.
 As disciplinas são muito boas de aprende.
 Muito complexo. Poderia ser mais fácil entender a linguagem.
 Capacitação extracurriculares, participação em eventos externo que auxilie no aprendizado e na busca de experiência!
 Está sendo de boa qualidade.⁶

Como vimos na pesquisa realizada na SEE-PE o nível de participação foi significativa, dos 2.000 convites feitos para preencher os formulários online, 1.910 avaliadores atenderam o chamado (o detalhamento do número de participantes pode ser visto na figura 5). Este fato é considerado um ponto positivo para o aluno em educação a distância, a sua familiaridade com o informática e necessidade de acessar a plataforma do curso são indutores para que o aluno possa fazer a avaliação facilmente por um

⁶ Informação fornecida por aluno.

sistema online, e ainda, o fato dele já estar conectado faz da avaliação como se fosse uma tarefa do curso, uma vez que ela estará disponível na plataforma.

Quanto aos formulários, 16 ao todo (detalhado no quadro 03), foram, conforme já apresentado no decorrer desse capítulo, sistematizados para avaliar três focos: curso, polo e disciplina. No foco curso todos os 08 agentes participantes do processo fizeram a avaliação (professor, tutor presencial, tutor a distância, coordenador geral, coordenador adjunto, coordenador de curso, coordenador de polo e estudantes); no foco polo 04 agentes do processo fizeram a avaliação (coordenador de polo, tutor presencial, tutor a distância e estudantes); por fim, no foco disciplina 04 agentes do processo fizeram a avaliação (professor, tutor a distância, tutor presencial e estudante).

A dinâmica de distribuição dos formulários foi fundamental para perceber que extremamente difícil a tabulação dos dados, pois não há uma uniformidade dos questionamentos, embora tenha o mesmo foco, ou seja, a multiplicidades de perguntas, às vezes diferentes, conforme o agente avaliador, mas para o mesmo foco não permite o cruzamento de dados, embora não se tenha notado divergência entre eles. Provavelmente para uma avaliação de um sistema de poucos participantes possa ser possível essa dinâmica, entretanto, no caso em questão, é totalmente inviável insistir nesse modelo, pois estará envolvidos mais de 100 mil estudantes e proporcionalmente um gigantesco número de professores, tutores e coordenadores.

Assim, a experiência foi positiva porque aponta para a necessidade de uma avaliação com perguntas uniformes e que todos os agentes possam avaliar todos os focos, afinal todos são partícipes do processo.

Nessa direção, considerando a pesquisa empírica, a experiência que o MEC tem na avaliação das condições de oferta dos cursos superiores que integra o SINAES e as bases teóricas que definem uma avaliação, propõe-se no capítulo seguinte um modelo de avaliação das condições de oferta para os cursos da Rede e-Tec Brasil para a SETEC/MEC, substituindo os três focos (curso, disciplina e polo) avaliados na pesquisa junto a SEE-PE por três dimensões: organização didático-pedagógica, corpo social e Infraestrutura, por serem mais abrangentes e permitirá que todos os agentes que participam do processo (professor, tutor presencial, tutor a distância, coordenador geral, coordenador adjunto, coordenador de curso, coordenador de polo e estudantes) possam avaliar cada etapa da oferta dos cursos, por entender, que todos, sem distinção, embora haja papéis específicos, devem participar da avaliação em todos os níveis do processo do ensino.

3. PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DA REDE E-TEC BRASIL

Como se viu nos capítulos anteriores, a Rede e-Tec Brasil cresce ano a ano, fazendo cumprir as metas do Governo Federal quanto a expansão da oferta de cursos técnicos de nível médio, nesse caso em especial, pela modalidade a distância.

Registra-se também, que o programa do MEC não possui nenhum mecanismo que possa mensurar se os profissionais estão sendo bem preparados, o que é indispensável para qualquer programa governamental no sentido de averiguar a sua eficiência e se de fato está sendo eficaz.

Neste sentido, este trabalho propõe a implantação de um mecanismo de avaliação das condições de oferta dos cursos no âmbito da Rede e-Tec Brasil, para subsidiar o MEC na tomada de decisões objetivando a melhoria constante do programa e assim possibilitá-lo cumprir seus objetivos com eficiência e otimização dos recursos técnicos e financeiros.

Essa proposta tem como base os dados empíricos adquiridos na pesquisa realizada na SEE-PE que teve como foco a avaliação das condições dos cursos técnicos disponibilizados naquela Secretaria. Vale reforçar que a proposta destina-se a avaliar as condições de disponibilização dos cursos técnicos de nível médio, exclusivamente na modalidade a distância ofertados pela Rede e-Tec Brasil do MEC.

No resultado desse trabalho, obteve-se uma proposta que subsidiará a avaliação das condições da oferta dos cursos técnicos a distância ofertados pela Rede e-Tec Brasil e poderá, mais a frente, compor junto com uma possível avaliação da proficiência dos alunos egressos dos cursos, um sistema de avaliação da educação profissional, inclusive na modalidade a distância, como já acontece com a educação superior através do SINAES. O foco aqui, vale repetir, é uma proposta para medir como os cursos da Rede e-Tec Brasil estão sendo ofertados. Entende-se que um curso bem estruturado, com o projeto político pedagógico bem implementado, uma infraestrutura como bibliotecas e laboratórios adequados aos cursos, professores e tutores bem preparados, sem nenhuma dúvida impactará numa formação com a qualidade necessária e desejada.

A avaliação das condições de oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil, objeto dessa proposta, nasce, como já explicitado anteriormente, a partir da experiência piloto feita na SEE-PE, necessária a geração dos dados empíricos que constituiu uma base para

os passos seguintes. Outra experiência que não foi desprezada, muito pelo contrário, é a Avaliação das Condições de Ensino – ACE, mecanismo de avaliação que compõem o sistema nacional de avaliação da educação superior. Evidentemente que esta proposta segue as peculiaridades da educação a distância e o perfil dos alunos e profissionais que atuam nessa modalidade de ensino considerando o nível de ensino, no caso, a educação profissional de nível médio.

Para contextualizar e melhor compreender a avaliação aqui proposta é importante compreender a definição acerca da ACE, pois, esse trabalho tem como objetivo balizador a ACE e a base empírica realizada na SEE-PE, esta última também detalhada no segundo capítulo do trabalho.

3.1. Avaliação das Condições de Ensino – ACE

A Avaliação das Condições de Ensino, mecanismo de avaliação que integra o SINAES, está sendo utilizado desde 2004, em substituição a outro instrumento denominado Avaliação das Condições de Oferta – ACO, a partir de algumas modificações feitas, quando se observou que não existiam na ACO algumas questões que fossem capaz de responder mais adequadamente as condições de ofertas dos cursos.

Na ACO faltava uma padronização de critérios e procedimentos de avaliação e da percepção sobre as condições de funcionamento do curso sem o isolamento da inserção institucional no processo. Assim, a ACE passou a focar em três grandes dimensões: (I) Organização Didático-Pedagógica; (II) Corpo Docente; (III) Instalações. De acordo com o documento bases para uma nova proposta do SINAES as dimensões se desdobram em níveis menores que indicam os diferentes aspectos a serem avaliados. A definição do conceito geral em cada uma das dimensões se dá com a avaliação de cada nível.

Quadro 04 – Dimensão, categoria e indicadores da ACE

Dimensão	Categoria	Indicador
1 – Organização Didático- Pedagógica	1.1 Administração acadêmica	1.1.1 Coordenação do curso
		1.1.2 Organização acadêmico - administrativa
		1.1.3 Atenção aos discentes
	1.2 Projeto do curso	1.2.1 Concepção do curso
		1.2.2 Currículo
		1.2.3 Sistema de avaliação
	1.3 Atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação	1.3.1 Participação dos discentes nas atividades acadêmicas
		1.3.2 Estágio curricular supervisionado
		1.3.3 Trabalho final de curso
	2.1 Formação acadêmica e profissional	2.1.1 Titulação Docentes com especialização na área
		2.1.2 Experiência profissional
		2.1.3 Adequação da formação
	2. 2 Condições de trabalho	2.2.1 Regime de trabalho
		2.2.2 Plano de carreira Ações de capacitação
		2.2.3 Estímulos (ou incentivos) profissionais
		2.2.4 Dedicção ao curso
		2.2.5 Relação alunos/docente
		2.2.6 Relação disciplinas/docente
2 - Corpo Docente	2.3 Atuação e desempenho acadêmico e profissional	2.3.1 Publicações Artigos publicados em periódicos científicos
		2.3.2 Produções intelectuais, técnicas, pedagógicas, artísticas e culturais
		2.3.3 Atividades relacionadas ao ensino de graduação
		2.3.4 Atuação nas atividades acadêmicas Atuação dos docentes em sala de aula
3 - Instalações	3.1 Instalações gerais	3.1.1 Espaço físico Salas de aula
		3.1.2 Equipamentos Acesso a equipamentos de informática pelos docentes
		3.1.3 Serviços Manutenção e conservação das instalações físicas
	3.2 Biblioteca	3.2.1 Espaço físico Instalações para o acervo
		3.2.2 Acervo Livros Periódicos
		3.2.3 Serviços Horário de funcionamento
	3.3 Instalações e laboratórios específicos	3.3.1 Laboratórios de apoio ao ensino de conteúdos básicos
		3.3.2 Laboratórios de apoio ao ensino de conteúdos profissionalizantes gerais
		3.3.3 Laboratórios de apoio ao ensino de

É importante lembrar que a ACE não faz distinção entre as modalidades de ensino presencial e a distância, entretanto, observa-se que o instrumento contempla as duas modalidades (quadro 04). Em especial se tratando da educação a distância, o instrumento levou em consideração as diretrizes do Conselho Nacional de Educação para avaliação dos cursos superiores a distância e estas por sua vez foram elaborados em consonância com os referenciais de qualidade de Educação a Distância, da extinta Secretaria de Educação a Distância do MEC, a partir da discussão com especialistas do setor, com as universidades e com a sociedade. Segundo Filho (2012):

[...] preocupação central é a de apresentar um conjunto de definições e conceitos de modo a, de um lado, garantir qualidade nos processo de educação a distância e, de outro lado, coibir tanto a precarização da educação superior, verificada em alguns modelos de oferta de EAD, quanto a sua oferta indiscriminada e sem garantias das condições básicas para o desenvolvimento dos cursos com qualidade. (FILHO, 2012, p.335)

Portanto, há uma experiência já constatada e consolidada no ensino superior concernente a avaliação das condições de ofertas de cursos na modalidade EAD que não pode ser ignorada, embora esteja se tratando de outro nível de ensino, entretanto, levou-se em consideração a discussão dos referenciais de qualidade da EAD e de quesitos necessários a oferta de cursos na modalidade EAD, ou seja, há uma coerência com essa proposta e os marcos legais do MEC quanto a avaliação das condições de ofertas dos cursos EAD.

3.2. A experiência com a avaliação das condições de oferta dos cursos na SEE-PE

Embora toda experiência com a pesquisa realizada na SEE-PE, enquanto avaliação piloto, esteja descrita no capítulo 2, considera-se importante resgatar alguns pontos para compreender de fato a proposta.

Lembra-se que a pesquisa feita na SEE-PE trabalhou-se com três focos: (I) curso; (II) disciplina; e (III) polo. Esses focos foram classificados em 13 dimensões em

virtude da avaliação dos diferentes atores, isto é, diferentemente da ACE, a dimensão infraestrutura está presente em dois focos: polo e curso. O coordenador de Polo avalia a infraestrutura da dimensão Polo, mas, não avalia a infraestrutura do foco curso. Por sua vez o coordenador de curso avalia a infraestrutura do foco curso e não do Polo. Entretanto, dá para concluir que é possível redimensionar a estrutura da avaliação e alinhar à proposta da ACE, sobretudo, com a necessária padronização das questões.

É importante ressaltar que em virtude dos diversos avaliadores, foram elaboradas questões específicas para as atividades desenvolvidas por cada um deles, porém, essa situação gerou uma quantidade numerosa de dados dificultando a tabulação dos mesmos. Entretanto, foi possível observar com a aplicação dos questionários, muitas questões do documento apontariam para o mesmo resultado se os mesmos fossem padronizados, ou seja, a avaliação como produzida na SEE-PE gera muitas respostas para um mesmo objetivo, situação que não aconteceria com a padronização das questões. Desta forma pode atender melhor ao gestor do programa que necessita de informações eficientes e com o menor nível de complexidade possível.

Desta forma, a avaliação das condições de oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil, a partir dessa proposta, não faz distinção de avaliadores como feito na pesquisa da SEE-PE (estudantes, professores, coordenadores e tutores), todos esses agentes, considerando suas diferentes funções, são parte do processo como todo, portanto, possuem condições e devem avaliar todo o processo.

3.3. Proposta de avaliação das condições de oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil

Com base nas avaliações e instrumentos de diagnósticos do MEC, como o Plano de Ações Articuladas – PAR, a avaliação aqui proposta é classificada em dimensões e estas são divididas em áreas que por sua vez são divididas em indicadores, assim compreendidas:

- **Dimensão:** é o conjunto geral das ações desenvolvidas no processo de oferta do curso estruturado de acordo com as atividades específicas;
- **Área:** são subdivisões das dimensões de acordo com atividades específicas desenvolvidas no processo;

- **Indicadores:** são atividades específicas e pontuais dentro de todo o processo. O indicador permite qualificar dados relacionados à melhoria do processo.

Assim, a avaliação das condições de ofertas dos cursos da Rede e-Tec Brasil, aqui proposta, constitui três níveis conforme ilustração da figura 05.



Figura 05 – Níveis do conceito da avaliação

Fonte: Elaboração do autor

No nível da dimensão a proposta avaliativa tem três classificações para as dimensões: (I) organização didático-pedagógica, (II) corpo social e (III) infraestrutura. Por sua vez, as dimensões estão subdivididas em 11 áreas e estas em 38 indicadores, cujas classificações serão especificadas mais adiante.

Para a construção de cada um dos níveis da avaliação foram observados os indicadores da avaliação do ensino superior a distância, conforme o Parecer CNE nº 195/2007, nos três instrumentos: credenciamento institucional, credenciamento de polos e autorização de cursos e mais os dados empírica da pesquisa na SEE-PE e a ACE, atendendo as características de elaboração de indicadores ensinada por Valarelli (2005):

- Coerência com a visão e com a concepção que as organizações envolvidas têm sobre os objetivos centrais e as dimensões que um projeto deve considerar e resulta da negociação transparente e não impositiva dos diferentes interesses e expectativas;

- Considera as particularidades do contexto;
- Define indicadores que captam os efeitos atribuíveis às ações, serviços e produtos gerados pelo próprio projeto;
- Tem indicadores bem definidos, sem ter pretensão de dar conta da totalidade;
- Está orientado para o aprendizado, estimulando novas reflexões;
- Prevê e especifica os meios de verificação que serão utilizados, bem como os responsáveis pela coleta de informação, pela análise e tomada de decisões;
- É simples, capaz de ser compreendido por todos, e não apenas por especialistas, sem ser simplista;
- É viável do ponto de vista operacional e financeiro;
- Fornece informações relevantes e em quantidade que permite a análise e a tomada de decisão;
- Aproveita as fontes confiáveis de informação existentes, poupando recursos, tempo e energia do projeto;
- É progressivamente internalizado na organização e apropriado por todos, no cotidiano das ações que desenvolvem;
- É compartilhado com os grupos e setores da população, junto aos quais a organização intervém, promovendo a sua participação e a construção de parâmetros e indicadores próprios para monitorar e avaliar situações de seu interesse;
- Utiliza recursos visuais para expressar situações, processos e suas variações.

Os avaliadores pontuarão apenas os indicadores de acordo com sua observação relacionados à questão. Assim, para cada indicador será atribuído uma nota de 1 a 5, conforme os critérios abaixo:

- **Critério de pontuação 5:** a descrição aponta para uma situação positiva, ou seja, para aquele indicador não serão necessárias ações imediatas (embora as constantes melhorias são indispensáveis para a manutenção da pontuação em avaliações posteriores);
- **Critério de pontuação 4:** a descrição aponta para uma situação satisfatória, com mais aspectos positivos que negativos, ou seja, indica ações parciais que favorecem o desempenho do indicador;

- **Critério de pontuação 3:** a descrição aponta para uma situação favorável, embora se principia aparentes aspectos negativos, necessitando de ações pontuais visando a melhoria do indicador;
- **Critério de pontuação 2:** a descrição aponta para uma situação insuficiente, com mais aspectos negativos do que positivos; serão necessárias ações imediatas;
- **Critério de pontuação 1:** a descrição aponta para uma situação crítica, de forma que não existem aspectos positivos, apenas negativos ou inexistentes. Serão necessárias ações imediatas e estas.

A figura 06 apresenta o ciclo a partir dos níveis na avaliação das condições de oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil.



Figura 06 – Ciclo para avaliação das condições de oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

3.3.1. Dimensão 1: Organização didático-pedagógica

A dimensão 1 é reservada a avaliar toda estruturação didática e pedagógica dos cursos e está constituída pelas seguintes áreas de análise:

- Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Projeto do Curso;
- Atividades de ensino; e
- Material didático.

As quatro áreas da dimensão 1, são divididas e representadas por vinte indicadores conforme o (Quadro 05).

Quadro 05 - Área e Indicadores da Dimensão 1 - Organização didático-pedagógica

Área	Indicador
1. Ambiente virtual de aprendizagem	1. Facilidade de acesso a plataforma
	2. Existência e forma de acesso a objetos educacionais (videoaulas, webcast, podcast, etc.)
	3. Facilidade de participação em chats e fóruns
2. Projeto do curso	1. Concepção do curso
	2. Articulação com o mercado de trabalho local
	3. Currículo adequado
	4. Avaliação de aprendizagem dos alunos (inclusive recuperação)
	5. Estágio curricular
	6. Carga horária das disciplinas
	7. Mecanismos gerais de interação
3. Atividades de ensino	1. Atividades complementares
	2. Encontros presenciais
	3. Articulação com outros programas
	4. Metodologia
	5. Aulas práticas em laboratório
4. Material didático	1. Articulação e complementariedade dos materiais impresso, audiovisuais e material Web
	2. Disponibilidade de laboratório virtual
	3. Material didático impresso
	4. Material didático multimídia
	5. Conteúdo e forma do material disponível

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

A área referente ao “Ambiente Virtual de Aprendizagem” destina-se a avaliação do processo de interação dos diversos agentes que participam dos cursos, cujos indicadores consideram a facilidade de acesso, como ferramenta intuitiva, designer amigável; a disponibilização dos recursos audiovisuais, como formato das vídeo aulas, a facilidade de encontrar esse material; e quanto a facilidade de participar de chats e fóruns.

O “Projeto de Curso” constitui a área destinada a verificação das condições e articulação do conhecimento adquirido no curso com a comunidade e o mundo do trabalho, bem como se a carga horária das disciplina é adequada e suficiente para

promover essa articulação. Nessa área será verificada também o sistema de avaliação de aprendizagem dos alunos e as condições do estágio curricular.

Na área “Atividades de Ensino” os indicadores levaram a avaliação dos aspectos relacionados a existência de atividades práticas, seja complementar ou em laboratórios didáticos e a adequação dos encontros presenciais.

“Material Didático” será área destinada a verificação dos recursos didáticos disponíveis e sua adequação com o curso, sendo ele impresso ou virtual.

O quadro 06 apresenta os indicadores dessa dimensão, dividido pelas áreas e qual deve ser o critério de pontuação considerado ideal para a avaliação.

Quadro 06 – Critérios de análise por indicador da Dimensão 1

Área 1 - Ambiente Virtual de Aprendizagem	
Indicadores	Critério de análise (situação satisfatória - conceito 5)
1. Facilidade de acesso a plataforma	Quando a plataforma oferece um ambiente amigável e intuitivo e de fácil acesso pela internet.
2. Existência e forma de acesso a objetos educacionais (vídeo-aulas, podcast, etc)	Quando o curso oferece vídeo-aulas e/ou outros objetos educativos de acordo com a ementa do curso. A plataforma apresenta facilidade de acesso e a internet oferece condições para acessá-los.
3. Facilidade de participação em chats e fóruns	Quando a plataforma oferece fácil acesso aos chats e fóruns e há incentivo para uma participação ativa.
Área 2 - Projeto do Curso	
1. Concepção do curso	Quando os objetivos do curso estão plenamente definidos, indicando os compromissos institucionais em relação ao ensino, à pesquisa, à extensão e ao perfil do egresso.
2. Articulação com o mercado de trabalho local	Quando o curso apresenta uma articulação com o mundo do trabalho e os arranjos produtivos locais possibilitando a absorção rápida dos egressos pelas empresas locais e regionais
3. Currículo adequado	Quando os conteúdos curriculares são relevantes, atualizados e coerentes com os objetivos do curso, contando com pleno dimensionamento da carga horária para o seu desenvolvimento.

4. Avaliação de aprendizagem dos alunos (inclusive recuperação)	Quando o processo de avaliação do estudante estabelece uma estratégia de avaliação continuada ao longo de todo o desenvolvimento do curso, com critérios de promoção pré-estabelecidos, em cuja composição do resultado final as avaliações presenciais devem prevalecer sobre as demais formas de avaliação e esta estratégia é plenamente adequada.
5. Estágio curricular	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado, de maneira excelente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação.
6. Carga horária das disciplinas	Quando a carga horária de todas as disciplinas oferece tempo suficiente para aquisição das competências necessárias ao para a aprendizagem.
7. Mecanismos gerais de interação	Quando o projeto do curso tem plenamente definidas e especificadas as formas de interação entre docentes, tutores e estudantes e as tecnologias que serão utilizadas. Além disso, a tecnologia adotada atende plenamente o perfil dos estudantes potenciais.
Área 3 - Atividades de ensino	
1. Atividades complementares	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/institucionalizadas, de maneira adequada quanto aos aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
2. Encontros presenciais	Quando os encontros presenciais acontecem de maneira satisfatória as recomendações do plano de curso.
3. Articulação com outros programas	Quando há ações previstos/implantados que promovam integração com com outros programas com abrangência e consolidação satisfatória.
4. Metodologia	Quando a metodologia definida para desenvolver as atividades do curso está plenamente adequada ao que se propõe e comprometida com a interdisciplinaridade para a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
5. Aulas práticas em laboratório	Quando estão previstas/implantadas, de maneira excelente, atividades práticas em laboratório específico supervisionadas pelos docentes das respectivas disciplinas.
Área 4 - Material didático	

1. Articulação e complementariedade dos materiais impresso, audiovisuais e material Web	Quando há, comprovadamente, plena articulação entre todos os materiais educacionais e estes materiais apresentam relação de complementariedade
2. Disponibilidade de laboratório virtual	Quando há disponibilidade de laboratório virtual ou simuladores quando o curso requer
3. Material didático impresso	Quando o material didático impresso está em consonância com o projeto pedagógico do curso, com plena abordagem do conteúdo específico da área, indica bibliografia complementar, atende às especificidades da modalidade de EAD, em particular quanto à dialogicidade da linguagem, como promotor da autonomia de estudo e estão prontos para a primeira metade do curso.
4. Material didático multimídia	Quando a instituição comprova material didático multimídia que atenda especificidades da modalidade de EAD (dialogicidade, autonomia e linguagem própria), em consonância com o projeto pedagógico do curso, com ampla abordagem do conteúdo específico da área.
5. Conteúdo e forma do material didático	Quando o material didático previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes, permite executar, de maneira excelente, a formação definida no projeto pedagógico do curso quanto aos aspectos: abrangência, bibliografia adequada às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

3.3.2. Dimensão 2: Corpo Social

Os recursos humanos serão avaliados na Dimensão 2, denominado Corpo Social. Essa dimensão está dividida em duas áreas:

- Corpo docente (professores, coordenadores e tutores); e
- Corpo discente.

As áreas da dimensão 2, estão subdivididas em 10 indicadores, conforme especificação no Quadro 07.

Quadro 07 - Área e Indicadores da Dimensão 2 - Corpo Social

Área	Indicador
1. Corpo docente (Professores, coordenadores e tutores)	1. Comprometimento com o curso
	2. Atuação dos coordenadores
	3. Formação adequada na área do curso
	4. Atendimento pelos Tutores a distância
	5. Atendimento pelos Tutores presenciais
	6. Relação entre o número de professores com o número de discentes
	7. Relação entre o número de tutores com o número de discentes
2. Corpo discente	1. Motivação
	2. Tempo dedicado ao curso
	3. Atendimento aos alunos

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

A área “Corpo docente” é destinada levantar evidências da participação efetiva dos professores, tutores e coordenadores em todo de processo ensino aprendizagem, bem como se a formação dos profissionais está em consonância com pelo menos o eixo tecnológico do curso, por fim, deve ser verificada, também, a adequação da relação do número de alunos com professores e tutores.

Na área “Corpo discente” será avaliado o nível de motivação dos alunos, qual o tempo de dedicação do mesmo e a sua satisfação com o atendimento por parte da coordenação, tutores e professores.

Os 10 indicadores dessa dimensão tem os critérios satisfatórios para a avaliação apresentado no quadro 08.

Quadro 08 – Critérios de análise por indicador da Dimensão 2

AREA 1 - Corpo docente (professores, coordenadores e tutores)	
1. Comprometimento com o curso	Quando os professores e coordenadores demonstram comprometimento com o curso, participando ativamente para que o processo ensino-aprendizagem aconteça conforme as determinações do plano de curso.
2. Atuação dos coordenadores	Quando existem atribuições formalmente definidas sobre a função de coordenador e a sua atuação atende plenamente às demandas dos alunos e professores e o curso é bem conduzido.
3. Formação adequada na área do curso	Quando todos os docentes (professores e tutores) tem formação acadêmica ou experiência profissional na área do curso.
4. Atendimento pelos Tutores a distância	Quando os tutores a distância atende satisfatoriamente os alunos em tempo hábil com rapidez e objetividade, instiga a discussão em fóruns e outras atividades de interação.
5. Atendimento pelos Tutores presenciais	Quando os tutores presenciais atende os alunos com urbanidade, presteza e pró-atividade para contribuir no aprendizado dos alunos.
6. Relação entre o número de professores com o número de discentes	Quando a média entre o número de docentes (professores) do curso e o número de vagas previstas/implantadas promove um atendimento satisfatório
7. Relação entre o número de tutores com o número de discentes	Quando a relação entre número de tutores e de estudantes está plenamente adequada e coerente com a proposta de atividades para os conteúdos (disciplina, módulo, etc.) e apresenta de forma equilibrada o binômio quantidade/qualidade no atendimento, incluindo flexibilidade no horário.
AREA 2 - CORPO DISCENTE	
1. Motivação	Quando os alunos estão satisfeitos com as estratégias metodológicas e pedagógicas do curso e estão motivados a continuar.
3. Tempo dedicado ao curso	Quando os alunos se dedicam 20 ou mais horas semanais ao curso
4. Atendimento aos alunos	Quando os alunos procuram por orientações e encontram com facilidade e rapidez em toda a estrutura de oferta do curso.

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

3.3.3. Dimensão 3: Infraestrutura

Na questão infraestrutura, dimensão 3, encontra-se representada por 05 áreas, subdivididas em 09 indicadores, conforme mostra o Quadro 09.

Quadro 09 - Área e Indicadores da Dimensão 3 – Infraestrutura

Área	Indicador
1. Biblioteca	1. Acervo bibliográfico adequado ao curso
2. Laboratórios	1. Laboratório de informática
	2. Laboratório específico
3. Acessibilidade	1. Existência dos requisitos legais de acessibilidade
4. Recursos tecnológicos	1. Recursos de Tecnologia da informação e comunicação
	2. Compatibilização entre as tecnologias de informação e comunicação e curso proposto
	3. Acesso a internet
5. Espaço físico e disponibilidade de materiais	1. Existência de recursos materiais suficientes
	2. Espaço de trabalho para coordenadores e tutores

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

Toda essa dimensão está voltada a verificar a situação da infraestrutura pedagógica, como a existência de acervo bibliográfico adequado ao curso, bem como a existência de materiais didáticos suficientes; da infraestrutura tecnológica como a existência de laboratórios de informática e tecnologias da informação e comunicação de acordo com a proposta pedagógica do curso e infraestrutura física como espaço suficiente para coordenadores e tutores.

Os critérios para avaliação de cada um dos indicadores dessa dimensão são detalhado no quadro 10, indicando a situação satisfatória que se deve ter para atender a questão com qualidade.

Quadro 10 – Critérios de análise por indicador da Dimensão 3

Área 1 – Biblioteca	
1. Acervo bibliográfico adequado ao curso	Quando há bibliografia adequada sob a forma impressa ou informatizada abrangendo as principais áreas temáticas do curso, distribuídos adequadamente entre as principais áreas do curso e que estejam disponíveis para consulta dos docentes, alunos e tutores do curso.
Área 2 – Laboratório	
1. Laboratório de informática	Quando os laboratórios ou outros meios implantados de acesso à informática para o curso atendem, de maneira excelente quanto aos aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número total de usuários, acessibilidade, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico.
2. Laboratório específico	Quando os laboratórios específicos implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, de maneira excelente aos aspectos: adequação ao curso, acessibilidade, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos.
Área 3 – Acessibilidade	
1. Existência dos requisitos legais de acessibilidade	A instituição apresenta condições de acesso para portadores de necessidades especiais inclusive a materiais didáticos
Área 4 - Recursos tecnológicos	
1. Recursos de Tecnologia da informação e comunicação	Quando o curso demonstra possuir recursos de TIC (audiovisuais, incluindo multimídia) em quantidades plenamente adequadas para atender às necessidades de professores, tutores, técnicos e estudantes.
2. Compatibilização entre as tecnologias de informação e comunicação e curso proposto	Quando são propostas diferentes tecnologias de comunicação e informação plenamente compatíveis ao curso e às disciplinas, bem como às características dos estudantes.
3. Acesso a internet	Quando o polo dispõe de acesso a internet satisfatório ao acesso a plataforma e download de materiais e vídeos.
Área 5 - Espaços físicos e disponibilidade de materiais	
1. Existência de recursos materiais suficientes	Quando há suficiência de material didático e pedagógico para os alunos e tutores, inclusive para os encontros presenciais.
2. Espaço de trabalho para coordenadores e tutores	Quando há espaço, no polo, destinado às atividades de coordenação e tutoria, considerado adequado quanto aos aspectos: dimensão, equipamentos e conservação.

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

Os critérios para análise da avaliação apresentados nos quadros 06, 08 e 10, que subsidiarão a construção dos formulários a serem aplicados aos agentes envolvidos no processo (estudantes, professores, coordenadores e tutores), tiveram como parâmetro a legislação concernente a oferta dos cursos da educação profissional, a educação a distância e, sobretudo, as diretrizes da Rede e-Tec Brasil, desta forma, entende-se que cumpre a exigência mínima necessária para oferecer condições na oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil, onde o resultado, se seguidas essas exigências, corresponderá a uma formação de qualidade para os egressos dos seus cursos.

Assim, a proposta de avaliação das condições de oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil, inequivocamente revelará informações úteis e valiosas sobre o desempenho do programa, identificando problemas e potencialidades através de boas práticas que darão suporte ao replanejamento e formulação de meios mais eficazes para a melhoria da qualidade do processo de modo a aumentar a sua efetividade, eficiência e eficácia. Nesse sentido, para os objetivos desse trabalho, reconhece-se como adequada o conceito de Carol Weiss:

Avaliação é o julgamento e sistemática das operações e/ou dos resultados de um programa ou política, comparando com um conjunto de padrões explícitos ou implícitos, como meio de contribuir para o aperfeiçoamento desse programa ou política. (WEISS, s.d., p. 7)

A implantação dessa proposta por parte da SETEC/MEC deve levar em consideração o perfil do aluno da educação a distância, ou seja, um estudante que tem facilidade de acesso as plataformas virtuais, assim, o preenchimento dos formulários devem ser de forma eletrônica, por duas razões básicas: primeiro a agilidade do processo e a tabulação automática dos dados. Consequentemente o resultado é apresentado de forma mais rápida. Depois, pelo fato dos atores envolvidos no processo terem mais facilidade de responder os questionários por meio eletrônico já que estarão disponíveis no momento que esses agentes acessam a plataforma de ensino virtual.

A plataforma recomendada para a coleta dos dados da avaliação é o Moodle⁷ – sistema de plataforma virtual já utilizada por quase a totalidade das instituições que ofertam os cursos da Rede e-Tec Brasil e, sobretudo, por se tratar de um software livre, ou seja, não há necessidade de pagamento pelo seu uso, entretanto, sua formatação e adequação ao objetivo devem ser feito por pessoal especializado, geralmente,

⁷ Termo em inglês utilizado para as plataformas.

programadores de informática, não gerando custos, pois, o próprio MEC dispõe de um setor exclusivamente para tratar de questões na área da informática.

A plataforma uma vez implementada deverá ser disponibilizada para as instituições que integram a Rede e-Tec Brasil cadastrar seus alunos, professores, coordenadores e tutores e em seguida por mala direta eletrônica, o próprio sistema, quando assim acionado, disparará os convites (e-mail) para os agentes, previamente cadastrados, responder os questionários. Para garantir a lisura do processo e dar maior segurança todo acesso será por senha, essa situação é facilmente permitida pelo Moodle se devidamente programado.

O sistema (Moodle) será ainda programado de forma modular, em que cada módulo corresponde a uma instituição ofertante de cursos pela Rede e-Tec Brasil. Os módulos, por sua vez, são interdependentes, permitindo a tabulação de dados por instituição e de forma global, permitindo aos gestores verificar as condições de oferta dos cursos por cada uma das instituições e também pela totalidade do programa.

3.4. Implantação da proposta

Devidamente já apresentado anteriormente, a avaliação é um instrumento indispensável na gestão das políticas públicas e não é diferente para a Rede e-Tec Brasil.

Desta forma, a implantação dessa proposta para avaliação das condições de oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil além de simples, considerando que existe toda uma estrutura montada para a oferta dos cursos e por serem na modalidade a distância, todas as instituições, através dos seus sistemas informatizados já possui uma ligação com alunos, professores, coordenadores e tutores.

Assim, a primeira medida a ser adotada pela SETEC/MEC é centralizar o cadastro desses agentes no sistema, a ser construído com esse objetivo, utilizando a plataforma *Moodle*, como já explicado anteriormente. O quadro 11 apresenta as etapas para consolidação da avaliação.

Quadro 11 – Etapas para construção da avaliação das condições de oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil

Etapas	Desenvolvimento das atividades
I	Desenvolvimento do sistema informatizado – <i>Moodle</i> pela SETEC/MEC
II	Cadastramento por parte das instituições dos cursos e dos agentes (alunos, professores, coordenadores e tutores)
III	Cadastramento pela SETEC/MEC do questionário da avaliação
IV	Envio dos convites aos agentes (já no banco de dados do sistema cadastrados pelas Instituições) para responder o questionário.
Final	Geração dos relatórios a partir das respostas.

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

Para a execução das etapas a mais complexa refere-se ao desenvolvimento do sistema informatizado, pois requer pessoal especializado, entretanto, o MEC dispõe de um departamento exclusivo para atender essa demanda sem gerar custo adicional.

As outras etapas são meramente operacionais e as instituições já contam com pessoal para execução da atividade. Vale salientar que cada instituição da Rede e-Tec Brasil possui um coordenador geral e pelo menos um coordenador geral adjunto que certamente serão os responsáveis pela inserção dos dados no sistema.

É recomendável a realização de um encontro com todos os coordenadores gerais, depois de construído o sistema, para apresentá-lo, bem como explicar suas funcionalidades e o resultado que se espera. É importante também um outro encontro ao final de todo o processo avaliativo para apresentar o panorama geral do resultado da avaliação.

O quadro 12 desdobra as etapas para construção da avaliação, desse PAE, indicando os responsáveis e os custos das ações.

Quadro 12 – Cronograma de execução do processo de avaliação

Ação	Responsável	Custo provável
Desenvolvimento do sistema	Departamento de Informática do MEC	Não há
Encontro com os coordenadores Gerais em Brasília	SETEC/MEC	R\$ 86.920,00 (diárias e passagens para os 53 coordenadores gerais)
Cadastramento de alunos, coordenadores, tutores e professores.	Instituições ofertantes	Não há
Cadastramento do questionário no sistema	SETEC/MEC	Não há
Envio eletrônico dos convites para os alunos, professores, coordenadores e tutores responderem o questionário no prazo sugerido de 15 dias.	SETEC/MEC	Não há
Sistematização dos resultados	SETEC/MEC	Não há
II encontro com os coordenadores gerais para apresentação do resultado.	SETEC/MEC	R\$ 86.920,00 (diárias e passagens referente a um dia)

FONTE: ELABORAÇÃO DO AUTOR, 2013.

Como a avaliação deve ser um ato permanente e constante recomenda-se a SETEC a implantação de uma Comissão Nacional, que pode ser retirando entre os coordenadores gerais, em um dos encontros presenciais, com o objetivo de acompanhar a avaliação das condições de oferta dos cursos da Rede e-Tec Brasil, propondo alterações do processo e questionário quando necessários.

A comissão seria responsável por interagir com os demais participantes da Rede e-Tec Brasil com foco no aprimoramento constante da avaliação e sugerindo a SETEC sua melhoria. Ressalta-se que a própria SETEC criou uma comissão em 2010, quando recebeu a gestão da Rede e-Tec Brasil, conforme a Portaria MEC n. 318, de 17.09.2010, cujo objetivo era de avaliar, acompanhar e propor ações a melhoria da Rede e-Tec Brasil.

Entretanto, a comissão não propôs nenhum mecanismo de avaliação e assim, com esta avaliação a comissão poderá fazer o devido acompanhamento e monitoramento do processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central desta pesquisa é a avaliação das condições de oferta dos cursos técnicos na modalidade a distância pela Rede e-Tec Brasil, desenvolvida no contexto de uma Secretaria de Educação de Estado. Isto porque não se pode pensar na realização de um processo avaliativo sem considerar o contexto concreto de vivência e prática.

Ficou evidenciado que a educação profissional a distância, no Brasil, inicia uma fase de expansão apoiada num incipiente marco legal, fazendo com que os gestores se balizem na experiência consolidada do ensino superior, evidentemente, tentando atender as especificidades em função dos diferentes níveis de ensino e das particularidades da educação profissional.

Nesse contexto histórico, buscou-se conhecer como nasceu e se comporta o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil, instituído pelo Ministério da Educação, com o propósito de oferecer mais e maiores oportunidades para os adultos, sobretudo, os jovens para uma qualificação profissional através da formação técnica de nível médio, que tanto exige o mundo do trabalho. Contudo, percebeu-se que o histórico inicial desse sistema é a reprodução de outro sistema já consolidado, implantado anteriormente, também pelo MEC, a Universidade Aberta do Brasil - UAB. A diferença de um sistema para o outro é apenas o nível de ensino. Ressalta-se que ambos os programas ofertam cursos exclusivamente na modalidade a distância.

De fato que foi permitido, na implantação da Rede e-Tec Brasil, a possibilidade de não se reproduzir os erros detectados no decorrer do processo da UAB, entretanto, há especificidades visíveis entre os dois níveis de ensino, seja de objetivos e de concepção pedagógica e metodológicas.

A legislação para o ensino superior, especialmente para a educação superior a distância, é o espelho para esse outro nível de ensino que ganha notoriedade a partir do cenário econômico nacional que aponta para uma necessidade de profissionais qualificados. Diante desse contexto a expansão da oferta de cursos técnicos de nível médio ganha escala com ações governamentais, sobretudo, com a transformação do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil em Rede e-Tec Brasil para alinhar-se a política do governo federal de geração de emprego e ensino técnico, com a implantação do Programa Nacional de Oferta de Cursos Técnicos e Emprego – PRONATEC.

Dessa forma, durante os estudos que permearam esta pesquisa pretendeu-se trazer à tona os caminhos percorridos para a legitimação da educação profissional no Brasil, evidenciando sua importância enquanto modalidade da Educação Básica e, ainda, destacando o incipiente surgimento da educação profissional a distância com a implantação, pelo Governo Federal, da Rede e-Tec Brasil. Procurou-se investigar sobre como o Governo de Pernambuco se apropriou dessa tecnologia para ampliar a oferta da educação profissional à população dessa Unidade Federativa e a necessidade de uma avaliação das condições da oferta dos cursos com vista a garantir a qualidade necessária e exigida pela sociedade.

Assim, com base no caso apresentado fez-se uma abordagem teórica acerca da necessidade da avaliação com foco na situação apresentada e, na segunda parte, apresentou-se os dados da pesquisa, realizada de forma empírica, com alunos, professores, tutores e coordenadores envolvidos nos cursos técnicos a distância nas escolas técnicas da SEE-PE que integram a Rede e-Tec Brasil.

Com base nos dados e informações coletadas, foram apresentados alguns resultados a partir de três focos: polo, curso e disciplina, tratando-se de uma coleta piloto de avaliação. Os resultados colhidos serviram para ilustrar as informações possibilitando demonstrar as percepções da comunidade escolar em relação ao curso, ao polo e as disciplinas os quais poderão subsidiar a gestão da Rede e-Tec Brasil.

Sob essa perspectiva foi possível compreender que as instituições de educação profissional tanto da rede federal quanto das redes estaduais se alinham ao projeto do governo federal e aderem à Rede e-Tec Brasil para a oferta de cursos técnicos na modalidade a distância.

É indispensável, entretanto, ter uma visão crítica dessa política de expansão dos cursos técnicos e a forma como os cursos estão sendo ofertados. Por isso, a iniciativa de desenvolver uma pesquisa focada na avaliação, considerando ser este um excelente mecanismo para oferecer subsídios para a reformulação da política, possibilitando a intervenção em tempo hábil, a partir das necessidades apontadas pelos avaliadores, que influenciarão positivamente no desempenho dos alunos.

Em síntese, foi nesse sentido que este trabalho caminhou. A partir da experiência desta pesquisa, aliada aos estudos e reflexões durante todo o decorrer do curso, indicam a grande responsabilidade do pesquisador, em ser fiel a todas as informações, e, traduzir da forma mais real possível todos os depoimentos, para que pudesse apontar os desvios e propor mudanças. Mudanças que não se traduzem apenas

em simples adaptações de currículo e de metodologias, pois se trata de um problema de políticas públicas, portanto, bem mais amplo e mais complexo.

A partir de uma base de dados empírica, propõe-se à coordenação nacional da Rede e-Tec Brasil, no MEC, avaliar as condições de oferta dos cursos técnicos oferecidos pela Rede e-Tec Brasil, considerando toda complexidade que a educação a distância exige, para garantir o sucesso do programa nesse momento inicial e que tem metas arrojadas de crescimento.

Fazendo uso das palavras de Freire (1994), uma mudança social só se efetiva com profissionais comprometidos. E estar comprometido significa ter consciência do papel que se exerce na sociedade, capacidade para refletir e agir conforme objetivos individuais, mas que visem o bem comum. Nesse sentido, é de fundamental importância, o desejo e a necessidade de mudança, assim como, o senso de compromisso por parte de todos que conduzem os destinos da educação profissional no nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, João Roberto Moreira. **A Educação a Distância no Brasil** — Síntese histórica e perspectivas. Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1994.

AMARAL, Rodrigo B. Z. **Apagão de mão de obra**. Educação e Trabalho. 2012. Disponível em: <http://rbuzin.blogspot.com.br/2012/03/apagao-de-mao-de-obra.html> Acessado em: 04.10.12.

AURELIANO, Luis. **Políticas públicas: avaliar é mais que preciso**. 2008. Disponível em: <http://www.espacopublico.blog.br/?p=5626>. Acessado em: 06/10/2012.

BELLONI, I. Avaliação Institucional da Universidade de Brasília. In: BALZON, N.C.; DIAS SOBRINHO, J.(orgs). **Avaliação Institucional: Teorias e Experiências**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

BELLONI, Maria Luisa. **Educação a distância mais aprendizagem**. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/artigos/educacao-a-distancia-mais-aprendizagem.php>. Acessado em: 03.11.2012.

BERNARDO, V. **Educação a Distância Fundamentos e Guia Metodológico**. 2002. Disponível em: <http://www.virtual.epm.br/home/resenha.htm#historico>. Acessado em: 04.09.12.

BRASIL. **Acordo de Gratuidade Sistema S**. Ministério da Educação. Disponível: http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/program_104.php. Acessado em: 06.10.2012.

_____. **Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**. Ministério da Educação. SINAES. 2003. Disponível em: [\[http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/comissoes/avaliacao/sinaes.pdf\]](http://www.unifesp.br/reitoria/orgaos/comissoes/avaliacao/sinaes.pdf). Acessado em 02.09.2012.

_____. **Decreto 6.302**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Brasília, 2007.

_____. **Decreto 7.480**, de 16 de maio de 2011. Aprova estrutura regimental do Ministério da Educação. Brasília, 2011.

_____. **Edital de Seleção n.º 001/2007**. Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC. Disponível em: <http://www.alexcanziani.com.br/downloads/arquivos/Edital%20do%20Ensino%20T%C3%A9cnico>

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resoluções n.º 18. 2010. Disponível em <http://www.fnde.gov.br>. Acessado em: 06.09.2012.

_____. **Edital de 27 de fevereiro de 2008**. Divulga o resultado do processo de Seleção etc. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 41, 29 fev. 2008. Seção 3, p. 33.

_____. **Lei n.º 9.394**, 20 de setembro de 1996. Estabelece **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB. Brasília, 1996.

_____. **Lei n.º 11.741**, de 16 de julho de 2008. Integra as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica à LDB. Brasília, 2008.

_____. **Portaria MEC n.º 318**, de 17 de setembro de 2010. Institui comissão especial de apoio e acompanhamento ao e-Tec Brasil. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 182, 21 set. 2011. Seção II, p. 31.

_____. **Referenciais para Elaboração de Materiais Didáticos para EAD no Ensino Profissional e Tecnológico**. Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://www.etcbrasil.mec.gov.br/gCon/recursos/upload/file/ref_materialdidatico.pdf. Acessado em 04.09.2012

_____. **Referenciais de Qualidade para Educação a Distância**. Secretaria de Educação a Distância/MEC. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acessado em 02.09.2012.

_____. **Resoluções n.º 36**. 2009, de 13 de julho de 2009. Estabelece orientações, diretrizes, critérios e normas para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Brasília, 2009.

_____. **Resolução nº 06**, de 20 de setembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2012.

_____. **Resolução nº 195**, de 13 de setembro de 2007. Diretrizes para a elaboração dos instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância. Conselho Nacional de Educação. 2007.

_____. **Resolução nº 197**, de 13 de setembro de 2007. Instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância. Conselho Nacional de Educação. 2007.

BRITO, Márcia Regina F. de. **O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação.** Avaliação (Campinas) [online]. Vol.13, n.3, pp. 841-850. 2008.

CARVALHO, Antônio Ivo de. [et al.]. **Escolas de governo e gestão por competências:** mesa-redonda de pesquisa-ação /– Brasília: ENAP, 2009.
CORREA, H.L. CORREA, C.A. **Administração de produção e operações.** São Paulo: Atlas, 2004.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T., FILHO, L. M. F., VEIGA, C. G. – **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Lei distrital 31.788**, de 01 de junho de 2010. Disponível em: http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2010/06_Junho/DODF%20111%2011-06-010/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20111.pdf. Acessado em 06.10.2012.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação.** In: RISTOFF, D. I. (ORG). **Avaliação Participativa: perspectivas e debates.** Brasília: INEP, 2005

ENSSLIN, Sandra Rolim; IGARASHI, Deyse Cristina Correia; MAÇANEIRO, Fabiana. **Revista contemporânea de Contabilidade.** São Paulo. V.01. n.2, páginas 11-40. Jun/dez 2004

FACHI, Odília. **Fundamentos da Metodologia.** 4 edição. São Paulo. Saraiva 2003.

FIALA, Diane Andréia de Souza et al. **Educação à distância na educação profissional e tecnológica: histórico e perspectivas**. 2010. Disponível em: [http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/anais/2010/Trabalhos/gestao-e-desenvolvimento-da-formacao-tecnologica/Trabalhos%20Completos/FIALA,%20Diane%20Andr%C3%A9ia%20de%20Souza.pdf]. Acessado em: 04.09.12.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Mirian; SACCOL, Amarolinda; MASCAROLA, Jean. **O método de pesquisa Survey**. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=269>. Acessado em: 27.12.2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Modelos ou modos de produção e educação: dos conflitos às soluções**. Tecnologia educacional. Rio de Janeiro, 1999.

GATTI, Bernadete Angelina. **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GIL, A.L. **Qualidade Total nas Organizações: indicadores de qualidade, gestão econômica da qualidade, sistemas especialistas de qualidade**. São Paulo: Atlas, 1992.

GOERGEN, P. A avaliação universitária na perspectiva da pós-modernidade. In: SOBRINHO, J. D. e RISTOFF, D. I., (orgs.) – **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

GONÇALVES, Luis Cláudio. **Imagens e Memórias da Escola de Aprendizizes Artífices de Campos**. [2005]. UFF/CEFET-Campos. Disponível em: http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt02/p024.pdf. Acessado em 07.10.12.

LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. Volume 2. Pearson. São Paulo. 2012.

LUNA, Sérgio V. de. **O Falso conflito entre tendências metodológicas**. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991.

MELO. Lucas Freire; WANDERLEY. Victor da Costa. **Educação a distância**. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:A9syo_aThCwJ:cin.ufpe.br/~if679/docs/2003-1/lfm%2520e%2520vcw/EAD.doc+&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESh_EKUDAFsFxCOsG6YrIkIjXFo4iM4N2Oc2RYb3SZYDt9pxudkFzwUJhbYv0goL4rJK87LRZyBdWmOXX11114rPDi5Q6Rd-HCYHZ_Q7GSInt3levXhR-J2mQ6OSO6IjJ7JsgFpJ&sig=AHIEtbQKjPjOi8Ln9mrxWY00iserAsQ3zQ> Acessado em: 22.01.2013.

MELLO. Luiz Gustavo. **Proposta de um Sistema de Medição de Desempenho para uma Instituição Privada de Ensino Superior**. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Itajubá. São Paulo. 2006.

MORAN. José Manuel. **A educação a distância como opção estratégica**. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/moran/estrategica.html>>. Acessado em: 18.01.2013.

MORIN. Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios - 1921**. Tradução de Maria Carvalho Almeida e Edgard Assis Carvalho (orgs.), 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

NUNES, Ivonio. **Noções de Educação a distância**. Brasília: Memeo, 1997.

PACHECO, Eliezer (organizador). **Perspectiva da Educação Profissional técnica de nível médio – Proposta de Diretrizes Curriculares**. Editora Moderna. 2012.

PRETI, Oreste. **EAD: uma prática educativa mediadora e mediatizada**. 1996, p. 17–18. Disponível em: <<ftp://200.137.71.3/Cursos/EnsinoMedio/InformaticaBasica/Helaine/PROEJA%20-%20EAD/PROEJA%20com%20refer%C3%A2ncias/>>. Acessado em: 07.09.12.

SANTOS, Adriana Rodrigues. **Monitoramento e avaliação de programas no setor público: a experiência do PPA do Governo Federal no período 2000-2011**.

Disponível em <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2541117.PDF>>. Acessado em 14.09.2013.

SENAC. **A educação profissional no contexto da educação**. SENAC, [200?]. Disponível em: <www.senac.br/conheca/referenciais/ref2.htm>. Acessado em: 07.10.12.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão literária. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TERENCE. Ana Cláudia Fernandes; FILHO. Edmundo Escrivão. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais.** 2006. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf>. Acesso em: 24.01.2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Currículo Referência.** UFSC, 2011. Disponível em: <<http://www.etec.ufsc.br/file.php/1/cr/pretextos/2.html>>. Acessado em: 02.09.2012.

VALARELLI, L. L. **A gestão de projetos e a construção e o uso de indicadores.** Rio de Janeiro, 2005.

WEISS. Carol. **Avaliação.** S.d. 135 p. Apostila do Curso de Metrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública. CAED. Universidade Federal de Juiz de Fora.

WITTACZIK, Lidiane Soares. **Educação profissional no Brasil: histórico.** SENAC, 2007. Disponível em: <http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/viewDownloadInterstitial/26/21>. Acessado em: 07.10.12.

APENDICES

APENDICE A – Formulário de avaliação para tutores presenciais

FORMULÁRIO PARA Tutores PRESENCIAIS

1. AVALIAÇÃO DO CURSO

1.1. Formatação e implementação

• Projeto pedagógico

Em sua opinião, o <u>curso</u> :	Sim	Em Parte	Não	Não sei
Contribui para o desenvolvimento econômico regional?				
Atende as necessidades de mão de obra local ou regional.				
Está em consonância com os arranjos produtivos locais?				
Contribui com as necessidades sociais e culturais da população na região?				
Oferece uma formação ampla e qualificada aos estudantes?				
Os alunos conseguem acompanhar o curso sem dificuldades?				

1.2. Infraestrutura

• Condições de trabalho

Durante as disciplinas deste período, foram adequadas as <u>condições para meu trabalho</u> quanto:	Sim	Em parte	Não	Não sei
À infraestrutura física (ambiente de trabalho)?				
À infraestrutura tecnológica (computador e internet)?				
À capacitação recebida para atuar como tutor?				

1.3. Pessoas

• Recursos humanos (apoio recebido)

Durante as disciplinas deste período, recebi <u>apoio adequado</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
Do coordenador do polo?				
Do coordenador do curso?				
Do(s) professor(es)?				
Do(s) tutor(es) a distância?				
Da equipe técnica do ambiente virtual (Moodle)?				
Do professor da disciplina?				

1.4. Comentários, críticas e sugestões

Que comentários, críticas e sugestões você oferece para melhorar o curso?

2. AVALIAÇÃO DE DISCIPLINA

2.1. Plano do ensino

• Estratégias de ensino

Questões sobre as <u>estratégias de ensino</u> da/s disciplina/s:	Sim	Em parte	Não	Não sei
Os estudantes tiveram oportunidades de utilizar suas experiências anteriores?				
Os estudantes tiveram oportunidades de tomar iniciativas e exercer sua autonomia?				
Foram formados grupos de estudos e realizadas atividades conjuntas?				

• Objetivos e carga horária da disciplina

A carga horária da/s disciplina/s é adequada para o desenvolvimento de capacidades práticas e experimentações?

- () Sim
() Em parte

- () Não
() Não sei

• **Atividades desenvolvidas**

Atividades que você realizou como tutor presencial da disciplina:	Sim	Não
Busca de solução para problemas de manutenção de equipamentos?		
Busca de solução para problemas com a internet?		
Busca de solução para problemas no uso do ambiente virtual (Moodle)?		
Atendimento ao aluno nos serviços de secretaria (emissão de histórico, etc)		
Foram realizadas atividades práticas?		
Promoveu atividades de integração dos estudantes (lanches, encontros, jogos, etc.)?		

2.2. Comentários, críticas e sugestões

Que comentários, críticas e sugestões você oferece para melhorar o plano para a/s disciplina/s?

3. AVALIAÇÃO DO POLO

3.1. Infraestrutura

• **Instalações físicas**

Avalie a adequação das instalações físicas do polo:	Plenamente adequado	Necessita melhorias	Inadequado	Não existe no polo	Não sei
Sala de coordenação					
Sala de tutoria.					
Sala web/videoconferência.					
Biblioteca.					
Laboratório de informática					
Sala de aula para encontros presenciais					
Instalações acessíveis (com rampa, marcas no piso, banheiros adaptados)					
As instalações do polo (como um todo)					

• **Horários de funcionamento**

Avalie os horários de funcionamento do polo:

- () bons / suficientes
() pode melhorar
() prejudica muito o meu aproveitamento

• **Recursos tecnológicos**

Os recursos tecnológicos existentes no polo são adequados em relação à:	Sim	Em parte	Não	Não sei
Velocidade da internet.				
Quantidade de computadores com internet.				

3.2. Laboratório específico

• **Laboratório(s) do polo**

Avalie a adequação das instalações no(s) laboratório(s) quanto:	Plenamente adequado	Necessita de melhorias	Inadequado	Não sei	Não se aplica
Mobiliário					
Materiais					

Equipamentos de proteção (capacetes, luvas, máscaras, etc.)					
---	--	--	--	--	--

3.3. Pessoas

- Recursos humanos do polo

Avalie os recursos humanos do polo:	Bibliotecário(s)	Tutor(es) presencial/presenciais	Coordenador do polo
Não existe(m) no polo.			
Desempenha (m) bem suas atribuições.			
Não desempenha (m) bem.			
É preciso aumentar a equipe.			
Não tenho como avaliar.			

- Laboratório(s) móvel(is)

Estava prevista a utilização de laboratório itinerante (laboratório móvel que percorre diversos polos) em alguma disciplina neste período?

- () Sim
() Não
() Não Sei

Se estava(m) previsto(s) o(s) <u>laboratório(s) itinerante(s)</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
O uso do laboratório ocorreu.				
O uso do laboratório ocorreu num momento adequado durante a disciplina.				
O tempo de permanência do laboratório no polo foi adequada.				

3.4. Comentários, críticas e sugestões

Que comentários, críticas e sugestões você faria para melhorar a infraestrutura do polo?

APENDICE B – Formulário de avaliação para tutores a distância

FORMULÁRIO PARA Tutores A DISTÂNCIA

1. AVALIAÇÃO DO CURSO

1.1. Formação e implementação

• Currículo

Questões sobre o <u>currículo do curso</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
São previstas formas de integração curricular entre as disciplinas (conteúdos ou temas)?				
Os estudantes são acolhidos na modalidade EaD e orientados adequadamente sobre como usar os recursos tecnológicos (computador, internet e ambiente virtual - Moodle)?				
Os alunos conseguem acompanhar o curso sem dificuldades?				

1.2. Infraestrutura

• Condições de trabalho

Durante as disciplinas deste período, foram adequadas as <u>condições para seu trabalho</u> quanto:	Sim	Em parte	Não	Não sei
À infraestrutura física (ambiente de trabalho).				
À infraestrutura tecnológica (computador e internet).				
À capacitação recebida para atuar como tutor.				
À relação com os professores das disciplinas.				

1.3. Pessoas

• Recursos humanos (apoio recebido)

Durante as disciplinas deste período, recebi <u>apoio adequado</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
Do coordenador do curso?				
Da secretaria do curso?				
Do(s) tutor(es) presencial/presenciais?				
Da equipe técnica do ambiente virtual (Moodle)?				
Do professor da disciplina?				

1.4. Comentários, críticas e sugestões

Que comentários, críticas e sugestões você oferece para melhorar o curso?

2. AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

2.1. Plano do ensino

• Estratégias de ensino

Questões sobre as <u>estratégias de ensino desta disciplina</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
Os estudantes tiveram oportunidades de utilizar suas experiências anteriores?				
Os estudantes tiveram oportunidades de tomar iniciativas e exercer sua autonomia?				
Foram formados grupos de estudos e realizadas				

atividades conjuntas?				
Foram realizadas atividades práticas?				

- **Objetivos e carga horária da disciplina**

A **carga horária** desta disciplina é adequada para o desenvolvimento de capacidades práticas e experimentações?

- () Sim
 () Em parte
 () Não
 () Não sei

- **Atividades desenvolvidas**

Atividades que você realizou como tutor da disciplina:	Sim	Não
Condução de chats?		
Moderação de fóruns?		
Correção de provas e trabalhos?		
O atendimento aos estudantes sobre o conteúdo da disciplina?		
O atendimento aos estudantes sobre o ambiente virtual (Moodle)?		
Aulas de reforço?		

2.2. Comentários, críticas e sugestões

Que comentários, críticas e sugestões você oferece para **melhorar a(s) disciplina(s)**?

APENDICE C – Formulário de avaliação para professores

FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PROFESSOR

1. SOBRE O CURSO

1.1. Formatação e implementação

• Projeto pedagógico

Em sua opinião, <u>o curso</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
Contribui para o desenvolvimento econômico regional?				
Atende as necessidades de mão de obra local ou regional?				
Está em consonância com os arranjos produtivos locais?				
Contribui com as necessidades sociais e culturais da população na região?				
Oferece uma formação ampla e qualificada aos estudantes?				
Atende ao perfil profissional exigido?				

• Currículo

Questão sobre o <u>currículo do curso</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
São previstas formas de integração curricular entre as disciplinas (conteúdos ou temas)?				
A ementa possibilita flexibilidade e a interdisciplinaridade?				

1.2. Infraestrutura

• Condições de trabalho

Durante a disciplina, foram adequadas as <u>condições do seu trabalho</u> quanto:	Sim	Em parte	Não	Não sei
À infraestrutura física (ambiente de trabalho)?				
À capacitação recebida para atuar como professor na EAD?				
À relação com os tutores da disciplina (tutores a distância)?				
À infraestrutura tecnológica (computador, internet e ambiente virtual - Moodle)?				
A disponibilidade de recursos de apoio pedagógico?				

1.3. Pessoal

• Recursos humanos (apoio recebido)

Durante a sua disciplina, <u>recebeu apoio adequado</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
Do coordenador do curso.				
Da secretaria do curso.				
Do(s) tutor(es) a distância.				
Do(s) tutor(es) do polo.				
Para utilização do ambiente virtual (Moodle).				

1.4. Comentários, críticas e sugestões

• Sobre o curso em geral

Que comentários, críticas e sugestões você oferece para melhorar o curso?

2. SOBRE A DISCIPLINA

2.1. Plano de ensino

• Estratégias de ensino

Questões sobre as <u>estratégias de ensino desta disciplina</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
Os estudantes tiveram oportunidade para utilizar suas				

experiências anteriores?				
Os estudantes tiveram oportunidade de tomar iniciativas e exercer sua autonomia?				
Foram formados grupos de estudos e realizadas atividades conjuntas?				

- Objetivos e carga horária da disciplina

Questão sobre <u>carga horária</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
Você considera adequada a carga horária da(s) disciplina(s)?				
A carga horária destinada às atividades práticas atende?				
A carga horária destinada as atividades presenciais é suficiente?				

- Critérios de avaliação de desempenho

Questões sobre os <u>critérios de avaliação</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
Os critérios de avaliação foram claramente informados previamente aos estudantes.				
Os instrumentos avaliativos (trabalhos, provas, etc.) aferiram bem o aprendizado dos estudantes.				
As avaliações presenciais prevaleceram sobre as outras formas de avaliação.				
Os critérios adotados para avaliar os alunos são coerentes com a metodologia do curso?				

2.2. Material didático

- Qualidade da informação

Sobre o <u>conteúdo e forma</u> da apostila/caderno da disciplina:	Sim	Em parte	Não	Não sei
Os conteúdos trabalhados são suficientes?				
A linguagem utilizada é clara e não apresenta dificuldades para a aprendizagem?				
Contém recursos gráficos e midiáticos que facilitam a aprendizagem?				
As informações contidas são completas, detalhadas e suficientes?				
As informações presentes são fundamentadas em bases científicas e lógicas.				
Os conteúdos trabalhados tem relação com a prática profissional?				

2.3. Comentários, críticas e sugestões

Que comentários, críticas e sugestões você oferece para melhorar o plano de ensino da disciplina?

APÊNDICE D – Formulário de avaliação para coordenadores de polo

FORMULÁRIO PARA COORDENADOR DE POLO

1. AVALIAÇÃO DE CURSO

1.1. Formatação e implementação

• Comprometimento com o curso

Questões sobre o <u>comprometimento externo</u> com o curso:	Sim	Em parte	Não	Não sei
O MEC/e-Tec cumpre adequadamente prazos e orçamentos das demandas de implementação do polo?				
A administração da instituição ofertante atende adequadamente as demandas de implementação e funcionamento do polo?				
Há procura por parte da comunidade de novas ofertas?				

Questões sobre o <u>comprometimento interno</u> com o curso:	Sim	Em parte	Não	Não sei
A coordenação geral do e-Tec, na instituição ofertante, atende adequadamente as demandas de implementação e funcionamento do polo?				
A coordenação do curso atende as demandas de implementação e funcionamento do polo?				
A disponibilização do material didático digital para os estudantes foi realizada adequadamente e sem atraso?				
A disponibilização do material didático impresso para os estudantes foi realizada adequadamente e sem atraso?				
A quantidade de cursos ofertados no polo é coerente com a sua estrutura física?				

• Atuação do coordenador de polo

Atividades que <u>você exerce</u> como coordenador do polo:	Sim	Não
Acompanhamento das atividades de atendimento de tutoria no polo.		
Acompanhamento na aplicação de provas.		
Acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes.		
Acompanhamento das atividades práticas e estágios		
Atendimento geral no polo.		

Atividades que <u>você exerce além de ser coordenador do polo</u> :	Sim	Não
Atividades na área educacional (professor, diretor, supervisor, etc.).		
Atividades em outras áreas.		

1.2. Comentários, críticas e sugestões

Que comentários, críticas e sugestões você faria para melhorar o curso?

2. AVALIAÇÃO DO POLO

2.1. Infraestrutura

• Instalações físicas

Avalie a <u>adequação das instalações físicas</u> do polo:	Plenamente adequado	Necessita melhorias	Inadequado	Não existe no polo	Não sei
Sala de coordenação e secretaria.					
Sala de tutoria.					
Laboratório de informática					
Programas instalados nos computadores.					

Equipamentos de web/videoconferência.					
Biblioteca.					
Auditório.					
Banheiros.					
Área de convivência e lazer.					
As instalações do polo (como um todo).					

• **Recursos tecnológicos**

Os recursos tecnológicos existentes no polo são adequados em relação à:	Sim	Em parte	Não	Não sei
Velocidade da internet.				
Quantidade de computadores com internet.				
Disponibilidade desses recursos para os alunos				

• **Recursos tecnológicos**

Avalie a disponibilidade de equipamentos no polo:	Tem e funciona adequadamente	Tem mas NÃO funciona adequadamente	Não possui	Não sei
Impressora.				
Scanner.				
Webcam.				
Caixas de som.				
Projetor (canhão, data show).				
Tela de projeção.				
Equipamento de web/videoconferência.				
Fax.				

2.2. Biblioteca (se existir no polo)

• **Disponibilidade**

Se existe biblioteca no polo, informe os dias e turnos em que ela **abre para atendimento**:

Turno	Segundas	Terças	Quartas	Quintas	Sextas	Sábados	Domingos
Manhã							
Tarde							
Noite							

Que comentários, críticas e sugestões você oferece para **melhorar a biblioteca** dos polos?

2.3. Laboratórios

• **Laboratório(s) do polo**

Avalie a adequação das instalações no(s) laboratório(s) quanto:	Plenamente adequado	Necessita melhorias	Inadequado	Não sei	Não se aplica
Mobiliário (cadeiras e mesas)					
Equipamentos e softwares					
Materiais					
Espaço Físico					
Equipamentos de proteção (capacetes, luvas, máscaras, etc.)					

- **Laboratório(s) móvel(is)**

Estava prevista a utilização de **laboratório itinerante** (laboratório móvel que percorre diversos polos) em alguma disciplina neste período?

- () Sim
() Não
() Não Sei

Se estava(m) previsto(s) o(s) laboratório(s) itinerante(s) :	Sim	Em parte	Não	Não sei
O uso do laboratório ocorreu.				
O uso do laboratório ocorreu num momento adequado durante a disciplina.				
O tempo de permanência do laboratório no polo foi adequada.				

2.4. Pessoas

- **Recursos humanos (apoio recebido)**

Avalie os recursos humanos dos polos :	Bibliotecário(s)	Tutor(es) presencial/presenciais	Coordenador do polo
Não existe(m) no polo.			
Desempenha(m) bem suas atribuições.			
Não desempenha(m) bem.			
É preciso aumentar a equipe.			
Não tenho como avaliar.			

- **Capacitação**

Avalie a capacitação dos recursos humanos disponíveis no polo:	Bibliotecário(s)	Tutor(es) presencial/presenciais	Coordenador do polo
Adequada			
Precisa ser melhorada			
Não foi suficiente			
Não sei			
Não se aplica			

2.5. Comentários, críticas e sugestões

Que comentários, críticas e sugestões você oferece para **melhorar os polos**?

APÊNDICE E – Formulário de avaliação para coordenadores de curso

FORMULÁRIO PARA COORDENADOR CURSO

1. AVALIAÇÃO DE CURSOS

1.1. Formatação e implementação

• Projeto pedagógico

Em sua opinião, <u>os cursos</u> :	Sim	Em Parte	Não	Não sei
Contribuem para o desenvolvimento econômico regional?				
Atendem as necessidades de mão de obra local ou regional?				
Os cursos estão em consonância os arranjos produtivos locais?				
Contribuem com as necessidades sociais e culturais da população na região?				
Oferecem formação ampla e qualificada aos estudantes?				

• Currículo

Questões sobre o <u>currículo dos cursos</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
São previstas formas de integração curricular entre as disciplinas (conteúdos ou temas)?				
Os estudantes são acolhidos na modalidade EaD e orientados sobre como usar os recursos tecnológicos (computador, internet e ambiente virtual (Moodle)?				
A carga horária presencial é adequada para o desenvolvimento de capacidades práticas e experimentações nos diferentes ambientes e laboratórios?				
O currículo favorece o desenvolvimento de competências para o exercício da profissão?				

• Estágios curriculares e certificação

Questões sobre <u>estágios curriculares e certificação</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
Os cursos oferecem estágios curriculares obrigatórios aos estudantes?				
Existe previsão de certificação para os estudantes que saírem dos cursos após terem frequentado apenas parte da carga horária?				
A carga horária destinada ao estágio atende a necessidade da formação profissional?				

1.2. Coordenação

• Comprometimento com o curso

Questões sobre o <u>comprometimento externo com os cursos</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
O MEC/e-Tec cumpre adequadamente prazos e orçamentos das demandas de implementação dos cursos?				
A administração da instituição ofertante atende adequadamente as demandas de implementação e funcionamento dos cursos?				
A coordenação geral apoia as atividades da coordenação de curso?				

Questões sobre o <u>comprometimento interno com os cursos</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
---	-----	----------	-----	---------

A coordenação geral do e-Tec na instituição ofertante atende adequadamente as demandas de implementação e funcionamento dos cursos?				
As coordenações dos polos atendem as demandas de implementação e funcionamento dos polos?				
A disponibilização do material didático digital para os estudantes foi realizada adequadamente e sem atraso?				
A disponibilização do material didático impresso para os estudantes foi realizada adequadamente e sem atraso?				
O conteúdo do material satisfaz as expectativas dos alunos?				

1.3. Pessoas

• Capacitação e articulação

Questões sobre os cursos oferecidos neste período :	Sim	Em parte	Não	Não sei
A capacitação dos professores foi adequada?				
A capacitação dos tutores a distância foi adequada?				
A capacitação dos tutores presenciais foi adequada?				
Houve articulação adequada entre os professores (cronograma, atividades, avaliação, etc.)?				
Houve articulação adequada entre os tutores a distância e presenciais (atendimento, atividades, avaliações, etc.)?				
Os professores utilizaram adequadamente os recursos para EAD disponibilizados (ambiente virtual, chats, fóruns, etc.)?				

1.4. Comentários, críticas e sugestões

• Sobre o curso em geral

Que comentários, críticas e sugestões você oferece para **melhorar os cursos**?

• Sobre o formulário

Alguma sugestão, comentário ou crítica sobre o **formulário**?

APÊNDICE F – Formulário de avaliação para coordenador adjunto

FORMULÁRIO PARA COORDENADOR ADJUNTO

1. AVALIAÇÃO DE CURSOS

1.1. Formatação e implementação

• Currículo

Questões sobre o <u>currículo dos cursos</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
São previstas formas de integração curricular entre as disciplinas (conteúdos ou temas)?				
Os estudantes são acolhidos na modalidade EaD e orientados sobre como usar os recursos tecnológicos (computador, internet e ambiente virtual (Moodle)?				
A carga horária presencial é adequada para o desenvolvimento de capacidades práticas e experimentações nos diferentes ambientes e laboratórios?				
O currículo favorece o desenvolvimento de competências para o exercício da profissão?				

• Estágios curriculares e certificação

Questões sobre <u>estágios curriculares e certificação</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
Os cursos oferecem estágios curriculares obrigatórios aos estudantes?				
Existe previsão de certificação para os estudantes que saírem dos cursos após terem frequentado apenas parte da carga horária?				
A carga horária destinada ao estágio atende a necessidade da formação profissional?				

1.2. Coordenação

• Comprometimento com o curso

Questões sobre o <u>comprometimento externo com os cursos</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
O MEC/e-Tec cumpre adequadamente prazos e orçamentos das demandas de implementação dos cursos?				
A administração da instituição ofertante atende adequadamente as demandas de implementação e funcionamento dos cursos?				
A coordenação geral atribui/apoia as atividades da coordenação adjunta?				

Questões sobre o <u>comprometimento interno com os cursos</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
A coordenação geral do e-Tec na instituição ofertante atende adequadamente as demandas de implementação e funcionamento dos cursos?				
As coordenações dos polos atendem as demandas de implementação e funcionamento dos polos?				
A disponibilização do material didático digital para os estudantes foi realizada adequadamente e sem atraso?				
A disponibilização do material didático impresso para os estudantes foi realizada adequadamente e sem atraso?				
O conteúdo do material satisfaz as expectativas dos alunos?				

1.3. Pessoas

• Capacitação e articulação

Questões sobre os cursos oferecidos neste período:	Sim	Em parte	Não	Não sei
A capacitação dos professores foi adequada?				
A capacitação dos tutores a distância foi adequada?				
A capacitação dos tutores presenciais foi adequada?				
Houve articulação adequada entre os professores (cronograma, atividades, avaliação, etc.)?				
Houve articulação adequada entre os tutores a distância e presenciais (atendimento, atividades, avaliações, etc.)?				
Os professores utilizaram adequadamente os recursos para EAD disponibilizados (ambiente virtual, chats, fóruns, etc...)?				
Os professores orientam os tutores de forma adequada?				

1.4. Comentários, críticas e sugestões

- **Sobre o curso em geral**

Que comentários, críticas e sugestões você oferece para **melhorar os cursos**?

- **Sobre o formulário**

Alguma sugestão, comentário ou crítica sobre o **formulário**?

APÊNDICE G – Formulário de avaliação para coordenador geral

FORMULÁRIO PARA COORDENADOR GERAL

1. AVALIAÇÃO DE CURSOS

1.1. Formatação e implementação

• Currículo

Questões sobre o <u>currículo dos cursos</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
São previstas formas de integração curricular entre as disciplinas (conteúdos ou temas)?				
Os estudantes são acolhidos na modalidade EaD e orientados sobre como usar os recursos tecnológicos (computador, internet e ambiente virtual (Moodle)?				
A carga horária presencial é adequada para o desenvolvimento de capacidades práticas e experimentações nos diferentes ambientes e laboratórios?				
O currículo favorece o desenvolvimento de competências para o exercício da profissão?				

• Estágios curriculares e certificação

Questões sobre <u>estágios curriculares e certificação</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
Os cursos oferecem estágios curriculares obrigatórios aos estudantes?				
Existe previsão de certificação para os estudantes que saírem dos cursos após terem frequentado apenas parte da carga horária?				
A carga horária destinada ao estágio atende a necessidade da formação profissional?				

1.2. Coordenação

• Comprometimento com o curso

Questões sobre o <u>comprometimento externo com os cursos</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
O MEC/e-Tec cumpre adequadamente prazos e orçamentos das demandas de implementação dos cursos?				
A administração da instituição ofertante atende adequadamente as demandas de implementação e funcionamento dos cursos?				
Há boa relação entre a coordenação geral da Rede e-Tec Brasil com a alta gestão da instituição?				

Questões sobre o <u>comprometimento interno com os cursos</u> :	Sim	Em parte	Não	Não sei
A coordenação geral do e-Tec na instituição ofertante atende adequadamente as demandas de implementação e funcionamento dos cursos?				
As coordenações dos polos atendem as demandas de implementação e funcionamento dos polos?				
A disponibilização do material didático digital para os estudantes foi realizada adequadamente e sem atraso?				
A disponibilização do material didático impresso para os estudantes foi realizada adequadamente e sem atraso?				
O conteúdo do material satisfaz as expectativas dos alunos?				

1.3. Pessoas

- **Capacitação e articulação**

Questões sobre os cursos oferecidos neste período :	Sim	Em parte	Não	Não sei
A capacitação dos professores foi adequada?				
A capacitação dos tutores a distância foi adequada?				
A capacitação dos tutores presenciais foi adequada?				
Houve articulação adequada entre os professores (cronograma, atividades, avaliação, etc.)?				
Houve articulação adequada entre os tutores a distância e presenciais (atendimento, atividades, avaliações, etc.)?				
Os professores utilizaram adequadamente os recursos para EAD disponibilizados (ambiente virtual, chats, fóruns, etc...)?				
Os professores orientam os tutores de forma adequada?				

1.4. Comentários, críticas e sugestões

- **Sobre o curso em geral**

Que comentários, críticas e sugestões você oferece para **melhorar os cursos**?

- **Sobre o formulário**

Alguma sugestão, comentário ou crítica sobre o **formulário**?

APÊNDICE H – Formulário de avaliação para estudante

FORMULÁRIO PARA ESTUDANTE

1. AVALIAÇÃO DE CURSO

1.1. Formatação e implementação

- Currículo

Avalie o currículo do curso:

- () É adequado ao mercado (por exemplo: carga horária, disciplinas ofertadas).
- () Poderia ser ajustado.
- () Precisa ser revisto urgentemente.

- Carga horária e atividades presenciais

Avalie a carga horária presencial para o desenvolvimento de atividades no polo:

- () Tem sido adequada.
- () Tem sido exagerada.
- () Tem sido insuficiente.

As atividades presenciais tem sido adequadas para a realização de experimentações e para o desenvolvimento de suas capacidades práticas:

- () Sim.
- () Em parte.
- () Não.

- Atividades acadêmicas complementares

Avalie as atividades acadêmicas complementares (visitas técnicas, seminários, etc.):

- () Frequentemente ocorrem.
- () Raramente ocorrem.
- () Nunca ocorrem.

1.2. Coordenação

- Atuação do coordenador do polo

Avalie a atuação do Coordenador do polo quanto à presença e envolvimento com o curso:

- () É dedicado e resolve a maior parte dos problemas.
- () Ajuda, mas poderia ter uma atuação bem melhor.
- () Talvez não seja a pessoa certa para desempenhar esta função.

- Articulação instituição ofertante X polo

Avalie a articulação entre o polo e a sua instituição quanto a oferta do curso:

- () É boa e resolve a maior parte dos problemas.
- () Precisa melhorar.
- () É ruim e provoca uma série de dificuldades.

- Acompanhamento dos estudantes

Avalie o acompanhamento recebido no transcorrer do curso:

- () Sempre que preciso encontro as orientações necessárias.
- () Há muita demora nas respostas.
- () Só conto comigo mesmo e com os colegas.

1.3. Infraestrutura

- Recursos materiais

Avalie a disponibilidade de recursos permanentes e de consumo no polo, necessários para a realização das atividades acadêmicas (impressora, copiadora, telefone, papel etc.):

- () Não tem sido problema, as atividades acontecem normalmente.
- () Merece atenção, pois dificulta um pouco o desempenho das atividades.
- () Existem carências que realmente prejudicam o curso.

1.4. Pessoas

- Capacitação e comprometimento

Avalie o domínio e uso dos recursos didáticos da EAD pela equipe de professores:

- () Os professores demonstram experiência e usam bem os recursos da EAD.

- () Os professores NÃO demonstram experiência mas, esforçam-se para ajudar.
 () Os professores deixam muito a desejar e precisam ser melhor preparados.

Avalie o **comprometimento dos professores com sua efetiva aprendizagem**:

- () preocupa-se com a aprendizagem de apenas alguns alunos.
 () não demonstra preocupação se os alunos estão aprendendo.
 () procura garantir a aprendizagem de todos os alunos.

1.5. Ambiente Virtual (Moodle)

- **Ambiente virtual de ensino-aprendizagem.**

Avalie o ambiente virtual (Moodle) em relação aos seguintes aspectos:	Sim	Em parte	Não	Não sei
Foi fácil acessar.				
Foi rápido encontrar materiais.				
Foram adequados os tamanhos dos textos disponibilizados.				
Foi fácil compreender a linguagem utilizada.				
O mural de notícias foi útil.				
Foi fácil participar dos chats.				
Foi fácil participar dos fóruns.				
Foi fácil ter acesso a computador com internet fora do polo.				
Poderia ser melhor explorado.				

1.6. Corpo Discente

- **Motivação**

Qual a sua **motivação com o curso** neste período?

- () Muito motivado
 () Pouco motivado
 () Desmotivado

- **Esforço**

Qual a sua **dedicação ao curso** neste período?

- () Me dediquei bastante
 () Me dediquei razoavelmente
 () Me dediquei pouco

- **Tempo dedicado ao Curso**

Quantas horas você dedica aos seus estudos por semana?

- () menos de 5 horas
 () 5 a 11 horas
 () 11 a 20 horas
 () 21 horas ou mais
 () Tempo não determinado

1.7. Comentários, críticas e sugestões

De forma geral que comentários, críticas e sugestões você oferece para melhorar o **curso** relacionados aos itens 1 a 6 que você respondeu?

2. AVALIAÇÃO DE DISCIPLINAS

2.1. Material didático

- **Frequência de uso do material didático**

Informe a frequência com que você	Utilizei	Utilizei	Praticamente	Não
--	----------	----------	--------------	-----

usou os seguintes materiais:	bastante / me apoiou nele	algumas vezes	não utilizei	disponibilizado
Apostila/Caderno digital.				
Apostila/Caderno impresso.				
Outro(s) livro(s).				
Artigos.				
Sites.				

• **Qualidade da informação**

Sobre o conteúdo e forma da apostila/caderno desta disciplina:	Sim	Em parte	Não	Não sei
Os conteúdos presentes são suficientes.				
A linguagem utilizada é clara e não apresenta dificuldades para a aprendizagem.				
Contém recursos gráficos e midiáticos que facilitam a aprendizagem.				
As informações contidas são completas, detalhadas e suficientes.				
As informações presentes são fundamentadas em bases científicas e lógicas.				

• **Avaliação global do material didático**

Faça uma **avaliação global** do material didático desta disciplina:

- () Fiquei muito satisfeito.
 () Poderia ser melhorado.
 () Não ofereceu o apoio necessário.

2.2. Plano de ensino

• **Objetivos e carga horária da disciplina**

Avalie as afirmações sobre objetivos e carga horária desta disciplina :	Sim	Em parte	Não	Não sei
Os objetivos foram claros e eu os entendi perfeitamente?				
Os objetivos foram completamente atingidos?				
Você acha se faltou alguma outra disciplina para melhorar seu aprendizado no curso?				

• **Crterios de avaliação de desempenho**

Avalie as afirmações sobre os critérios de avaliação nesta disciplina:	Sim	Em parte	Não	Não sei
Percebi claramente como seria feita a avaliação.				
Os instrumentos avaliativos (provas, trabalhos, etc.) mediram bem o que aprendi.				
As avaliações presenciais prevaleceram sobre as outras formas de avaliação.				

• **Estratégias de ensino**

Avalie as afirmações sobre as estratégias de ensino nesta disciplina:	Sim	Em parte	Não	Não sei
Tive oportunidades de utilizar minhas experiências anteriores (conhecimentos prévios).				
Possibilitou que eu tomasse iniciativas e exercesse minha autonomia.				
Relacionou teoria e prática adequadamente.				

Avalie as atividades acadêmicas nesta disciplina:	Sim	Em parte	Não	Não sei
Houve estímulo à formação de grupos de estudos.				
Houve apoio à participação em atividades adicionais (eventos da área).				

2.3. Corpo Pedagógico – professores e tutores

• Busca por atendimento

Informe a frequência com que você buscou <u>atendimento</u> :	Sempre/ Diariamente	Frequentemente / Semanalmente	Às vezes / Quinzenalmente	Raramente/ Mensalmente	Nunca
Do Professor.					
Dos Tutores a distância.					
Dos Tutores do polo.					
De colegas.					

• Professor (a) da disciplina (interações)

Quanto às <u>interações</u> , o professor:	Sim	Em parte	Não	Não sei
Esteve disponível nos chats previstos.				
Foi claro e objetivo nas explicações prestadas.				
Tem domínio teórico dos conteúdos.				
Tem domínio prático dos conteúdos.				
É pontual na divulgação dos resultados das avaliações.				

• Tutores a distância

Quanto ao <u>atendimento prestado</u> , os tutores a distância:	Sim	Em parte	Não	Não sei
Estiveram disponíveis nos horários previstos.				
Atenderam com agilidade.				
Resolveram os problemas.				
Foram claros e objetivos nas explicações prestadas.				
Conduziram adequadamente os fóruns.				
Participaram adequadamente nos chats.				

• Tutores presenciais

Quanto ao <u>atendimento prestado</u> , os tutores presenciais:	Sim	Em parte	Não	Não sei
Estiveram disponíveis nos horários previstos.				
Atenderam com agilidade.				
Resolveram os problemas.				
Foram claros e objetivos nas explicações prestadas.				

2.4. Comentários, críticas e sugestões

Quanto a avaliação de disciplina, que comentários, críticas e sugestões você faria para melhoraria (considere os itens 7 a 10)?

3. AVALIAÇÃO DO POLO

3.1. Infraestrutura

• Instalações físicas

Avalie a <u>adequação das instalações físicas</u> do polo:	Plenament e adequado	Necessit a melhorias	Inadequad o	Não existe no polo	Não sei
Sala de coordenação					
Sala de tutoria.					
Sala web/videoconferência.					
Biblioteca.					
Laboratório de informática					
Sala de aula para encontros presenciais					
Instalações acessíveis (com rampa,					

marcas no piso, banheiros adaptados)					
As instalações do polo (como um todo)					

- **Horários de funcionamento**

Avalie os **horários de funcionamento** do polo:

- () bons / suficientes
 () pode melhorar
 () prejudica muito o meu aproveitamento

- **Recursos tecnológicos**

Os recursos tecnológicos existentes no polo são adequados em relação à:	Sim	Em parte	Não	Não sei
Velocidade da internet.				
Quantidade de computadores com internet.				

3.2. Laboratório específico

- **Laboratório(s) do polo**

Avalie a adequação das instalações no(s) laboratório(s) quanto:	Plenamente adequado	Necessita de melhorias	Inadequado	Não sei	Não se aplica
Mobiliário					
Materiais					
Equipamentos de proteção (capacetes, luvas, máscaras, etc.)					

3.3. Pessoas

- **Recursos humanos do polo**

Avalie os recursos humanos do polo:	Bibliotecário(s)	Tutor(es) presencial/presenciais	Coordenador do polo
Não existe(m) no polo.			
Desempenha (m) bem suas atribuições.			
Não desempenha (m) bem.			
É preciso aumentar a equipe.			
Não tenho como avaliar.			

3.4. Comentários, críticas e sugestões

Que comentários, críticas e sugestões você faria para **melhorar o polo** (itens 11 a 13)?
